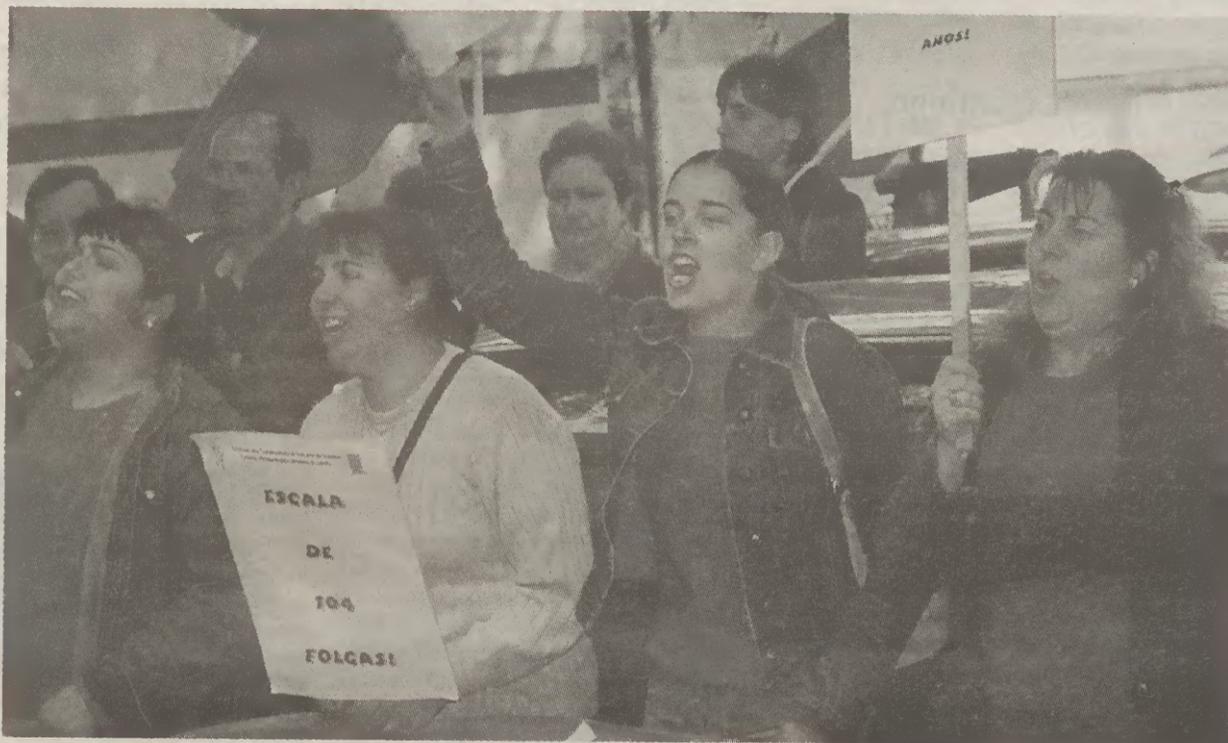


Avante!

Defender o emprego, os salários e o interesse do País

Só pela luta!

Três dias antes das eleições, Rui Pena determinava o encerramento da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, com o despedimento de dois mil trabalhadores. Agrava-se o risco de desemprego na Vestus e na Melka.



Nos seguros e nos refeitórios, tal como em muitas empresas de outros sectores, o patronato insiste em actualizações salariais que representam não o «congelamento», mas a diminuição do poder de compra. Em todos os casos, a decisão é persistir na luta.

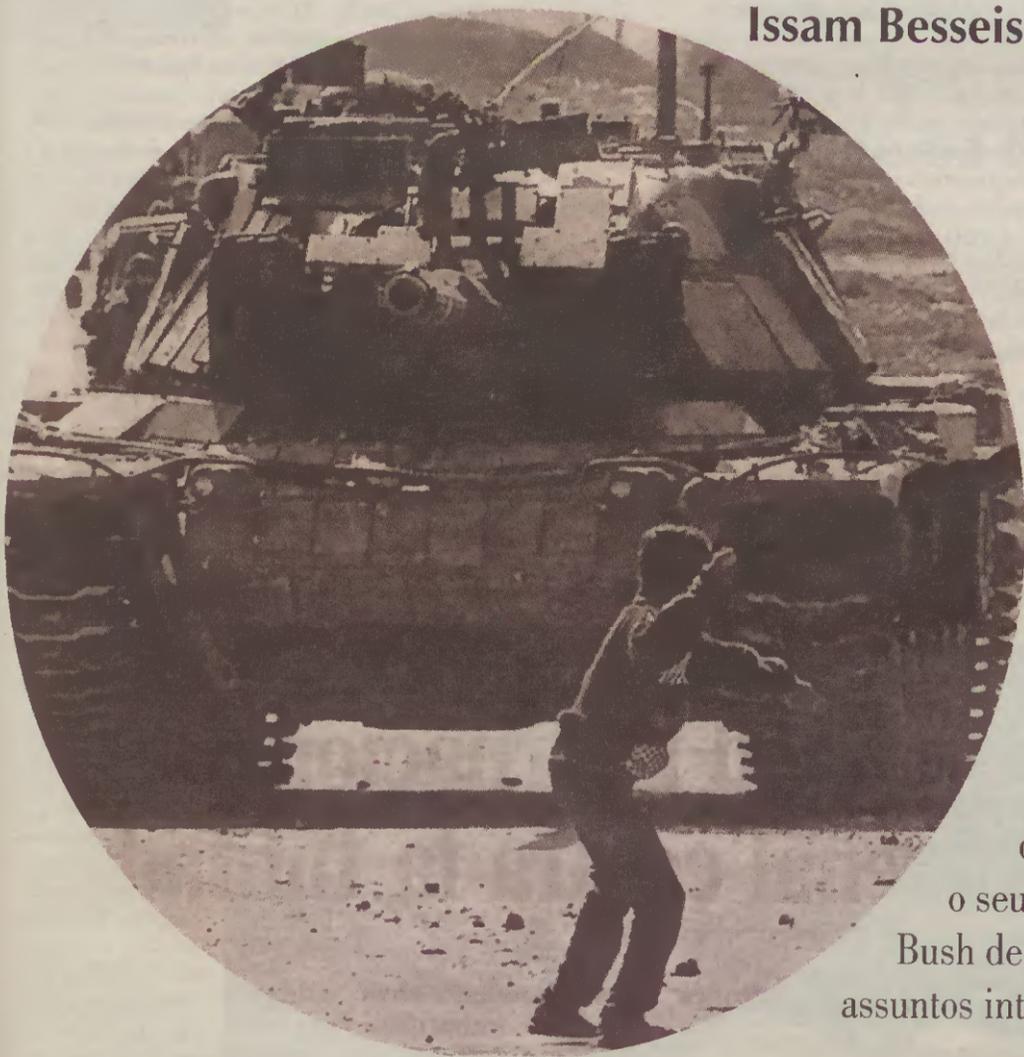
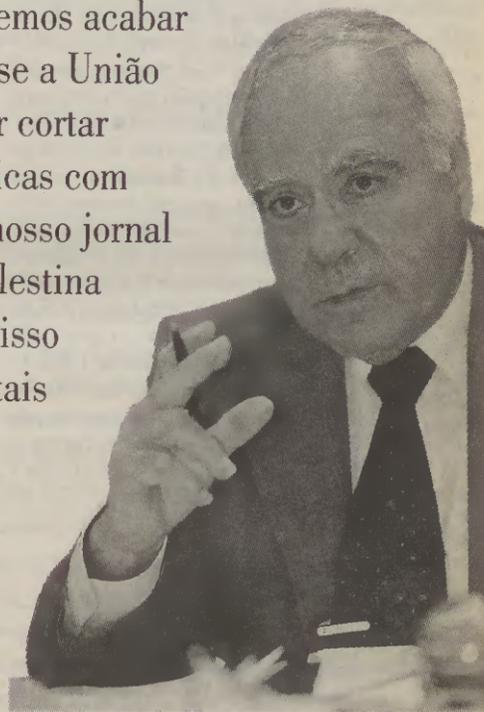
Págs. 5 a 7

Issam Besseiso, embaixador da Palestina, ao *Avante!*

«Não queremos mais guerra!»

«Em três meses podemos acabar com esta agressão, se a União Europeia decidir cortar relações económicas com Israel», afirma ao nosso jornal o embaixador da Palestina em Portugal. Besseiso considera fundamentais as manifestações de solidariedade com o seu povo e acusa George Bush de querer interferir nos assuntos internos da Palestina.

Centrais



Comissão Política

O mais firme combate

A comissão Política do CC do PCP emitiu um comunicado em que chama a atenção para «alguns traços fundamentais da agravada política de direita».

Pág. 10

81.º aniversário do PCP

Um projecto ímpar

Mais de quatrocentos militantes e amigos do Partido juntaram-se na Quinta da Atalaia, num almoço-convívio, com a participação de Jerónimo de Sousa.

Págs. 8 e 9

Bernardino Soares ao *Avante!*

Oposição forte

O PCP será oposição forte e combativa à política de direita, afirmou ao nosso jornal o presidente do grupo parlamentar comunista. O PCP anunciou já um pacote de medidas positivas.

Pág. 12 e 32

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tef. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tef. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretária da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tef. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tef. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tef. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tef. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tef. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

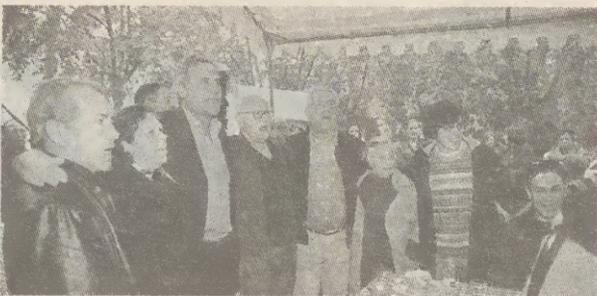
PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 44,90 euros
25 números:	4 600\$00 23,00 euros

EUROPA	50 números: 23 000\$00 114,75 euros
--------	--

EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000\$00 164,60 euros
--------------	--

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Mais de 400 militantes do PCP comemoram, na Atalaia, o 81.º aniversário do Partido

Resumo

3 Quarta-feira

Cerca de 500 operárias da fábrica de confecções Eres são despedidas • Dirigentes do Sindicato dos Bancários do Norte realizam um cortejo automóvel, no Porto, inserido numa acção nacional para sensibilizar a população para a «justeza da luta» por aumentos salariais da classe • O antigo ministro argentino da Economia, Domingo Cavallo, é detido pela participação no caso de venda ilegal de armas à Croácia e ao Equador • Mais de sete mil pessoas manifestaram-se em Atenas em solidariedade com o povo palestino.

4 Quinta-feira

A CGTP reúne-se em plenário para discutir a situação política, fruto do novo Governo, e definir as linhas de acção para o futuro • Carros de combate israelitas ocupam o centro de Nablus, a maior cidade palestina da Cisjordânia • As chefias das Forças Armadas Angolanas e das Forças Militares da UNITA assinam, em Luanda, um memorando que define os termos do cessar-fogo do conflito em Angola • A UE envia dois representantes europeus ao Médio Oriente para sensibilizar israelitas e palestinos no cumprimento da resolução 1402 da ONU.

5 Sexta-feira

A nova Assembleia da República reúne pela primeira vez; o plenário dá início ao processo de instalação dos novos deputados • George W. Bush pede a retirada das tropas israelitas dos territórios autónomos; Ariel Sharon prossegue as operações militares nas cidades palestinas • Explosões e tiros são ouvidos em volta da Igreja da Natividade, em Belém, que está cercada pelo exército israelita e onde 200 palestinos e 40 religiosos continuam refugiados • O secretário-geral da UNITA, Paulo Lukamba «Gato», e o líder da ala dissidente UNITA-Renovada, Eugénio Ngolo «Manuvakola», reúnem-se em Luanda, para encetarem o «diálogo para a saída da crise» no movimento.

6 Sábado

Mais de 400 militantes e amigos do PCP comemoram em convívio, na Atalaia, o 81.º aniversário do partido • Alexandra Gonçalves e António Abreu, vereadores do PCP da Câmara Municipal de Lisboa, distribuem panfletos na Baixa Pombalina com o intuito de sensibilizar os comerciantes para a necessidade de conservação, reabilitação e revitalização da área • Os chefes da diplomacia dos países da Liga

Árabe, reunidos com carácter de urgência no Cairo, manifestam o seu apoio aos palestinos • A ONU aprova o envio urgente de uma missão internacional de investigação aos territórios palestinos • A equipa feminina portuguesa vence a sexta edição do Challenge Europeu de 10 mil metros em termos colectivos, que se realizou em Itália.

7 Domingo

Dezasseis militares portugueses que integram a força internacional de Assistência e Segurança partem em direcção ao Afeganistão • A União Europeia avança através do ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Josep Piquet, que poderá aplicar sanções a Israel se os seus líderes continuarem a não responder às exigências colocadas pela UE • As forças israelitas continuam a incursão na Cisjordânia, realizando «raides» e buscas em inúmeras cidades, e mantendo sob intenso fogo Nablus e Jenin • Um milhão de marroquinos manifestam-se em Rabat contra a operação militar israelita sobre os territórios palestinos.

8 Segunda-feira

Os vereadores do PCP da Câmara de Lisboa anunciam que vão votar contra a proposta de construção do Túnel do Amoreiras porque a consideram técnica e financeiramente errada e insegura para os automobilistas • Os médicos do Hospital Distrital de Faro terminaram uma greve às horas extraordinárias, na sequência da aceitação das suas reivindicações pela administração • O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, «implora» a Israel para que responda ao apelo de retirada dos territórios palestinos, lançado pelo presidente dos Estados Unidos • O novo governo de S. Tomé e Príncipe, o nono constituído desde a abertura do país ao multipartidarismo, é empossado.

9 Terça-feira

Os trabalhadores das Cantinas, Refeitórios e Fábricas de Refeições cumprem uma greve de 24 horas, para reivindicar a revisão do contrato colectivo de trabalho em vigor • O maior julgamento de pedofilia já efectuado em Portugal começa no Tribunal de Santa Maria da Feira; arguido é um homem de 56 anos, acusado de ter cometido 84 crimes contra 43 crianças • O exército israelita começa a retirada das cidades autónomas de Kalkiliya e Tulkarem, no norte da Cisjordânia, mas efectua novas incursões ao Sul de Hebron e na Faixa de Gaza • O presidente turco aprova uma série de artigos de melhorias nas liberdades civis, num marco de preparação para a adesão à União Europeia.

Aconteceu

Corrupção na GNR

Sinais exteriores de riqueza terão denunciado as actividades supostamente ilícitas de sete elementos da Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana - um sargento, dois cabos e quatro soldados - detidos na passada semana pela Polícia Judiciária de Faro, acusados de corrupção e extorsão.

Os detidos são suspeitos de receber avanças de empresas para não multarem as infracções cometidas pelos seus camionistas. As firmas pagariam aos soldados em dinheiro e géneros, nomeadamente materiais de construção.

Uma fonte da GNR, que acompanhou a Polícia Judiciária nas investigações, revelou que o património dos detidos se tornou suspeito por auferirem um ordenado da ordem dos 150 mil escudos mensais e possuírem vivendas, carros de luxo e barcos. Por outro lado, os militares serão ainda acusados de extorsão a condutores que cometiam infracções e a empresas de reboques.

Caso Moderna

A tomada do poder na Universidade Moderna pela família Braga Gonçalves, apoiada numa estrutura externa, e os jogos de influência política, económica e social, são aspectos-chave do julgamento do «caso Moderna», que começou ontem.

O julgamento dos 13 arguidos, no Tribunal Criminal do Monsanto, Lisboa, pelo colectivo de juízes formado por Manuela Barracosa, Ricardo Cardoso e Jorge Raposo, não esgota o «caso Moderna», uma vez que há processos autónomos, ainda em investigação, relacionados com «um caldeirão de factos» em que entram o alegado tráfico de influências, armas e financiamento de partidos políticos.

Neste processo principal, o ex-reitor da Moderna, José Júlio Gonçalves, os seus filhos João e José Braga Gonçalves, José Vitoriano (secretário) e Esmeraldo Azevedo (tesoureiro), os últimos quatro em prisão preventiva, bem como outros oito arguidos, incluindo o antigo subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, respondem por crimes que vão desde a associação criminosa até gestão danosa, passando por apropriação ilícita, burla, falsificação e corrupção.

Contra «intromissão regulamentadora»

O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, mostrou-se preocupado com a proposta de regulamentar a relação entre jornalistas e tribunais avançada pelo PSD.

No seu programa eleitoral, os social-democratas defendem uma «adaptação dos tribunais à sociedade de comunicação» que passaria por facilidades de acesso das televisões às audiências e aos locais

de permanência dos arguidos, bem como pela criação de «serviços de informação» nos tribunais destinados à comunicação social e ao público.

«A presença de câmaras de televisão e gravadores de som pode constituir, nalguns casos, um constrangimento para os intervenientes no processo, na medida em que pode inibir o depoimento ou estimular artificialmente uma exuberância des-

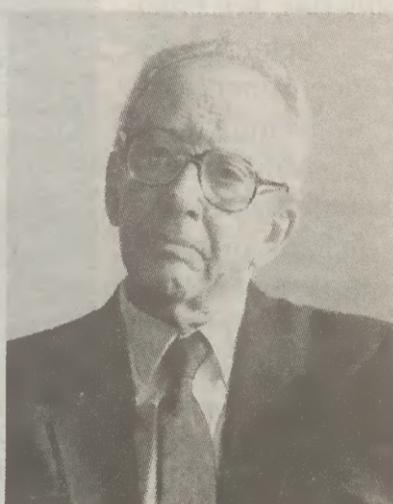
propositada, alterando as condições de serenidade, objectividade e dignidade que as partes merecem e devem exigir», afirmou na passada semana Alfredo Maia, na abertura do curso «A Justiça e o Jornalismo Judiciário», uma iniciativa do Movimento Justiça e Democracia, com a colaboração do sindicato, do Cenjor (Centro de Formação de Jornalistas) e da Universidade Católica.

Morreu António Gonçalves

Morreu, aos 77 anos de idade, o Eng.º António José dos Santos Gonçalves, fundador da Associação Intervenção Democrática e vice-presidente da sua Comissão Directiva. Foi igualmente fundador da APRODIH e antigo dirigente do MPD/CDE.

Conceituado especialista em questões ambientais, foi, neste sector, consultor de várias entidades públicas e co-autor de um livro sobre recursos hídricos, publicado nos Estados Unidos da América na década de setenta, e reeditado depois pela Fundação Calouste Gulbenkian, que na altura causou fortíssimo celeuma e que é ainda hoje considerado como a «Bíblia» sobre o sector da água.

Muitos foram os amigos que quiseram levar o último adeus a António Gonçalves, homem bom, generoso, coerente, vertical. No funeral esteve uma delegação do PCP composta por Francisco Lopes, Vítor Dias e José Casanova.



O Secretariado do CC do PCP enviou à família de António Gonçalves e à ID o seguinte telegrama: «À família e à Direcção da Intervenção Democrática, o Secretário do Comité Central do Partido Comunista Português endereça o seu sentido pesar e a sua solidariedade neste momento de dor que é a perda de um amigo e um companheiro de muitas lutas, e evoca, com grande apreço e amizade a figura do Eng.º António Gonçalves, enquanto democrata e cidadão de firmes convicções progressistas.»

Aumenta a pobreza em Portugal

A AMI, Fundação de Assistência Médica Internacional, registou em 2001 um enorme crescimento de pessoas que recorrem aos centros Porta Amiga da instituição. Ao todo, foram mais de 4 mil, face aos 1700 do ano anterior. Segundo a AMI, o número de utentes

do Leste europeu está a superar o número de utentes portugueses.

O aumento deu-se sobretudo nas grandes cidades de Lisboa e Porto. Em Lisboa, ocorreram mais de mil novos casos, face aos 655 de 2000. No grande centro do Porto, foram mais de 2 mil face aos 275 de 2000.

Para a AMI, o aumento de cidadãos do Leste ilegais no nosso país veio agravar em muito os números desta situação. Ainda que o crescimento no Porto se deva à transferência do Centro Porta Amiga para instalações maiores, só no ano passado a AMI recebeu nesta cidade 609 imigrantes do Leste. Em Lisboa, quase metade (402) dos novos utentes são também provenientes do Leste europeu.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Paz no Médio Oriente! Fim à ocupação israelita!

A escalada militar israelita contra o líder palestino, Yasser Arafat, e o povo palestino que já fez mais de duzentos mortos, nestes últimos dias, e mais mil e quinhentos feridos e milhares de detidos constitui uma verdadeira guerra contra a população palestina por parte de um Estado que se colocou fora da lei e se crê impune devido ao apoio da Administração dos Estados Unidos da América.

O homem que está à frente de Israel é um general com as mãos sujas do sangue inocente dos refugiados palestinos nos campos libaneses de Sabra e Shatila que comandou as tropas que pela calada da noite assassinaram naquele campo à machadada um milhar de refugiados. Num país civilizado teria cumprido uns largos anos de cadeia e seria impensável poder ser eleito primeiro-ministro.

Montou uma monumental provocação na Esplanada das Mesquitas em Setembro de 2000 para chegar ao poder e levar no seu regaço de falcão o Partido Trabalhista da Internacional Socialista que não larga o poder e Ariel Sharon.

Tudo isto é possível porque os EUA apoiam o governo de Israel que consideram na sua estratégia de domínio um aliado imprescindível naquela região rica em petróleo

Coloca-se, pois, à comunidade internacional, à ONU, o problema de obrigar Israel a respeitar as inúmeras decisões e resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral que constituem uma base sólida para se alcançar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

A região situa-se na fronteira da Europa e os países europeus seriam profundamente afectados por uma eventual guerra, tanto mais que

quase todos dependem das importações de petróleo. É assim inaceitável que a União Europeia, tão lesta a declarar o seu apoio aos direitos humanos, não tome medidas adequadas contra Israel, incluindo sanções económicas, pois Sharon e o seu governo colocaram-se fora da lei.

Será de esperar que o novo governo português faça toda a pressão necessária sobre o governo israelita e que no quadro da União Europeia aja pela suspensão do Acordo de Associação com Israel.

Será de esperar que a nova Assembleia da República renove o apoio declarado pela anterior ao cumprimento da Resolução 242 do Conselho de Segurança e exija de Israel o reconhecimento do Estado da Palestina com capital em Jerusalém Leste.

Mas torna-se obrigatório para a acção dos comunistas e outras forças de esquerda e democráticas mobilizar a opinião pública para que (tal como em todo o mundo) os crimes da ocupação não continuem contra as populações das cidades palestinianas.

Será necessário um persistente trabalho de esclarecimento face à manipulação das notícias que apresentam Israel e palestinianos em pé de igualdade quanto à responsabilidade no conflito. Este existe porque existe uma ocupação militar ilegal à qual muito justa e legitimamente se opõe o povo palestino. Claro que são de condenar actos terroristas que vitimam inocentes, mas o modo mais eficaz de os combater é acabar com a causa da sua existência: a ocupação israelita.

É necessário que o movimento em prol da paz no Médio Oriente e de solidariedade com o povo palestino promovido pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação e outros movimentos com destaque para o movimento sindical se alargue a outros sectores da sociedade e se reforce e possa junto das instituições fazer ouvir a sua voz. A vigília junto da Embaixada de Israel no dia 2 e a manifestação de ontem mostram que há condições para prosseguir a luta por uma solução justa e duradoura para a região, o que passa pela retirada de Israel dos territórios árabes ocupados, pelo reconhecimento do Estado palestino independente com capital em Jerusalém Leste e pelo regresso ou compensação dos refugiados.

Editorial

O NOSSO ESPAÇO

Com a leviandade, a irresponsabilidade e a ignorância disfarçadas de amplo saber de que amiúde dá provas, dizia há dias um desses comentadores encartados que povoam o cenário mediático actual que a actividade e a intervenção do PCP estavam reduzidas, nos próximos meses, à divulgação, num cartaz, da Festa do «Avante!», que se realizará em Setembro próximo...

Mesmo que assim fosse, seria caso para dizer (dizendo a verdade) que a actividade e a intervenção do PCP superavam em muito a soma das intervenções e actividades de todos os outros partidos – isto tendo em conta a dimensão política, cultural, de convívio, da Festa do «Avante!», a sua singular capacidade atractiva, a sua qualidade de espaço aberto de alegria, de fraternidade, de solidariedade, de humanismo.

Acontece que, como a realidade mostra, a intervenção e a actividade do PCP, este ano como nos anteriores, se desenvolve todos os dias e por múltiplos e diversificados caminhos. Para incómodo e desassossego do dito comentador e de todos os seus gémeos? Sem dúvida. Mas esse é um problema que aos próprios, e só aos próprios, diz respeito.

“Nesse espaço de luta nos manteremos – porque é nosso. Desde há 81 anos”

Sabe quem quer saber que o colectivo partidário comunista não existe apenas para intervir em batalhas eleitorais. Participando nelas com o empenho e a dedicação que a sua importância exige, o PCP prossegue, logo a seguir a cada acto eleitoral, a sua luta de todos os dias – sejam quais forem os resultados obtidos (naturalmente, com menos alegria se os resultados forem maus, como aconteceu nas eleições de 17 de Março). E as razões dessa luta são tantas quanto os problemas causados à maioria dos portugueses pela política de direita tão cara a todos esses comentadores encartados – e seja qual for o partido que, por efeito da bem montada máquina alternante em vigor, tenha a seu cargo, em cada momento, a incumbência de servir os interesses dos grandes grupos económicos.

Para quem utiliza o monólogo como método único de apreciação da situação do País e de análise da vida interna de cada força política – como é o caso do supracitado comentador e de todos os seus alternantes – é difícil entender... o diálogo, a força e a importância do debate, da troca de opiniões, do são confronto de ideias.

Por isso assobiam para o lado e fingem não ver o debate que, na sequência da recente reunião do Comité Central do PCP, se trava em todo o Partido.

Por isso assobiam para o lado e fingem não ver que milhares de militantes comunistas analisam

os resultados eleitorais; procuram detectar causas e factores que influenciaram o mau resultado eleitoral da CDU; avaliam o novo quadro nacional saído dessas eleições; procuram medidas visando o reforço do Partido; organizam a prossecução da luta contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda; preparam a sua intervenção activa e militante no debate preparatório da Conferência Nacional do Partido a realizar em Junho próximo.

Por isso assobiam para o lado e fingem não ver a singularidade desta prática no quadro partidário nacional.

Silenciando, ignorando esta demonstração concreta de conteúdo participativo na vida democrática interna do PCP, os ditos comentadores – cultores do monólogo, propagandistas da opinião qualificada (que é a deles, obviamente) e exibindo arrogâncias e insolências face à mínima contestação ao seu saber profundo e total – *ajudam* quem os ouve ou quem os lê a não fazer comparações com o que se passa nos outros partidos políticos, onde o debate é a *solo*, todo feito de trinados mediáticos e apresentado como supra-sumo de democracia.

E assim fazendo, sabem, também, que estão a defender o lugar cativo que lhes é proporcionado pelos grandes beneficiários da política de direita – lugar que manterão se cumprirem com eficácia as duas condições imperativas: defender bem a dita política de direita; atacar com fúria quem combate essa política e luta por uma outra, que tenha como beneficiários a maioria dos portugueses.

O cartaz do «Avante!» – o jornal que dá o nome à Festa – a que o preclaro comentador reduz a actividade e a intervenção do PCP nos próximos meses... apresenta, no entanto, outras *surpresas*...

Se não, atente-se na actividade dos eleitos comunistas no Poder Local, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu – e constate-se a quantidade e a qualidade do trabalho que aí desenvolvem. Pouco divulgada pelos referidos comentadores? Sem dúvida. Mas não é para isso que eles existem?

E atente-se, ainda, na intervenção solidária dos comunistas portugueses para com o povo palestiniano e contra a selvajaria do governo de Israel, comandado por um primeiro-ministro que confirma no presente, brutalmente, o seu passado criminoso. Mas, sabido que é estarem muitos dos ditos comentadores do lado da barbárie, é natural que não *registem*, sequer, a acção dos que, lutando, contribuem para erguer um poderoso movimento de solidariedade e pela paz, de exigência de uma solução política negociada do conflito israelo-palestiniano...

Ainda menos digna de *registo* há-de ser, certamente, a intervenção diária dos comunistas na defesa dos interesses dos trabalhadores e de todas as vítimas da política de direita. Mas... estamos lá, o PCP está lá: ao lado dos trabalhadores das OGMA, do Grupo Unilever, da Carris, da Hotelaria e dos Seguros, dos pescadores do arrasto, dos reformados e pensionistas e da sua Carta Reivindicativa, enfim, de todos os que se batem pelos seus direitos e interesses.

E nesse espaço de luta nos manteremos – porque é o nosso. Desde há 81 anos...

E, pois claro, ergueremos mais uma vez a Festa do «Avante!».

Actual

Três mais um

● Vítor Dias

Não, não vimos falar da marca singularíssima que, no campeonato dos egos, o dr. Correia de Campos deixa na vida política portuguesa, primeiro com a sua «carta a um amigo que vai ser ministro» e agora com a sua «carta a um amigo que deixou de ser ministro».

Não, nem sequer vimos falar da sua política à frente do Ministério da Saúde não vá alguém, numa daquelas reescritas da história recente que estão na moda, proclamar que aqui, além das «cedências do PS à direita» que às vezes se anotam só para preambular o que vem logo a seguir, também foi o «enquistamento» e o «sectarismo» do PCP que impediram uma boa convergência de esquerda na política de saúde. Ou então, em versão tão abrangente como cega, que as responsabilidades pela sua inexistência pertenceram aos «três partidos parlamentares» situados à esquerda do hemisfério.

Não, o dr. Correia de Campos só é para aqui chamado hoje porque, em

entrevista ao «Independente» (5/4), depois de umas deambulações tipo «terceira via», declarou que «acho muito bem que nos próximos três anos, o pensamento político do PS passe por recuperar os valores da esquerda. Depois, no quarto ano, teremos ocasião de lançar pontes à direita».

Embora com um embaraço a que no fim se aludirá, apetece dizer algumas coisas sobre a frase.

A primeira, sinal dos tempos, é para insistir que foi ele que disse e não nós que advertimos ou prevenimos, coisa que aliás não nos passaria pela cabeça muito menos debaixo do enquistado labéu do «enquistamento».

A segunda é que, pelos vistos, à «nova esquerda» e à «esquerda moderna» porque suspira Correia de Campos não repugna esta falta de espinha dorsal e este chocante plano quadrienal feito do tacticismo de três anos de «recupe-

ração dos valores da esquerda» e de um quarto ano (perto de eleições) de lançamento de «pontes à direita».

A terceira é que almas desconfiadas, o que, juramos, não é o nosso caso, sempre poderão dizer que o mais provável é que, no pensamento de Correia de Campos, a «recuperação dos valores da esquerda» se fique pelo palavreado mas que já as posteriores «pontes» com a direita traduzissem compromissos bem mais sólidos e concretos.

Quanto ao nosso embaraço, ele explica-se nestes termos: por um lado, apetece criticar esta afirmação até porque tememos que a tranquilidade com que é feita derive da consciência de que alguns beneficiam de uma enorme impunidade política; mas, por outro lado, sentimos que talvez não seja justo verberar os que afinal se limitam a dizer com todas as letras o que outros porventura pensarão mas não dizem.



«Casting»

● Carlos Gonçalves

O «casting» é mais um termo da língua inglesa que entrou no linguajar quotidiano. Significa a distribuição de papéis numa qualquer representação cénica e, no caso verídico, refere-se à distribuição dos lugares de ministros e «ajudantes» no Governo da chamada «convergência democrática».

Foi disto, dos cargos e honorarias, das quotas dos lobbies no Governo, dos interesses e dos tachos - diz-se que 18% são para o PP, mais que de qualquer outra coisa, que a aliança da direita andou a tratar estas três semanas, desde as eleições. E pelo pouco que, por agora, vai transpirando, o resultado ficou a milhas da «constelação de personalidades» de que se falou durante a campanha.

Hernâni Lopes, Miguel Cadilhe, Dias Loureiro, Fernando Negrão, Graça Moura, Nogueira Pinto, entre outros, estão na galeria dos ex-putativos ministros. Paulo Portas e Carlos Tavares foram mesmo remodelados dos respectivos ex-putativos ministérios, um da Administração Interna, porque nem os correlegionários o queriam na tutela do SIS, e o outro das Finanças, porque certos banqueiros o acharam demasiado próximo dum lobby da concorrência.

Não admira assim que se fale não apenas dum «casamento de conveniência», mas até dum Governo «fraco», de «segundas escolhas», de «gatos» em vez de «cães de caça» e de «baixa expectativa».

Só que o essencial da questão, como advertiu o Secretário-geral do PCP na antevéspera das eleições, é que a maioria de direita significaria (significou) «tirar os lobbies dos corredores do poder... e levá-los directamente para o governo de Portugal».

E temos, numa escassa amostragem só quanto aos ministros: na Segurança Social um Vice-Presidente do BCP e Administrador de grandes Seguradoras e outras instituições voltadas para a privatização e gestão de fundos; na Saúde um Administrador do Grupo Melo que joga na privatização dos hospitais; nas Obras Públicas um Presidente da Assembleia Geral do BCP e Vice-Presidente da Associação Industrial de Ludgero Marques; na Economia um próximo de Champalimaud e Vice-Presidente do Banco Santander. E temos altíssimos quadros do Grupo Espírito Santo, de várias Holdings e SGPS, grupos media, advocacia de grandes negócios, Fundação Luso-Americana, Opus Dei, etc.

Foi este o «casting» do governo «cavaquista» reconstruído que Durão Barroso «quis». Talvez «sem estado de graça», mas pela sua natureza de classe de governo dos grandes lobbies, e pelas políticas anunciadas profundamente negativas, de facto e de jure, o Governo da direita dos interesses e dos interesses da direita. A não subestimar. Para melhor lhe fazer frente.



Eu renovador me confesso

● Aurélio Santos

Tem vindo a ser promovida e valorizada uma nova categoria de cidadãos a quem se atribui a condição de «renovadores do PCP».

Pois eu, considerando que se está a proceder a uma privatização monopolizada desse atributo, quero aqui deixar uma confissão: também eu sou um renovador...

Aliás, os comunistas portugueses nunca se acomodaram à ligeireza formal para substituir a densificação de ideias. Têm seguido o caminho mais difícil de apresentar ideias novas, muitas vezes contracorrente, porque ao arripio de velhas ideias consagradas pelos poderes dominantes. E não faz parte do seu património enconchar-se, petrificar-se, entrincheirar-se em posições defensistas.

Foi com propostas, análises, linhas de acção e princípios clara e lealmente afirmados que o PCP fez, em momentos decisivos, a sua renovação - na luta contra a ditadura fascista, na revolução de Abril, na contra-revolução, na nova situação do mundo e da luta pelo comunismo criada com a derrocada da URSS e dos regimes

socialistas do Leste europeu. Nos XII e XIII Congressos e no novo programa do Partido, foram traçadas linhas renovadoras, que continuam merecendo (e exigindo) desenvolvimentos e aprofundamentos para responderem às necessidades de permanente actualização e reforço da acção do Partido.

Mas não é renovação qualquer revisão baseada em análises superficiais, negativistas e desvalorizadoras da actividade e história do Partido, com estratégias definidas em função de conjunturas, e que podem levar ao aventureirismo ou a oportunismos sem princípios nem futuro.

Renovar não é proclamar e apresentar com objectivo e alvo principal o desmantelamento do Partido nas suas componentes estruturantes: estatutos, programa, direcção, organização, orientação. Como se o Partido, tal como existe, fosse um monte de sucata de que só se pretende aproveitar os «salvados» com saída no mercado. Numa atitude bloqueadora da própria renovação.

Toda e qualquer renovação tem de respeitar o projecto político que trou-

xe ao Partido os seus militantes, tendo em conta a sua composição e história. Não por qualquer orgulho identitário ou intemporal tradição, mas por que uma renovação só pode ser feita com a participação activa e empenhada dos militantes, não contra eles e à margem deles. E porque a renovação precisa de consolidar e reforçar a coesão e união do Partido, não atirando militantes contra militantes, num quadro em que a disputa do poder apareça como o objectivo visado.

A descoberta de ideias é trabalho sério, quantas vezes após longo apuramento do seu percurso. Não é compatível com afirmações vagas, e exige que seja feita com a cabeça livre de preconceitos e estilos impostos pela moda da época.

Os comunistas portugueses não têm que se envergonhar das suas ideias, da sua história, dos caminhos que abriram no nosso país. Podemos encarar o futuro com o espírito aberto dizendo, como Walt Whitman, o grande poeta norte-americano da liberdade: de coração leve, escolho a estrada aberta.

Frases

“Falências com número recorde em 2001”

(Título de primeira página no Diário de Notícias, 08.04.02)

“Gastar o mesmo dinheiro não em bombas e aviões, mas em investimentos e ajuda, derrubaria na mesma os regimes viciosos e teria interessado mais pessoas na estabilidade e no progresso mundiais. Só se ataca a fonte de terror reduzindo o desespero”

(João César das Neves, *ibidem*)

“Não se sabe se a opção de força [por parte dos EUA] se vai manter. Sabemos é que, se a potência dominante persistir na nova atitude, o mundo entrará em tempos novos. Mais gelados, duros e cruéis”

(idem, *ibidem*)

“Não vale a pena complicarmos o que é simples. Se o que é necessário é flexibilizar a criação de emprego, não se percebe por que é que devemos flexibilizar o despedimento para níveis próximos do século XIX e que atentam claramente contra a dignidade humana”

(Pedro Adão e Silva, *Público*, 08.04.02)

“Quando os substantivos “pacto” e “consenso” e o adjectivo “nacional” começam a aparecer com insistência na boca dos políticos significam sempre exactamente o contrário: que ninguém se entende sobre nada e que um acordo “nacional” - seja lá sobre o que for - está fora de causa”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 07.04.02)

“[Durão Barroso] não conseguiu esconder o medo de uma oposição violenta e desenterrou a velha ideia de uma unidade patriótica perante a crise. Claro que o PS lhe vai recusar qualquer espécie de apoio”

(idem, *ibidem*)

“A direita está cercada e reduzida às suas próprias forças. O “consenso” é isto.”

(idem, *ibidem*)

“Estamos longe do anunciado “gabinete de combate”. O que dizer, com efeito, de um Governo cujo maior trunfo, segundo todos os comentadores independentes, são as baixas expectativas criadas?”

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 05.04.02)

“Sempre os beligerantes procuram encontrar no adversário os interlocutores para, quando lhes convier, darem por concluído o conflito. Compram-se traidores no campo adversário, favorecem-se divisões, exploram-se diferenças. Churchill teria preferido negociar com Rommel ou Canaris, os britânicos procuraram sempre o diálogo nos protestantes de Belfast contra o IRA (...) Madrid reconhece o nacionalismo basco como alternativa à ETA (...) Ao erigir Yasser Arafat como principal inimigo, Sharon revelou os seus fins”

(Ruben de Carvalho, *ibidem*)

“Sharon talvez tenha pesadelos com Auschwitz e Treblinka - mas sonha seguramente com Sabras e Chatilas”

(idem, *ibidem*)



A luta em unidade dos trabalhadores de todos os estabelecimentos fabris do Exército é o caminho defendido pelos comunistas

Assinado três dias antes das eleições o fecho da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

Bomba de salvação

Contrariando compromissos assumidos com os representantes dos trabalhadores, o ex-ministro da Defesa concretizou o «trabalho sujo», para aliviar dessa carga o futuro responsável da pasta. E até se deu o caso de este acabar por ser Paulo Portas, o chefe do partido com que Rui Pena sempre foi identificado.

A «bomba» estourou na semana passada, quando se começou a falar na existência de um despacho para encerrar as OGFE e a Manutenção Militar. Era conhecida a existência de um estudo, encomendado ao Central Banco de Investimentos. Mas havia o compromisso, assumido pelo ministro cessante perante os representantes dos trabalhadores, de não oficializar qualquer decisão sem falar com eles. Houve, depois, a demissão do governo PS e a marcação de eleições antecipadas.

«Apesar das muitas reservas e cautelas quanto à política seguida e quanto a compro-

missos anteriores que não se concretizaram, confiámos na palavra do ministro», admitiu ao *Avante!* a camarada Celeste Soeiro, que faz parte do sector de empresas da Organização Regional de Lisboa do Partido e é também dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa. Afinal, Rui Pena «nem sequer nos deu oportunidade de discutir com ele», como se veio a verificar com a publicação oficial, a 5 de Abril, do despacho N.º 7030/2002, assinado a 14 de Março.

«Não deveria haver alterações deste tipo sem se reali-

zar primeiro um amplo debate sobre as Forças Armadas, a sua missão, os equipamentos, os efectivos necessários... e, nesse quadro, sobre o apoio logístico a prestar pelos estabelecimentos fabris», protesta o camarada Pedro Simões, que integra igualmente o sector de empresas da ORL e a direcção do STEFFAs/CGTP.

Destruição por interesse

Pedro Simões é trabalhador da Manutenção Militar há 27 anos, onde tem funções de encarregado de armazém. Celeste Soeiro também começou a trabalhar na MM em 1968, mas a maior parte da sua carreira profissional está ligada à OGFE, onde tem a profissão de costureira. Tal como eles, há quase dois mil trabalhadores que têm o seu emprego ameaçado, com a decisão agora tornada pública. Esta, como o PCP e as organizações representativas dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris têm afirmado, faz parte de uma linha política de ataque a este conjunto de importantes unidades industriais que se integram no sector empresarial do Estado.

O apoio logístico às Forças Armadas vale milhões de contos e a destruição das empresas públicas é do interesse de «muita gente», como referiram os nossos entrevistados. O início da ofensiva, recordam, remonta aos anos 80, com as medidas tomadas na Indep e na SPEL.

O caminho da destruição foi seguido por governos do PS, do PSD ou do «bloco central» e teve por alvo todos os estabelecimentos fabris militares: as Oficinas Gerais de

Material de Aeronáutica (que em 1994 deixaram de pertencer à Força Aérea para passar à sociedade anónima, e cuja situação foi referida com destaque no último número do *Avante!*), o Arsenal do Alfeite (onde se têm travado

Os problemas resultam de políticas que os trabalhadores denunciaram e combateram

duras lutas para que se mantenha como estaleiro da Marinha e em condições de responder a tal papel) e os estabelecimentos do Exército. Aqui são considerados a Manuten-

ção Militar, as OGFE, as Oficinas Gerais de Material de Engenharia e o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

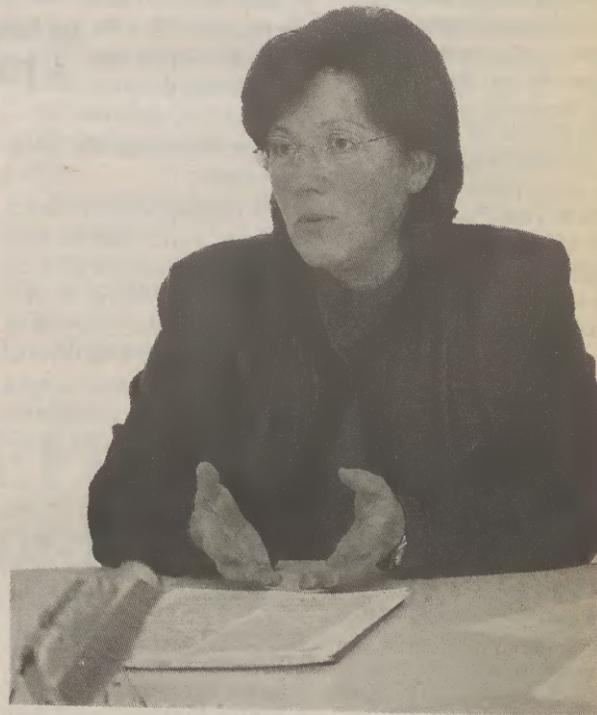
No tempo de Fernando Nogueira e Cavaco Silva, a grande pressão para as pré-reformas resultou na liquidação de cerca de 1700 postos de trabalho. Na Manutenção Militar, recorda Pedro Simões, foram mandados embora cerca de 700 trabalhadores. «A qualidade dos serviços ressentiu-se, saíram muitos dos mais experientes, não foi transmitido o saber, fomos obrigados a deixar de fazer muita coisa na MM e ir comprar fora», relata. Também passou a ser feito por fornecedores externos o que tinha a ver com obras e manutenção de equipamentos. Após a saída dos 700 efectivos, houve um período em que a MM teve cerca de 500 contratados a prazo; esta prática foi substituída por empresas de aluguer de mão-de-obra, havendo suspeitas de nalgumas destas existirem interesses de militares.

Celeste Soeiro reafirma a existência de interesses privados, frequentemente ligados a militares, em empresas que gravitam nesta área. Nas OGFE «não há nomes

conhecidos, as coisas são feitas de forma camuflada», mas «se o poder político quisesse, desencadeava as investigações necessárias». Em várias ocasiões, os responsáveis têm sido alertados, «mas a resposta é a ameaça a quem denuncia», nomeadamente os representantes dos trabalhadores. Desafiando a que sejam feitas todas as averiguações,

raras excepções). Agora, «não podem ser os trabalhadores a pagar» os resultados das orientações que sempre combateram.

O ministro mandou constituir um grupo para, até final de Julho, propor um plano para o encerramento. Até lá, uma nova ameaça paira sobre os trabalhadores de todos os estabelecimentos fabris do Exército: a aprovação de

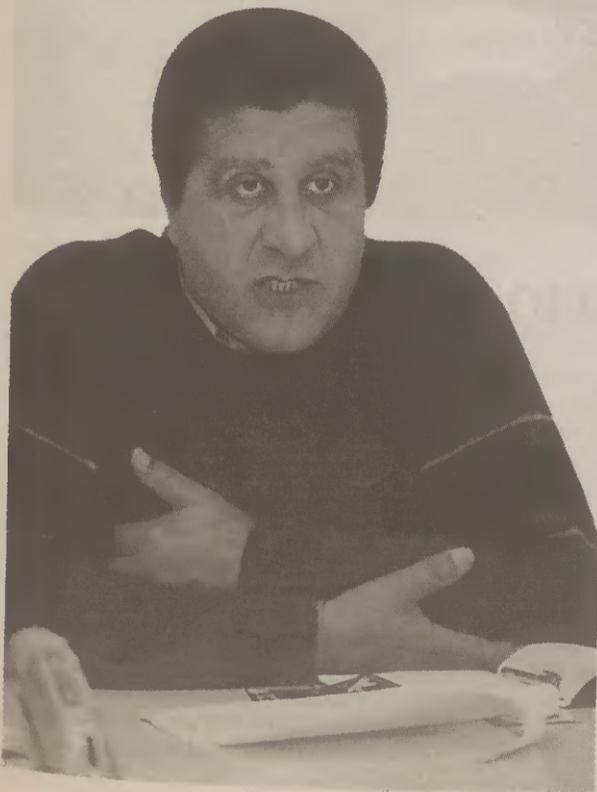


afirma que «há corrupção, não só com militares mas também com civis», e existe «trabalho feito na OGFE que reverte para outros, que supostamente o fizeram noutra lado».

Com graves culpas e sem investigação continua a acção política que, ao longo dos anos, tem conduzido os estabelecimentos fabris à situação invocada para decretar o seu encerramento. Os trabalhadores têm apontado os problemas e têm proposto soluções, ignoradas ou recusadas pelo poder político e pelas chefias militares (com

medidas legislativas com vista a que lhes seja aplicada a lei geral do Trabalho, e não o regime da Administração Pública.

«Como trabalhadores e como comunistas, vamos defender o caminho do esclarecimento, da mobilização e da luta de todos», sublinha Celeste Soeiro, lembrando que, apesar das dificuldades e dos receios impostos por quem age como se estivesse ainda nos quartéis, os homens e mulheres que trabalham no sector têm resistido com firmeza a anteriores ataques.



Polícias

Na próxima terça-feira, dia 16, a Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança promove, em Lisboa, uma acção a favor da desmilitarização e contra a repressão ao associativismo. O porta-voz da comissão, José Carreira, afirmou à Agência Lusa que a manifestação tem por objectivo «demonstrar a vontade dos agentes na desmilitarização das forças de segurança e sublinhar o seu repúdio pela repressão do associativismo, que se nota especialmente na Guarda Nacional Republicana». José Carreira considerou que os processos disciplinares e a consequente suspensão de José Alho e José Manageiro, dirigentes da Associação Profissional da Guarda (APG), «traduzem uma actuação do Comando-Geral da corporação contra os profissionais ligados às associações». Defendeu que a GNR, tal como aconteceu na PSP, «deve iniciar um caminho no sentido da desmilitarização e aproximação à sociedade civil».

Vestus

Encerrar a empresa é a intenção da administração da Vestus, manifestada poucos dias antes de se apresentarem ao trabalho os 359 trabalhadores que estavam, desde há 4 meses, com contratos suspensos. O Sindicato dos Têxteis do Sul, recordando que a empresa do grupo Kansas foi passada, a custo zero, para industriais suecos e holandeses, acusa aquela multinacional de ter fugido de Portugal, deslocalizando a produção para a Rússia e outros países. O lay-off foi requerido para fazer uma reestruturação comercial, mas a decisão, afinal, é o encerramento. Em plenário, foi recusada a proposta de rescisão de contratos para o despedimento dos 414 trabalhadores da Vestus. Para hoje de manhã estava marcada nova reunião do pessoal, na maioria constituído por mulheres.

Melka

Fechar a fábrica de Palmela no fim de Julho é o objectivo da administração da Melka, comunicado sexta-feira. O Sindicato dos Têxteis já denunciou que a multinacional, do grupo britânico William Bird, planeia transferir a produção para países como a China, Indonésia ou Vietname, onde os muito baixos custos da mão-de-obra permitirão um crescimento significativo dos lucros. O sindicato manifestou igualmente receio de que o encerramento possa alastrar às fábricas da Melka no Cacém.

Enfermeiros

Podem ser despedidos até final do mês 40 enfermeiros do Hospital de Santa Maria, alertou o SEP. Segundo o sindicato, mais de mil enfermeiros contratados na região de Lisboa poderão ir para o desemprego até final do ano, se não for assinada a estabilização de quadros.

Plenário nacional de sindicatos reafirma preocupações e decide acções para «um grande 1.º de Maio»

Prioridade às empresas



Para um grande 1.º de Maio, a CGTP decidiu avançar desde já com acções de esclarecimento, mobilização e luta em defesa dos direitos e interesses de quem trabalha

Durante o corrente mês, os esforços vão concentrar-se na realização de plenários e encontros com os trabalhadores para divulgar as posições da CGTP e estimular «todas as lutas que se mostrem necessárias».

Na semana passada, o plenário nacional de sindicatos analisou o novo contexto político e a acção da Intersindical Nacional. No dia 4 eram já conhecidos a estrutura e o elenco do Governo PSD-PP, que vieram «confirmar as reservas já manifestadas pela CGTP-IN aos compromissos eleitorais do PSD e do PP, quer naquilo que foi avançado quer em relação ao que intencionalmente não ficou expresso».

A resolução aprovada no plenário afirma que «os programas políticos do PP e do PSD incorporam e são expressão dos objectivos mais profundos da direita social e das dinâmicas mais conservadoras e retrógradas que se manifestam na sociedade actual».

«Neste Governo de direita, a indigitação ministerial de personalidades ligadas a grupos económicos, designadamente ao sector financeiro que, desde há muito, procuram a privatização de importantes funções sociais do Estado e da qual estes se mostram empenhados defensores, indicia uma opção que privilegia o lucro em prejuízo do social, em áreas tão vitais como a Segurança Social e a saúde», denuncia a central.

Na resolução são também comentadas declarações públicas produzidas por Manuela Ferreira Leite, nomeada ministra das Finanças, e por representantes do PSD e do PP, as quais apontam para «medidas de grande violência» e o «apertar do cinto». Os destinatários, refere a *Inter*, «são, mais uma vez, os trabalhadores» e «esta

é uma posição inaceitável», pois «os trabalhadores não podem ser responsabilizados ou penalizados com a ausência de mudanças estruturais e com a manutenção de uma política assente na afirmação de que «a redução do défice orçamental deve ser feita pela diminuição da despesa e não pelo aumento da receita».

Confirmam-se as reservas da CGTP face aos compromissos do PSD e do PP

Destes factos, o plenário conclui que há, por parte do Governo, duas opções evidentes:

– «a negação de qualquer propósito de avançar com uma reforma fiscal que corrija a iniquidade e a injustiça fiscais, mantendo assim a escandalosa situação de fazer recair sobre os trabalhadores por conta de outrem o peso da carga fiscal, enquanto a maioria das empresas e os ganhos da especulação financeira e a riqueza não pagam impostos»;

– «a intenção de, por forma directa, na Administração Pública e, indirecta, no sector privado, impor limitações graves à necessária evolução dos salários».

A extinção do Ministério da Reforma do Estado e Administração Pública, por seu turno, «deixa antever a subalternização da necessária reforma do Estado e a subestimação dos verdadeiros problemas da Administração Pública, da modernização dos serviços e da desejada dignificação, qualificação e valorização socioprofissional dos seus funcionários».

A CGTP entende, assim, que há «motivos suficientes para encarar com profunda atenção e natural apreensão as implicações económi-

cas e sociais de uma política que não perspectiva uma via capaz de consolidar e aprofundar o regime democrático, resolver os problemas estruturais do País e garantir os caminhos do desenvolvimento sustentado e do progresso social». O poder económico e financeiro, que «ensaia, em muitas empresas, medidas de pressão e chantagem sobre os trabalhadores, visando intimidá-los e desarmar a sua organização e luta», «sente-se, ostensivamente, senhor do poder político e tentará impor os seus objectivos próprios à política do País», previne a central.



Plenário em Lisboa

Um plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores teve lugar anteontem à tarde, na Casa do Alentejo, em Lisboa (na foto). A USL/CGTP iniciou assim a análise colectiva sobre os problemas e as respostas necessárias no novo quadro político. Foi salientada pela União dos Sindicatos de Lisboa a grande importância que assumem «o esclarecimento e a unidade dos trabalhadores contra quaisquer tentativas que visem pôr em causa os seus direitos». «Em simultâneo, a exigência de resposta positiva às reivindicações da USL e da CGTP-IN estarão na primeira linha de prioridades do movimento sindical, no

Promessas... de luta

A CGTP lembra que o PSD e o PP «fizeram promessas eleitorais de que iriam distribuir melhor a riqueza, melhorar o emprego, a saúde, o ensino, a protecção social, a justiça, conseguir mais coesão social e mais solidariedade», mas afirma a certeza de que aqueles partidos «não têm destes justos anseios dos trabalhadores e da população portuguesa o mesmo entendimento que deles tem o movimento sindical» e nota que «os caminhos propostos para os atingir são, muitas vezes, a forma de negar a sua concretização».

Para a central, contudo, aquelas causas «constituem a razão da nossa luta de ontem, de hoje e de amanhã, independentemente da origem e composição do Governo do País». Por isso, «certa de interpretar os reais anseios de mudança», a CGTP entende oportuno declarar, neste início da governação de Durão e Portas, que:

– a central mantém «total empenho para, através do diálogo, da negociação, da intervenção institucional, da luta no sector privado e no público, em pleno exercício da democracia e dos direitos constitucionais consagrados, agir com determinação e confiança na salvaguarda dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e na construção de um futuro melhor a que os portugueses têm direito»;

– «os trabalhadores estão saturados da sistemática invocação da crise, que apenas tem servido para que alguns enriqueçam aceleradamente e para fazer recair sobre os trabalhadores os custos das dificuldades económicas resultantes de políticas desastrosas e práticas patronais ancilosas»;

– e «é impensável adiar por mais tempo uma aproximação sustentada aos níveis salariais e de desenvolvimento dos nossos parceiros europeus, que permita aos trabalhadores e à população usufruir de melhores condições de vida e, assim, construir-se uma sociedade efectivamente democrática e solidária».

Na resolução reafirma-se que a CGTP «honrará, como sempre, os seus compromissos com os trabalhadores e reafirma a sua firme determinação na luta pela plena satisfação dos justos e legítimos anseios dos trabalhadores e das suas reivindicações laborais e sociais».

Évora

Em Évora, teve lugar, no dia 5, a 4.ª Conferência da União dos Sindicatos do Distrito, na qual participaram mais de 80 delegados que, como refere a Agência Lusa, elegeram a nova direcção da USDE e debateram a intervenção sindical no actual contexto. Na conferência interveio o secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva.



Salários justos e respeito pelos direitos são reivindicações justas, tanto mais num sector onde vários abusos são conhecidos

Cantinas, refeitórios e áreas de serviço Por melhores salários

Anteontem, durante uma greve nacional de 24 horas, trabalhadores de várias empresas concentraram-se frente à sede da ARESP, para protestar contra a «posição arrogante, autoritária e intransigente» da associação patronal.

Hospitais, escolas e outros serviços concessionados da Administração Pública, áreas de serviço das auto-estradas e empresas industriais foram afectados anteontem pela greve dos trabalhadores das cantinas, refeitórios e fábricas de refeições. A Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal convocou a paralisa-

A posição patronal só deixou aos trabalhadores o caminho da luta

ção de 24 horas para reivindicar, no âmbito da revisão do contrato colectivo de trabalho, aumentos salariais de sete por cento, melhores condições de trabalho, 35 horas semanais, 25 dias úteis de férias, progressão na carreira profissional, um regime de diurnidades e justa retribuição do trabalho prestado aos sábados e domingos.

Durante a greve, teve lu-

gar uma concentração em Lisboa, frente à sede da associação patronal do sector, no qual trabalham cerca de 8500 pessoas. A ARESP é instada a retomar as negociações para a revisão do contrato colectivo de 2002, que foram interrompidas no princípio deste ano.

A luta foi anunciada no dia 5, durante uma acção sindical que abrangeu as áreas de serviço de Palmela e Aveiras, concessionadas à Pransor, uma empresa espanhola, que tem cerca de 400 trabalhadores e se recusa a aplicar o contrato colectivo de trabalho do sector e paga «salários muito baixos, apesar dos preços muito elevados que são praticados», como disseram dirigentes

do Sindicato da Hotelaria do Sul, citados pela Lusa. Os trabalhadores da Pransor recebem cerca de 300 euros (60 contos) por mês, um salário de miséria que é muito inferior – menos cerca de 75 euros (15 contos) – ao que é praticado por outras empresas do sector.

Zoo

Os trabalhadores do Jardim Zoológico de Lisboa decidiram sexta-feira, prosseguir a luta pelo reinício das negociações de revisão do Acordo de Empresa. Para conquistarem a reposição do poder de compra, a redução do horário de trabalho, o aumento do período de férias, o fim da discriminação salarial e outras reivindicações, a que a administração do Zoo tem respondido com «medidas repressivas e discriminatórias» – como refere um comunicado da Fesaht/CGTP – os trabalhadores marcaram uma concentração para dia 24 de Abril. Resolveram também participar no 1.º de Maio e admitem convocar novas lutas no próximo mês.

Greve amanhã no sector FMEE

A FSTIEP/CGTP convocou para amanhã uma greve nacional nas empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico, com o objectivo de exigir melhorias salariais e repudiar as pretensões expressas pela associação patronal ANIMEE.

A associação, dominada por multinacionais, quer dar por encerrada a negociação da revisão salarial para este ano. Ao mesmo tempo, acusa a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, os representantes patronais querem alterar o clausulado do contrato colectivo do sector, nomeadamente no que se refere à flexibilização dos horários de trabalho, incluindo a laboração contínua, e no que toca ao período e forma de pagamento do trabalho nocturno.

Para a FSTIEP, «o processo negocial não está encerrado», uma vez que a actualização salarial pretendida pela ANIMEE, de apenas três por cento, representaria perda do poder de compra por parte dos trabalhadores.

A desregulamentação do contrato, acrescenta a federação, «conduziria à completa desorganização da vida familiar e social dos trabalhadores, na sua maioria mulheres, pois, passariam a ter horários incompatíveis com a estabilidade do seu agregado familiar, deixariam de ter os fins-de-semana livres, ficando sujeitos a maior pressão psicológica e esforço físico, para além das consequências ao nível da saúde que estas alterações provocariam».

A alteração do conceito de trabalho nocturno «implicaria perdas salariais significativas para os milhares de trabalhadores que laboram neste período,

denuncia a FSTIEP, que apresenta alguns exemplos. No turno fixo, das 17 horas à uma da manhã, «deixariam de ser consideradas nocturnas 4 horas diárias, (das 20 às 24 horas), ou seja uma média de 88 horas mensais». Esta média seria de 66 horas, no turno fixo das 15 às 23 horas, e de 44 horas, no turno fixo das 14 às 22. O prejuízo, na remuneração do trabalho, variaria entre 60 e 160 euros (12 e 32 contos).

Na EDP dia 18

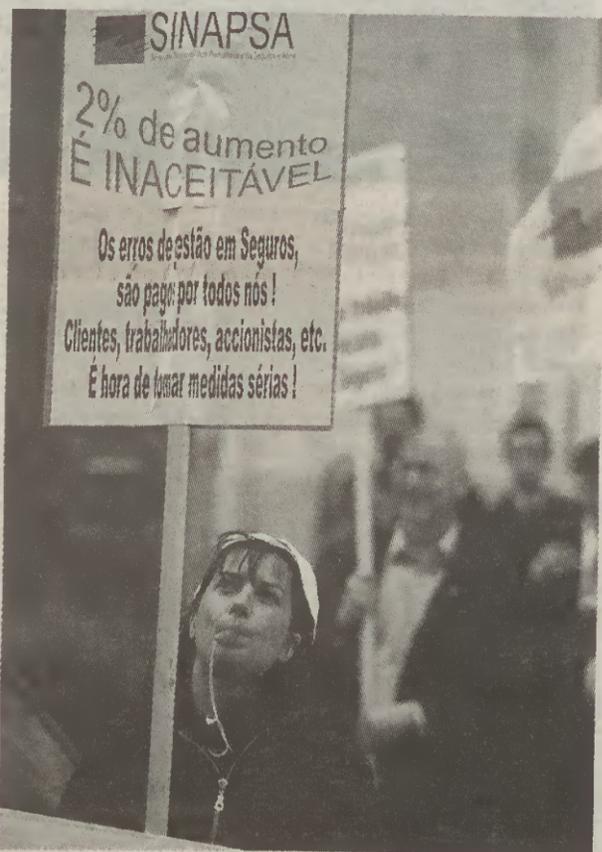
O plenário nacional de delegados sindicais da FSTIEP decidiu convocar para a próxima quinta-feira, em Lisboa, uma concentração nacional de trabalhadores das empresas do grupo EDP e da REN (onde esta obteve uma participação de 30 por cento), uma vez que os representantes patronais nas negociações da revisão salarial decidiram unilateralmente dar o processo por terminado, «impondo valores que degradam os salários, insistindo em fazer recair sobre os trabalhadores os efeitos da má gestão».

Um comunicado da federação refere que, «para além das violações sistemáticas ao Acordo Colectivo de Trabalho, a EDP mantém a política de encerramento desenfreado de instalações, pondo em causa postos de trabalho, com consequentes prejuízos para os trabalhadores e consumidores, persistindo na pressão para impor transferências, extremamente penalizadoras para os trabalhadores».

A concentração, acompanhada de um pré-aviso de greve, terá lugar às 14 horas, frente à sede da EDP, na Avenida José Malhoa.

Protesto aberto contra seguradoras

Com o objectivo de exigir uma actualização salarial justa e expressar publicamente o repúdio dos trabalhadores face aos dois por cento que o patronato quer impor, os três sindicatos do sector de seguros subscreveram uma carta-aberta às seguradoras, que foi depois assinada por muitos funcionários de diferentes companhias. Anteontem à tarde, frente à sede da Associação Portuguesa de Seguradores, teve lugar uma concentração que, como informou o Sinapsa, teve por objectivo entregar as assinaturas recolhidas e exigir uma resposta às justas reivindicações dos trabalhadores, que vêem os seus salários diminuir, face aos níveis da inflação, e cada vez mais afastados das remunerações praticadas no sector, noutros países da União Europeia. A situação laboral é agravada, frisa o Sindicato Nacional dos Profissionais de



res, «fazendo recair sobre eles todas as decisões resultantes da má gestão, que são exclusivamente da responsabilidade das administrações das empresas e, em última análise, dos seus accionistas».

STEFFAs marca quarta-feira de luta

O plenário de membros de órgãos representativos dos trabalhadores, realizado anteontem por iniciativa do sindicato do pessoal civil das Forças Armadas, decidiu avançar com o esclarecimento sobre a gravidade da situação criada com a publicação do despacho 7030/2002, em que Rui Pena, ministro cessante da Defesa, aponta para o encerramento das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e da Manutenção Militar.

Para a próxima quarta-feira, dia 17, ficou marcada «uma acção de luta, a levar a efeito junto de órgãos de poder», informou o sindicato.

Também anteontem, os trabalhadores da Manutenção

Militar, reunidos em plenário em Lisboa, aprovaram uma resolução na qual, para além de repudiarem o despacho de Rui Pena, exigem do poder político que a reestruturação dos estabelecimentos fabris do Exército «se desenvolva ouvindo as organizações representativas dos trabalhadores». O texto da resolução, citado pela Lusa, afirma que as conclusões do estudo que levaram o último ministro da Defesa do governo socialista a determinar a extinção da MM e das OGFE escamoteiam «28 anos de exigências dos trabalhadores para a reestruturação dos estabelecimentos fabris do Exército e investimento na modernização tecnológica». «Escamo-

teia-se ainda a gestão danosa e os níveis de corrupção de quem dirigiu estes estabelecimentos», acrescenta a resolução, referindo também que as dificuldades por que passam a MM e as OGFE «decorrem em larga medida de motivos a que os estabelecimentos são alheios».

«Em contrapartida, realça-se o valor (avaliado muito por baixo) do património imobiliário, apostando-se decisivamente na valorização da especulação imobiliária em detrimento da valorização produtiva nacional», afirma-se no documento. Os trabalhadores exigem ainda o «cabal cumprimento» do seu vínculo à Administração Pública.



A chuva não atemorizou comunistas, que reafirmaram, na

Um projecto ímpar

«Valeu a pena e vale a pena ser comunista», afirmou Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, em termos de conclusão do discurso proferido na Quinta da Atalaia, no decurso do almoço comemorativo do 81.º aniversário do PCP.

Apesar da chuva, o almoço - que inicialmente apontava para duas centenas de participantes - acabou por juntar mais de quatrocentas pessoas. A comissão organizadora viu-se mesmo obrigada a encerrar as inscrições, deixando de fora muitos camaradas e amigos do Partido.

A ementa era apelativa e os camaradas de Sines esmeraram-se na caldeirada. A maioria dos presentes preten-

dia, porém, acima de tudo, ouvir falar da situação política e do Partido. Aliás, sempre que Jerónimo de Sousa reafirmava os princípios por que o PCP se tem orientado e as características que o enformam a audiência aplaudia entusiasticamente.

No final da intervenção (que a seguir se transcreve), os presentes entoaram a «Internacional» e o «Avante, camarada».

ram se valia a pena ser comunista e continuar a sua luta? Afinal valeu porque com a sua generosa e por vezes heróica contribuição o povo

português acabou por alcançar a liberdade e a democracia. A questão hoje volta a ser colocada e de forma mais complexa.

famílias que se sustentavam e sustentavam a ditadura fascista, juntando mais uma ou outra que beneficiou das privatizações e dos favores dos governos e das políticas de direita, dominando já cerca de 30% do Produto Interno Bruto, quando aumentam as precariedades laborais e se procura cavar um fosso geracional tendo como alvo a juventude trabalhadora, quando tudo indica que esta maioria de direita e o governo de direita estão dispostos a transformar-se no cobrador das facturas exigidas pelos grupos económicos e grandes seguradoras, designadamente privatizando serviços públicos, áreas e funções sociais do Estado

(Segurança Social, Saúde e Educação); estão dispostos a responder às ordens do capital para conter ou congelar os salários, alterar leis estruturantes do direito do trabalho e dos horários de trabalho e da protecção contra dos despedimentos; então, camaradas, se demonstra que os principais factores que caracterizam o capitalismo e a sua natureza exploradora estão actuais, como actuais estavam os seus objectivos que Marx e Léni-ne caracterizavam no seu tempo, como actuais estão os nossos objectivos e a nossa luta em torno do projecto de transformação social que nos anima e da nossa dimensão internacionalista.

Vale a pena

Num quadro internacional e nacional profundamente adverso às forças revolucionárias e progressistas, quando o capitalismo desencadeia

à escala planetária uma formidável ofensiva ideológica, política, económica, social, cultural e militar, quando o nosso imaginário colectivo sofreu um profundo abalo face à desintegração da URSS e às derrotas do socialismo; quando aqui no nosso país os sucessivos governos aplicam as orientações determinadas pelos círculos de decisão do grande capital e da União Europeia; quando de forma mais sofisticada se impõem os valores do individualismo, do salve-se quem puder, se moldam comportamentos, formas de estar, de pensar, de votar; quando por parte de um exército de defensores do neoliberalismo (políticos, economistas, juristas, jornalistas, analistas) se desenvolve a teorização do fim da história, do fim do comunismo e dos comunistas, do fim da luta de classes; quando dos pântanos do conformismo se ouvem vozes apelantes dos que já desistiram e se instalaram, tentando arrastar-nos e arrastar o Partido para as inevitabilidades da situação e, à ideia da perpetuação do sistema, quantos de nós, às suas inquietações não acrescentam a interrogação se vale a pena persistir no combate ou mesmo, se vale a pena ser comunista.

E no entanto, olhando para o mundo, estudando a reali-

dade que nos cerca e desdificando os reais objectivos do grande capital, verificamos que ele, afinal, com todas as mutações e alterações verificadas com toda a sua capacidade de regeneração não só não se conformou com as parcelas do domínio perdido no confronto com a luta e a conquista dos povos e dos

Importa, neste momento, ir às raízes e aos fundamentos do Partido

Um Partido ligado às massas

«Realizamos este convívio para comemorar o octogésimo primeiro aniversário do nosso Partido.

E se 81 anos é um tempo curto na história do povo português, é um tempo bastante na vida de um Partido para julgar do seu papel, da sua história, da sua luta, da actualidade e validade do seu projecto, da sua identidade e natureza.

E importa no momento presente, ou mesmo nas análises e decisões que nos preparem para tarefas e combates futuros, ir às raízes e aos fundamentos deste Partido que surgiu como uma necessidade histórica de uma classe, inspirado por uma teoria revolucionária mas, simultaneamente, como recusa do receituário e da concepção esquemática, tentar saber aplicar essa base teórica às condições concretas da sociedade portuguesa.

Em 1921, os fundadores do PCP definiram como princípio e principal compromisso criar um Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

No curto tempo de legalidade e nos longos anos de clandestinidade e de resistência ao fascismo foi essa matriz, foi essa ligação às classes trabalhadoras, identificando-se com os seus pro-

blemas, as suas aspirações, interesses e direitos, que deu ao PCP a força e a dinâmica capazes de atrair e mobilizar outros sectores e camaradas não proletários.

Foi essa identificação e essa ligação, mesmo quando as vagas mais violentas e repressivas da ditadura fascista levava a anunciar e a declarar a liquidação do Partido, que permitiu o seu ressurgimento, quantas vezes pela via de um só militante comunista, às vezes tão-só de um amigo do Partido, para retomar e desenvolver a luta e a organização.

Foi essa identificação e essa ligação inquebrantável à sua natureza de classe e à base teórica que constituíram a chave do segredo para que o PCP conseguisse resistir nas duras condições impostas pelo fascismo e ter um papel decisivo na luta pelo seu derubamento e escrever algumas das páginas mais exaltantes da sua história no acto e no processo da revolução de Abril e na construção da democracia em Portugal.

Mas quantas e quantas vezes esses obreiros deste Partido, quantos homens e mulheres, perante a força do fascismo, quando o sacrifício era mais doloroso e a liberdade mais longínqua, quantos comunistas não se interroga-



Estatutos continuam a valer

Não duvidamos das condições difíceis em que temos de travar batalhas necessárias. Nem sequer duvidamos da necessidade de procurar caminhos e respostas dinâmicas tendo como base as novas condições e novas situações, as alterações e mudanças que vão acontecendo no país e no mundo.

Mas não permitindo que nos tentem acantonar nas nossas debilidades e deficiências, há um ponto de partida incontornável nessa dinâmica permanente de renovação, inovação e criatividade: Continuam a valer as deliberações do XVI Congresso! Continuam a valer os estatutos do Partido!

Porque a renovação e a inovação não podem constituir um fim em si mesmo, elas devem integrar-se no respeito e no prosseguimento do projecto e das normas que trouxeram ao Partido os militantes que o integram, realizadas pelos militantes e não contra eles, respeitando a composição social do Partido nos seus diversos níveis e não contra ela, respeitando a sua natureza e identidade das quais faz parte, além do projecto que os uniu, a própria história do Partido.

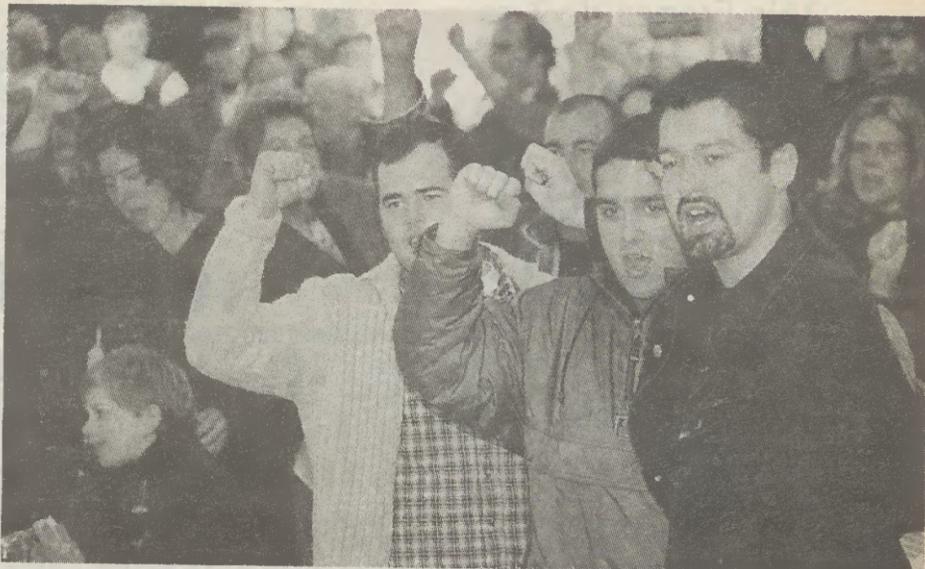
O que verificamos hoje é que, num quadro em que as forças do capital e da direita desencadeiam uma grande operação para debilitar (e se

Um projecto actual

Quando assistimos à acumulação de fabulosas fortunas por parte de um punhado de donos de multinacionais que davam e sobravam para erradicar a fome e a doença que vitimam centenas de milhões de seres humanos, particularmente as crianças

da América latina, da África e da Ásia, quando mesmo nos países desta União Europeia, rica e desenvolvida, existem 18 milhões de desempregados e 50 milhões de pobres e excluídos, quando aqui no nosso país concreto se restaura o poder das

trabalhadores, como procura recuperá-las para aumentar a exploração. O exemplo da barbárie que hoje se abate sobre o povo palestino pela mão do governo de Ariel Sharon e pelo apoio do governo de Bush, demonstra a verdadeira face e o carácter do capitalismo. A solidariedade activa dos comunistas portugueses para com o povo palestino é uma condição e uma tarefa urgente e permanente.



Atalaia, determinação em defender valores do PCP

puessem eliminar) este PCP, eis que surgem alguns membros do Partido, conhecidos porque o Partido os fez conhecer, num triste papel de figurantes (mesmo quando pensam que estão a ser protagonistas) a tentar dividir, a tentar fraccionar e a confun-

dir sob a capa da modernidade e da renovação.

Se alguém tinha dúvidas do seu papel e dos seus objectivos reais leiam-se as suas declarações na pré-campanha eleitoral para as legislativas no quadro difícil em tratávamos essa batalha.

Seguindo à risca as orientações de conhecidos «pepólogos» que fizeram tese sobre a derrota dos quem em 90 queriam social-democratizar o Partido, dizendo que o seu erro tinha sido alterar a orientação política e programática e subestimar os métodos, segundo tais conselheiros haveria que, primeiro, alterar os métodos e se fosse possível sem se dar por isso. Como não foi, há que tentar prosseguir uma linha do facto consumado, tentando conduzir à vul-

garização da violação sistemática das normas livremente assumidas por todos os que aderem ao Partido. À cautela contam sempre com a cobertura da Comunicação Social, passando de agressores a possíveis agredidos, assumindo o estatuto de inimpugnáveis.

Na concepção do Partido que temos e do Partido que somos, há militantes com diversas responsabilidades mas não pode haver militantes com diversas categorias.

Não temos certezas absolutas nem as soluções todas. Mas recusamos soluções falsas. Recusamos que o capitalismo seja o fim da história e recusamos a perpetuação da exploração do homem pelo homem, recusamos, tal como em diversos momentos da longa história do Partido, ter um Partido igual aos outros, adaptado e diluído no sistema que combate.

O Comité Central, ao decidir da realização duma Conferência Nacional em meados de Junho com objectivo de discutir o novo quadro político e tarefas para reforço da intervenção e influência do Partido considera essencial que ela seja o culminar de um largo processo de participação dos militantes comunistas e da expressão das suas opiniões e contribuições. Procurando linhas de trabalho e iniciativas num quadro de um movimento geral para o necessário reforço do Partido aos vários níveis e direcções de trabalho, procurando concretizar as orientações do XVI Congresso, a Direcção do Partido decidiu da reali-

zação em Outubro dum Encontro Nacional virado para o reforço da organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores, o avanço da preparação da Conferência Nacional sobre o PCP e o poder local a realizar em finais de Fevereiro de 2003, o apoio à realização do VII Congresso da JCP previsto para Novembro próximo, a definição de iniciativas e debates para considerar o desenvolvimento do trabalho do Partido junto dos intelectuais e quadros técnicos a par do trabalho dos micro, pequenos e médios empresários, a adopção de medidas de direcção, de quadros e financeiras, realizar assembleias das organizações dando prioridade às organizações de base, às organizações concelhias e de sector, prosseguir uma activa acção de recrutamento e preparar a nossa Festa do Avante com a generosidade e o empenhamento de quadros e militantes para que ela seja um marco destacado na actividade política, cultural e artística do País.

Enganos não duram sempre

Falsificando as posições do Partido para depois fustigar a posição falsificada, apelando à abstenção ou ao voto no PS, vieram depois falar de tristeza pelo resultado eleitoral alcançado pela CDU. Eles, que com tantos microfones abertos, tantas câmaras de televisão disponíveis, tantas resmas de artigos e entrevistas, nem uma vez que fosse apelaram ao voto na CDU.

Eles que sabiam e sabem do prejuízo que estavam a fazer ao Partido e à CDU, eles que sabiam que estavam a dar uma péssima contribuição para aumentar o preconceito anticomunista (desde a suspeição de um suposto assalto a uma casa para desviar papéis, à classificação de que a Direcção tinha sido tomada de assalto por um «grupo de estalinistas e terroristas», à atempada instrumentalização de emoções e solidariedades pessoais e

familiares) atiraram a pedra e esconderam a mão, nunca explicando o que realmente queriam e querem.

Só que pode enganar-se os militantes muito tempo mas nunca o tempo todo. No discurso ainda codificado e mistificador, procurando federar insatisfações e críticas por vezes justas e sentidas por muitos militantes, agindo já como fracção organizada, o que exigem é a invalidação e a ilegitimidade do XVI Congresso, a substituição da Direcção e dos seus organismos e, em particular, a sua composição social, a neutralização das normas estatutárias que caracterizam este Partido como Partido revolucionário, com uma ideologia revolucionária, com uma só Direcção e uma só orientação, querem um Partido organizado por chefes de fila ou por notáveis, dividido e salamizado por diversas tendências.

Recusar falsas soluções

Na história deste Partido sempre existiram diferenças de opinião e até divergências entre militantes. Tal facto não pode constituir um mal. Quantas vezes a contradição ajudou às decisões mais justas. Faz parte do património político do PCP o debate interno, franco e fraternal, com a participação do maior número de militantes, sobretudo quando estão em causa questões fundamentais. E que ninguém no seio do Partido, com receio de ser catalogado, se sinta condicionado na sua contribuição e na sua crítica para ajudar este Partido a reforçar a sua organização e influência.

Mas não é isto que alguns

querem. Não é esse o espaço conveniente para o debate. Os seus promotores conhecem suficientemente este Partido para saber que os seus militantes, na sua esmagadora maioria, não abdicam de ter este Partido Comunista, que podem não ter lido «O Capital» de Marx, mas por causa dos seus ideais, das suas lutas, da sua militância e das suas convicções, haverão de considerar este PCP intrínseco aos seus anseios de liberdade, de humanismo, de emancipação e de transformação social, mesmo sabendo que o seu sonho está mais avançado que a realidade.

É verdade, camaradas!

Por uma sociedade justa

Tais objectivos são inseparáveis do nosso combate político que vai ser mais exigente perante o inevitável desenvolvimento e concretização da política do Governo de direita particularmente nas áreas económicas e sociais.

Não nos iludamos com as dissensões, as zangas pessoais ou ódios de estimação que possam existir entre o PSD e o PP. Os grandes grupos económicos e financeiros exigirão que aproveitem a oportunidade para levar por diante o seu caderno de encargos e as suas encomendas.

E tal como ao longo de toda a história do nosso Partido, continuando a contar com a combatividade, a proposta e a iniciativa do nosso Grupo Parlamentar, com acção e a obra dos nossos eleitos nas autarquias, havemos de encontrar nos trabalhadores, nas suas aspirações, interesses e direitos,

na sua luta, a fonte da vida, da intervenção e influência para enfrentar e prosseguir com determinação outras batalhas, porventura bem difíceis, mas necessárias. Temos causas, valores, temos um projecto, ímpares na sociedade portuguesa.

Tudo faremos, comunistas do nosso tempo, para tomar nas mãos o legado histórico que hoje comemoramos, para, agindo agora, olhar para o futuro com aquela inquebrantável vontade de construir uma sociedade mais justa e democrática sem perder o rumo e o objectivo da construção do socialismo na nossa pátria.

É por isso que valeu a pena e vale a pena ser comunista, valeu e vale a pena comemorar a história, o presente e o futuro deste Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, este Partido Comunista Português!



Vila Franca de Xira PS no «seu pior estilo»

O PS «mantém o pior do seu estilo» na gestão da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, concluiu, na quinta-feira passada, a Comissão Concelhia do PCP.

Após análise ao comportamento dos socialistas nos seus três primeiros meses de mandato, o PCP considera que, «apesar dos propósitos enunciados», o PS não alterou a postura que no último mandato o caracterizou de redução da «prática de participação dos eleitos e das populações» e «subversão do funcionamento democrático daqueles órgãos».

De facto, para além de não ter atribuído qualquer pelouro aos três vereadores da CDU - que representam 28% dos votantes -, afastou a oposição do Conselho de Administração dos SMAS, cuja gestão fica, assim, sem o devido acompanhamento e fiscalização. Quanto aos Orçamentos de Receita e Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, os comunistas constatarem que os documentos propostos na última reunião de Câmara foram «exactamente os mesmos» que haviam sido postos à apreciação dos vereadores da oposição e aos executivos das freguesias, portanto sem a integração de qualquer dos contributos ou prioridades sugeridos.

Também a transferência de verbas para as freguesias, para suporte de competências descentralizadas, foi de apenas 3%, ou seja, abaixo da inflação, apesar da transferência da Administração Central para a Câmara ter rondado os 9%. Mais, os vereadores da CDU constatarem que parte do orçamento de 2002 se destina a pagar despesas de obras realizadas em 2001, provando que o orçamento daquele ano, tal como haviam denunciado, era «demagógico» e «irrealista».

Comemorar Abril

Finalmente, o PCP acusa o PS de não ter cumprido o Estatuto do Direito de Oposição que explicitamente atribui aos partidos de oposição que não assumam pelouros nos órgãos executivos das autarquias, o «direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade».

Quanto ao programa municipal para as comemorações do 25 de Abril, o PCP lamenta que ele tenha retirado das ruas as manifestações populares, ficando limitado à formalidade das sessões solenes, precisamente num momento em que, debatendo-se a sociedade «com a falta de afirmação de ideais e valores nobres», elas constituiriam uma «ocasião privilegiada» para transmitir às gerações mais jovens, «que não conheceram a ditadura», a importância dos «valores da liberdade e da democracia» bem como «as dificuldades e sacrifícios por que muitos passaram» na sua conquista.

O PCP apela, assim, aos eleitos autárquicos, aos membros das colectividades, à população do concelho que adiram às manifestações populares e «tomem as ruas e praças de Vila Franca de Xira», como todos os anos, para expressar o seu empenho na defesa de Abril e dos seus valores.

Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

1. A constituição do Governo do PSD e do CDS-PP e as primeiras declarações dos novos governantes deixam já claramente antever alguns dos traços fundamentais da agravada política de direita que se propõe prosseguir e aplicar, confirmando-se assim plenamente as preocupações que o PCP oportunamente expressou face aos resultados eleitorais e às suas consequências para o País.

São particularmente visíveis a intenção já assumida do prosseguimento de uma política orçamental fortemente restritiva, previsivelmente à custa dos salários dos trabalhadores da função pública e de cortes em despesas sociais, impondo novas perdas do poder de compra e novos sacrifícios sobre as camadas mais desfavorecidas, a par da intenção da privatização de importantes áreas sociais e serviços públicos.

A Comissão Política do PCP sublinha que tais orientações, com forte incidência nas áreas económicas e sociais, merecerão o mais firme combate e oposição em todos os planos da sua intervenção política e encontrarão na resistência e na luta a expressão do descontentamento social que inevitavelmente produzirá.

2. A Comissão Política debateu também a dinamização da intervenção política do PCP traduzida desde já na apresentação que será feita amanhã no início do trabalho da Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP de um primeiro conjunto de projectos de lei, com os quais o PCP marca o firme propósito de honrar os compromissos assumidos com os eleitores.

3. A Comissão Política procedeu a um balanço do debate realizado em todo o Partido desde a última reunião do Comité Central que se tem caracterizado por uma empenhada participação e contribuição dos militantes e ultimou as propostas a apresentar à reunião do Comité Central dos próximos dias 13 e 14 sobre aspectos de

preparação da Conferência Nacional e do desenvolvimento da discussão a travar em todo o Partido sobre o novo quadro político e as tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido.

4. A Comissão Política do PCP chama a atenção do colectivo partidário para a atitude de alguns membros do Partido que, procurando explorar compreensivas insatisfações com os resultados eleitorais e reconhecidas debilidades orgânicas, vêm insistindo, à margem das orientações e regras de funcionamento partidário, numa acção visando dividir e enfraquecer a unidade do Partido.

A iniciativa que, no passado sábado, a pretexto de um jantar, alguns membros do Partido promoveram à margem e em ruptura com as regras de funcionamento do Partido e objectivamente com os laços de solidariedade, fraternidade e camaradagem com o colectivo partidário, constitui um novo passo num processo de confrontação com a base programática e ideológica e os princípios orgânicos do PCP, na tentativa de procurar impor o que a vontade dos militantes do Partido sempre recusou em sucessivos Congressos: a constituição de fracções organizadas dentro do Partido, dotadas dos seus próprios porta-vozes e agindo coordenadamente com os seus próprios objectivos políticos contrapostos aos democraticamente decididos pelo colectivo partidário.

A Comissão Política do PCP não pode deixar de registar que alguns que se procuram apresentar preocupados com o alegado «definimento» do PCP contribuíram para o favorecimento e branqueamento do PS e para uma deliberada desmobilização para o voto na CDU de muitos eleitores, persistindo numa acção de degradação pública da imagem do Partido que, não contribuindo para resolver qualquer problema, se traduz em sérios prejuízos para o Partido.

A Comissão Política do PCP valoriza o esforço e o empenhamento de muitos milhares de militantes que,

num quadro de interrogações, inquietações e opiniões diferenciadas, recusam auto-excluir-se da vida partidária e procuram dar o seu contributo para o debate político e ideológico, a superação de deficiências e preparar o Partido para responder à previsível ofensiva da política de direita. A Comissão Política do PCP apela a todos os militantes para que, pela sua reflexão e intervenção, contribuam para os trabalhos da preparação da Conferência Nacional e para o reforço orgânico e interventivo do Partido.

5. A Comissão Política do PCP chama a atenção para a dramática situação do povo palestino face à brutal ofensiva militar de ocupação do seu território, desencadeada com a clara cumplicidade da Administração Bush, por parte do exército de Israel.

O governo de Ariel Sharon tem de ser obrigado a pôr termo aos seus crimes, a acabar com o intolerável cerco a Yasser Arafat, a retirar as suas tropas de todas as povoações e territórios ilegalmente ocupados e a aplicar as resoluções da ONU. É urgente forçar o governo israelita a respeitar os direitos humanos e a conformar-se com a legalidade internacional, a pôr termo a inqualificáveis métodos de repressão e extermínio de que o massacre de Jenin é a mais recente e inquietante prova e a uma política que, deliberadamente, pretende negar os direitos nacionais ao povo palestino.

O PCP apela aos trabalhadores, à juventude, ao povo português, a todos os democratas e defensores da paz, para que expressem a sua solidariedade com a justa causa nacional do povo palestino. A Comissão Política do PCP convida à participação nas concentrações previstas em várias cidades do País, designadamente as que se realizam esta semana em Lisboa, Porto e Coimbra, de solidariedade com a Palestina e de exigência do fim da agressão a que está sujeita.

Lisboa, 9 de Abril de 2002

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Augusto Silva

Faleceu, com 72 anos de idade, o camarada António Augusto Silva. Pertencia à organização de Santos-o-Velho.

Carlos da Conceição Lopes

Faleceu, com 83 anos de idade, o camarada Carlos da Conceição Lopes, militante e activista do Partido em Sacavém, Loures. Esteve preso pela primeira vez em 1937, quando do movimento de luta dos trabalhadores da Fábrica da Loiça de Sacavém. Voltou a ser preso, mais tarde, pela participação na luta dos trabalhadores da antiga Fábrica dos Amidos (COPAM). Fez ainda parte da célula do Partido na Dyrup, empresa onde se reformou.

José Francisco Santos

Faleceu, no passado dia 28 de Março, o camarada José Francisco Santos, de 75 anos. Militante do Partido desde Julho de 1974, foi membro da Comissão de Trabalhadores da A. Silva e Silva. Actualmente pertencia à Organização de Freguesia da Aldeia de Paio Pires.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Porto

Salários deterioram-se

Os metalúrgicos do PCP estão preocupados com o crescimento de salários em atraso nas empresas Vulcapor e Fabrissás e do pagamento de salários às prestações na Jas, Resistente e outras empresas da região, afirma em nota à comunicação social a Direcção dos Sectores Profissionais da Organização Regional do Porto do PCP.

Na análise que fazem à situação social da indústria, os comunistas constatarem que os salários continuam a deteriorar-se e que se aprofunda a limitação dos direitos devido ao recurso crescente ao aluguer de mão-de-obra por parte das empresas, pelo que

alertam para a necessidade de potenciar a lei de aluguer de mão-de-obra que, depois de alterada, tipifica melhor as condições da sua gestão e limita abusos.

Preocupados, também, com a nova situação política, os comunistas mostram-se dispostos a lutar para contrariar qualquer «contenção salarial, desregulamentação maior do emprego e apetites das seguradoras sobre a segurança social». No que respeita, entretanto, ao Contrato da Metalurgia, agora revisto, ele é um «bom contrato», pois aumentou salários - ainda que se mantenham baixos - e salvaguardou direitos adquiridos.

Acidente ferroviário da Lousã

Falta investimento

O dramático acidente ferroviário que, na quinta-feira passada, na Linha da Lousã, causou cinco mortos e uma dezena de feridos deveu-se à visão economicista dos últimos governos do PSD e do PS, acusa a Comissão Concelhia da Lousã do PCP, atribuindo a essa visão a responsabilidade pela redução de normas de segurança, como o encerramento de estações e a inexistência de passagens desniveladas em substituição das inúmeras passagens de nível que existem e foram, no mesmo dia, palco também de mais um acidente.

«Se se tivesse apostado na electrificação e modernização da linha, em vez de gas-

tos, com resultados incertos, sobre o Metro para esta via, provavelmente estes acidentes não teriam acontecido», diz a Concelhia do PCP que, há vários anos, reclama a modernização da linha e passagens de nível com sinalização adequada.

Entretanto, exigindo «uma política de investimento sério no caminho-de-ferro, com respeito pela vida humana», o PCP considera que a CP e o Governo devem, desde já, responsabilizar-se pela indemnização e apoio às vítimas, já que eles são os responsáveis pelo sucessivo abandono a que a Linha da Lousã foi votada nos últimos anos.

EMIGRAÇÃO Incumprimento começou

Na composição do novo Governo, PSD e PP não só esqueceram a prometida criação do ministro adjunto para as Comunidades Portuguesas como ainda acrescentaram o título «Comunidades Portuguesas» ao de ministro dos Negócios Estrangeiros, acusa João Armando, membro da Direcção da Organização na Emigração do PCP. Este acrescento é «uma grosseira mistificação» que pretende «tomar os emigrantes por tolos», prossegue o dirigente comunista, apelidando também de «lamentável» o comportamento dos deputados do PSD eleitos pela emigração que tanto falaram na importância da existência de um ministro adjunto e agora desvalorizam o assunto, «vergando-se à vontade do seu partido e do Governo». Mas, para João Armando, esta questão serve de advertência aos próprios emigrantes que ora dão o voto ao PSD ora dão ao PS quando, afinal, «os factos mostram que estes deputados não estão lá para servir os emigrantes, mas sim para servir interesses contrários aos emigrantes».

AÇORES Deputado visita autarquias

José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores e deputado regional, visitou, na semana passada, as Juntas de Freguesia de Pedro Miguel e Angústias, Faial. No decurso das reuniões, que se inserem num conjunto de contactos que o deputado vai manter com entidades, instituições e todas as autarquias do Faial, foram tratados alguns problemas daquelas freguesias e formas de articulação que, no futuro, possibilitem a sua resolução. Entre as questões debatidas, destacam-se o estado de degradação em que se encontram muitas estradas, ruas e caminhos, o abastecimento de água à lavoura, a protecção da orla costeira, os apoios à recuperação de habitação degradada e os problemas crescentes e graves com que se depara o processo de reconstrução. No final das reuniões, quer os autarcas de Pedro Miguel e Angústias quer o deputado do PCP mostraram-se satisfeitos com a forma proveitosa como aquelas decorreram.

TROFA Electrificação provisória?

A electrificação «provisória» do troço de via entre o apeadeiro da Senhora das Dores e Lousada, que a REFER já adjudicou, «só deve ser permitida depois de haver garantias reais, traduzidas na irreversibilidade da obra, de que o traçado aprovado pelos trofenses será concretizado», defende a Concelhia de Trofa do PCP, reafirmando uma posição antiga, então subscrita também pelos outros partidos. O PCP espera agora que o PSD e o CDS/PP não voltem atrás na sua posição e que o presidente da Câmara Municipal mantenha os partidos informados sobre o desenvolvimento das conversações, tal como se comprometeu quando era presidente da C.I. De facto, o que a Concelhia do PCP teme é que uma situação dita «provisória» se venha a tornar «definitiva», daí que tenha já solicitado ao presidente da Câmara uma reunião com os representantes de todos os partidos e os autarcas de S. Martinho e S. Tiago de Bougado para discutir o assunto.

Por um PCP mais forte

O Partido está, mais uma vez, sujeito a uma violenta pressão ideológica. Uma pressão sistemática, prolongada, especialmente refinada e coordenada.



Rui Fernandes
Membro
do Secretariado

Em síntese, a questão que está colocada é a seguinte: ou o PCP mantém os seus princípios, objectivos e orientações e, conseqüentemente, ficará obrigado a um regime de quarentena, ou o PCP muda e então, sim, terá um tratamento em termos de igualdade na vida nacional.

Afirmando o PCP como partido necessário à sociedade, dão, preocupadamente, conselhos, e quanto mais

parte do PCP, de uma forte preocupação social.

Começam pelo «definhamento» e acabam a dizer que os delegados às iniciativas do Partido são escolhidos não eleitos.

Começam pela necessidade da «renovação» e acabam a dizer que esse desejo se encontra algures à beira-Tejo e não na vontade de milhares de comunistas que, no quadro da vida do Partido, discutem, analisam, concluem e agem pelo reforço do Partido, por uma mais ágil capacidade de resposta, por uma mais eficaz comunicação do Partido com a sociedade, por uma maior responsabilização de quadros a todos os níveis, por uma maior dinamização e intervenção dos organismos de base, etc., aliás como consta da Resolução Política e do património de construção, trabalho e luta do Partido.

“Os conselhos que nos dão são os de sempre, de anos, de décadas”

conselhos dão mais claro se torna que eles são os de sempre, de anos, de décadas.

Começam pela questão da «imagem» e acabam no problema do PCP ser marxista-leninista.

Começam pela «petrificação» e «ancilamento» e acabam no problema dos nossos princípios de funcionamento.

Começam por aconselhar a alteração da ideia (falsa desde logo) do Partido do «bota-abaixo», «inadaptado à vida», para acabar na defesa de um Partido conformado com a imobilidade das estruturas socioeconómicas capitalistas e, condescendendo, nas melhores versões, na manutenção, por

parte do PCP, de uma forte preocupação social.

De nós, comunistas, o melhor que nos chamam é «tristes». E se entristece ver tanta falta de ética e de verdade, nem por isso tal pode ser confundido com abatimento e desistência de lutar. E muito menos com menor convicção nos objectivos porque lutamos e, por isso mesmo, da necessidade deste Partido para

Um Partido que reflecte

travar as batalhas que se impõem cada vez mais travar. Lutar neste Partido e com este Partido, no quadro das regras e princípios de funcionamento que a todos obrigam.

Sem crises existenciais, enquanto Partido com uma história e um presente de entrega à causa da emancipação social dos trabalhadores, de luta pela liberdade e pela democracia, é todavia inegável que há quem se empenhe, afinadamente, em distorcer, caricaturar e falsear o que o PCP é e defende para mais facilmente justificar as suas próprias opiniões, avaliações e intenções e, talvez, crises existenciais próprias, e decretar a sua ruína e morte.

Estamos prestes a comemorar os 28 anos da Revolução de Abril, comemorações para as quais se impõe um redobrado esforço de mobilização, participação e afirmação dos seus valores. E vem a propósito recordar e sublinhar que este é o Partido que, fazendo frente aos que não se conformavam com o regime democrático, por ele lutou, por ele se bateu, e com ele está desde a primeira hora. Mas vem também a propósito sublinhar que este Partido não é uma «loja do cidadão», mas uma organização política com uma natureza de classe e um programa e ideologia correspondentes. Não é também uma «loja do cidadão» com informações sobre o futuro, mas que tem sido e certamente continuará a ser, com a luta e as energias dos trabalhadores e do povo, uma força insubstituível; que fala verdade e cumpre a sua palavra; que não se curva perante obstáculos e dificuldades; que não cede a pressões e a ameaças mas que, no quadro do trabalho colectivo e da discussão colectiva, reflecte e analisa procurando resposta às novas situações.



No arranque dos trabalhos parlamentares
Bernardino Soares em entrevista ao *Avante!*

PCP será oposição forte e combativa à política de direita

A Assembleia da República retomou os seus trabalhos. O novo quadro político emergente tem como pano de fundo uma recomposição do hemiciclo e uma nova arrumação de forças. O que comporta novos desafios e preocupações. Enfrentá-los com determinação e coragem, colocando na sua intervenção, reconhecidamente qualificada, o mesmo grau de rigor, de empenho e combatividade na defesa dos interesses do povo e do País, é, pela sua parte, a garantia dada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Conforme facilmente se pode depreender das palavras do seu presidente, Bernardino Soares, nesta entrevista ao *Avante!* onde se abordam, entre outras matérias, aquelas que vão ser as prioridades da bancada comunista no plano legislativo, o novo quadro político parlamentar e a acção das forças de esquerda com vista à criação de uma alternativa.

– À bancada comunista tem pertencido em muitos momentos tomar a iniciativa e marcar a agenda política. Neste início de Legislatura, no plano da produção legislativa, quais vão ser as prioridades do PCP?

– Decidimos iniciar a nova legislatura com a apresentação de um conjunto de iniciativas legislativas que considerámos prioritárias e que correspondem, aliás, a compromissos assumidos perante a população nas últimas eleições. Por isso, apresentámos já na Assembleia da República seis projectos de lei que tratam, nomeadamente, do aumento do salário mínimo nacional, de um aumento

extraordinário das pensões mínimas de invalidez e velhice, da redução progressiva do horário normal de trabalho para 35 horas semanais, da reposição da tributação das mais-valias, da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e da criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes. Para além disso e tendo em conta a gra-

víssima situação que se vive naquela região, propusemos a realização de um debate de urgência sobre a situação do Médio Oriente.

– Das eleições resultou uma redução do número de deputados comunistas. Consideras que ficou diminuída a capacidade de intervenção do Grupo Parlamentar do PCP?

– De facto, a diminuição do nosso Grupo Parlamentar, sobretudo num quadro em que se avizinha uma agravada política de direita, deixou-nos certamente em situação mais difícil para a intervenção de que necessitamos na Assembleia da República, quer pela diminuição em concreto do número de deputados quer até porque em alguns casos são mais limitados os instrumentos regimen-

tais de intervenção ao nosso dispor.

– Há alguma mudança no plano da direcção ou em termos da sua organização interna e funcionamento?

– Estamos já a analisar a nova situação e a tomar medidas que possam potenciar e tornar mais ágil a nossa intervenção e para que ela possa dar resposta às necessidades do Partido e da sua intervenção parlamentar. É preciso, por exemplo, que em cada momento se estabeleçam as prioridades de intervenção e que nos concentremos nelas. É preciso que aumentemos a eficácia na divulgação das nossas iniciativas e intervenções, para que elas sejam amplamente conhecidas da população. É preciso igualmente manter e



aprofundar a ligação desta intervenção institucional à luta social trazendo esta para o palco de debate político que é o Parlamento.

– Como avalias o novo quadro político parlamentar em que o PSD e o PP detêm uma maioria de deputados?

– Trata-se de um quadro de maioria parlamentar destes dois partidos que pretendem certamente garantir da forma mais eficaz possível a cobertura na Assembleia da acção do Governo. Provavelmente pretendem impor um acentuar da preponderância do Governo na produção legislativa, em detrimento da capacidade real de intervenção desta. Anunciaram acção coordenada nas matérias mais importantes, mas vamos ver qual será na prática a solidez deste acordo entre PS e PSD.

– E quanto à acção fiscalizadora da política governativa – sendo certo que ganha neste contexto acrescida importância –, fica ou não mais difícil?...

– É evidente que sim. Isso resulta desde logo da maioria dos dois partidos da direita na Assembleia. Temos da nossa parte que aproveitar todos os instrumentos de fiscalização disponíveis, aliando a isso a capacidade de publicamente sabermos evidenciar cada situação concreta a fiscalizar. E com um Governo que integra representantes de importantes grupos económicos privados muita fiscalização haverá certamente a fazer.

– A previsível evolução da situação política impõe certamente novas e acrescidas responsabilidades aos deputados comunistas...

– Certamente que sim. Trata-se de dar resposta a uma mais que certa ofensiva contra direitos fundamentais da população e dos trabalhadores e contra os seus legítimos anseios e aspirações a uma vida melhor. Teremos certamente uma política de forte restrição orçamental, sobretudo à custa dos salários, de tentativa de privatiza-

ção de áreas sociais e serviços públicos, e de ataque a direitos, designadamente no campo da legislação laboral. É preciso estarmos armados para combater essa ofensiva sem abdicar de continuar a ser um Partido de forte iniciativa parlamentar, até porque as iniciativas são um instrumento valioso para as lutas concretas.

– Com a existência de uma maioria de direita fica comprometida a possibilidade de fazer passar medidas de natureza social e laboral que respondam aos interesses dos trabalhadores e da população, designadamente dos sectores mais desfavorecidos?

– Ela fica certamente mais dificultada. Mas penso que não devemos partir do princípio de que não será possível fazer aprovar algumas propostas. Até porque a luta social poderá criar condições em determinados momentos para que certas medidas positivas acabem por ser admitidas.

– Independentemente da agenda própria de cada partido, faz sentido pensar em acções convergentes entre as forças de esquerda com vista não só a fazer frente à política de direita como a encontrar respostas que abram caminho a uma alternativa?

– O PCP assume que será oposição forte e combativa à política de direita desde a primeira hora e certamente que ninguém tem dúvidas de que estaremos sempre presentes, aliás, como no passado, na primeira fila deste combate. E é sem dúvida desejável que esta determinação exista também noutras forças democráticas, encontrando-se sempre que possível pontos de convergência que aumentem as possibilidades de derrotar a ofensiva de direita que se anuncia. Veremos qual será a atitude, na prática, de outras forças políticas e, em concreto, em relação ao Partido Socialista, o que vai fazer quanto a eixos políticos fundamentais da política de direita que em muitas situações ele próprio aplicou no governo.

Novo Governo velha política

Posse do Governo

Governo, liderado por Durão Baroso, que tomou posse no Palácio Nacional da Ajuda no dia 6 de Abril. Com um total de 51 membros (17 ministros e 34 secretários de Estado), a merecer registo no elenco governativo está o facto de nele terem assento conhecidas figuras que pontificaram no consulado dos governos de Cavaco Silva. A existência de outras figuras tidas como muito próximas de grandes interesses económicos, com o que isso significa de maior grau de permeabilidade à pressão dos lobbies, é outro dado a reter da composição do novo Executivo. Exemplos disso, segundo o que tem vindo a público, são as áreas da Saúde e da Segurança Social.

Com uma sessão solene, destinada à tomada de posse dos novos deputados, teve início sexta-feira passada a IX Legislatura. Cumprido que foi este acto protocolar, prevista estava para ontem a eleição da Mesa da Assembleia da República e do Conselho de Administração. Para além da presidência do Parlamento, que deverá ser assumida por Mota Amaral, os deputados tinham ainda por tarefa eleger na sessão os vice-presidentes. Para ocupar um destes cargos, indicado pelo PCP, estava o deputado comunista Lino de Carvalho, surgindo Rodeia Machado como o nome proposto pela bancada comunista para o lugar de secretário da Mesa. Os trabalhos em sessão plenária, segundo o previsto, retomarão na próxima semana, tendo como agenda a discussão do programa do Governo.

XV Governo

A composição do XV Governo constitucional é a seguinte:

Primeiro-Ministro – José Manuel Durão Barroso

Ministra de Estado e das Finanças – Manuela Ferreira Leite; Norberto Rosa (*Secretário de Estado do Orçamento*), Vasco Valdez (*Sec. Est. dos Assuntos Fiscais*), Miguel Frasquilho (*Sec. Est. do tesouro e Finanças*), Suzana Toscano (*Sec. Est. da Administração Pública*)

Ministro de Estado e da Defesa Nacional – Paulo Portas; Henrique de Freitas (*Sec. Est. da Defesa e Antigos Combatentes*)

Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas – António Martins da Cruz; António Lourenço dos Santos (*Sec. Est. dos Neg. Est. e da Cooperação*), Costa Neves (*Sec. Est. dos Assuntos Europeus*), José Cesário (*Sec. Est. das Comunidades Portuguesas*)

Ministro da Administração Interna – António Figueiredo Lopes; Luís Pais de Sousa (*Sec. Est. Adjunto do Ministro da Administração Interna*), Nuno Magalhães (*Sec. Est. da Adm. Interna*)

Ministra da Justiça – Maria Celeste Cardona; João Mota de Campos (*Sec. Est. Adjunto da Ministra da Justiça*), Miguel Macedo (*Sec. Est. da Justiça*)

Ministro da Presidência – Nuno Morais Sarmiento; Domingos Jerónimo (*Sec. Est. da Pres. do Conselho de Ministros*), Feliciano Barreiras Duarte (*Sec. Est. Adj. do Min. da Presidência*)

Ministro dos Assuntos Parlamentares – Luís Marques Mendes

Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro – José Luís Arnaut; Hermínio Loureiro (*Sec. Est. da Juventude e Desportos*)

Ministro da Economia – Carlos Tavares; Dulce Franco (*Sec. Est. Adj. do Min. da Economia*), Rosário Ventura (*Sec. Est. do Comércio, Indústria e Serviços*), Pedro Almeida (*Sec. Est. do Turismo*)

Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Armando Sevinate Pinto; Frazão Gomes (*Sec. Est. Adjunto e das Pescas*), Bianchi de Aguiar (*Sec. Est. do Desenvolvimento Rural*)

Ministro da Educação – David Justino; Mariana Cascais (*Sec. Est. da Educação*), Abílio de Almeida Morgado (*Sec. Est. da Administração Educativa*)

Ministro da Ciência e do Ensino Superior – Pedro Lynce; Manuel Fernandes Thomaz (*Sec. Est. da Ciência e Tecnologia*)

Ministro da Cultura – Pedro Roseta; José Amaral Lopes (*Sec. Est. do Min. da Cultura*)

Ministro da Saúde – Luís Filipe Pereira; Adão e Silva (*Sec. Est. do Min. da Saúde*), Carlos Martins (*Sec. Est. da Saúde*)

Ministro da Segurança Social e do Trabalho – António Bagão Félix; Margarida Aguiar (*Sec. Est. da Seg. Social*), Luís Pais Antunes (*Sec. Est. do Trabalho*)

Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação – Luís Valente de Oliveira; Vieira de Castro (*Sec. Est. das Obras Públicas*), Francisco Seabra (*Sec. Est. dos Transportes*), Jorge Costa (*Sec. Est. da Habitação*)

Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente – Isaltino de Moraes; Ferreira de Almeida (*Sec. Est. Adjunto e do Ordenamento do Território*), José Eduardo Martins (*Sec. Est. do Ambiente*), Miguel Relvas (*Sec. Est. da Administração Local*).

Sábado, em Lisboa, 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP

Organizar, lutar, transformar

Reforçar a organização, afirmar o projecto comunista nas escolas e aprofundar a discussão sobre política educativa e formas de travar a luta estudantil são os principais objectivos do oitavo ENES, que se realiza no próximo sábado na Escola Secundária Ferreira Borges, em Lisboa.

Encarado como uma prioridade, o oitavo Encontro Nacional do Ensino Secundário (ENES) deverá espelhar, pelo elevado número de participantes com que seguramente contará e pela sua distribuição geográfica, o actual estado em que se encontra a orga-

Não se espera que o novo governo atenda às reivindicações estudantis

festaram por todo o País, muitos foram os jovens que aderiram à organização e que nela se destacaram.

Alguns deste farão parte da nova Coordenadora Nacional, a ser eleita no sábado.

Mas a importância deste encontro é talvez

maior hoje do que no próprio dia em que foi marcado.

Para a JCP, o reforço da sua intervenção nas escolas não pode ser separada dos três anos consecutivos de luta travados pelos estudantes, bem como estes não podem ser isolados dessa mesma intervenção dos estudantes comunistas.

Depois de mais um ano de luta, que teve o ponto alto no dia 21 de Fevereiro, em que largas dezenas de milhar de jovens se mani-

Com a vitória da direita, que obteve maioria absoluta de deputados nas eleições legislativas de Março, e seguindo o apelo deixado pelo Comité Central na sua última reunião para que em todas as organizações se debata o novo quadro político e as formas de intervenção e reforço do Partido, os comunistas estudantes do ensino secundário têm, segundo Paulo Marques, da

Comissão Política da JCP, um papel fundamental na discussão da política educativa e da intervenção dos estudantes.

Mesmo que, com alguma imprensa já avançou, o novo Governo suspenda a Revisão Curricular, Paulo Marques não o considera como uma vitória, porque «este Governo é do PSD e do PP e estes partidos já por várias vezes deram indícios que não vão atender às reivindicações dos estudantes de acabar com o elitismo no ensino, pelo contrário». É que, segundo este dirigente, «não somos contra a Revisão Curricular só por sermos; somos contra porque esta contém medidas negativas e são estas que nós combatemos». Em seguida, lembrou que também o PS, que foi para o governo após uma intensa contestação às propinas, as suspendeu num ano para as voltar a aplicar mais tarde, com outros moldes.

Um longo processo

Os jovens que participarem, no sábado, no ENES,



Com o reforço da organização da JCP nas escolas, é a luta estudantil que se reforça

serão chamados a aprovar os documentos que contêm as análises, propostas e decisões da JCP para os ensinos básico e secundário. Mas a votação e aprovação dos documentos são apenas uma última fase, já que estes documentos já foram amplamente discutidos, alterados e melhorados em dezenas de reuniões tidas em todo o País pelos militantes da organização. A preparação

do encontro constou da realização de diversos plenários e reuniões para discussão dos documentos. A fase preparatória, comum antes dos congressos e encontros da JCP e do PCP, envolveu centenas de militantes e simpatizantes da JCP, estudantes do ensino básico e secundário. A nível regional, realizaram-se plenários em Coimbra, Braga, Setúbal, Castelo Branco, Porto,

Viseu e Santarém. Por todo o País, nestas e noutras regiões, realizaram-se reuniões por concelho e por escola.

Num momento em que se inicia a preparação do sétimo Congresso da JCP, a realizar no início de Novembro, Paulo Marques considera que o ENES, sendo uma iniciativa por si mesma, é também parte dessa preparação, pois aprofunda as análises dos comunistas sobre questões tão diversas como acesso ao superior, condições das escolas, educação sexual, elitização do ensino ou formas e experiências de ligação à juventude e aos seus anseios.

«Insubmissão» de regresso às escolas

O segundo número do «Insubmissão», boletim da organização do ensino secundário da JCP, está, desde o princípio de Abril, a ser distribuído nas escolas pelos militantes comunistas estudantes do ensino básico e secundário.

Com o objectivo de proporcionar às organizações a possibilidade de terem sempre um documento para distribuir e de incentivar a produção própria de documentos, o «Insubmissão» viu a luz do dia pela primeira vez no passado mês de Março e já foi pretexto para a adesão de alguns novos militantes à JCP.

Enquanto a primeira edição ressaltava a luta dos estudantes e as eleições legislativas, o segundo número foca a realização, no

próximo sábado, do oitavo Encontro Nacional do Ensino Secundário, bem como a luta do povo palestino contra a ocupação de Israel e pela edificação do seu estado, soberano e independente. O acesso dos militantes da JCP ao boletim não podia ser mais fácil, pois está disponível uma versão para impressão na página da JCP na internet (www.jcp-pt.org).

Este boletim foi resultado de uma decisão da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES), que se procurou estender também ao nível regional, concelho e de escola. Assim, para além do «Insubmissão», várias organizações regionais empenharam-se em produzir os seus próprios boletins, como Coim-

bra, que editou em Março o segundo número do seu «(H)À luta!». O «Alerta Vermelho», de Braga, e o «Manif», de Setúbal – que já tem dois anos de existência –, são outros exemplos de publicações regionais. No Porto, optou-se por diversos boletins, dos quais «A voz» é apenas um exemplo. O concelho de Lisboa publica o «Komuna».

Noutros locais, a par de publicações regionais e nacionais, são os próprios colectivos de escola que produzem os seus boletins. É o caso do «JC», do colectivo da JCP da Escola de Santo André, do Barreiro, ou o «Megafone», da Escola Secundária de Camões, em Lisboa.

JCP INSUBMISSÃO

Nº2 / Abril 02

Juventude Comunista Portuguesa



Firmes no combate!

No passado dia 17 de Março houve eleições legislativas antecipadas, em que a CDU saiu com um resultado negativo que, além de não traduzir o esforço e o trabalho dos militantes comunistas na campanha, demonstra não só que o eleitorado decidiu penalizar o PS pela sua péssima governação, votando no PSD, mas também reflecte a bipolarização que os órgãos de comunicação social e os «fazedores de opinião» tentaram por todos os meios gerar. Assim, já se iniciou, em todos os colectivos do PCP e JCP, a análise minuciosa e crítica dos resultados e do nosso trabalho; discussão que culminará na realização de uma conferência nacional.

Entretanto a luta e a intervenção dos comunistas continuam, por isso neste jornal abordamos também o 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP e a Situação na Palestina!

<http://www.jcp-pt.org>

Delegação Nacional mantém exigências

Num momento em que surge na imprensa a intenção do novo ministro da Educação de suspender a Revisão Curricular, a Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Secundário promove, desde segunda-feira, um abaixo-assinado a reafirmar a exigência de «um ensino justo e de qualidade para todos, onde não haja lugar para elitismos nem discriminações».

Entende a delegação que mesmo depois das grandes acções de luta dos estudantes do secundário, as suas reivindicações continuam sem ser ouvidas. E não se refere apenas à suspensão da Revisão Curricular – e das suas medidas negativas –, mas também ao fim progressivo do *numerus clausus*, à efectiva aplicação da Educação Sexual, à melhoria das condições das escolas e o fim imediato das provas globais e dos exames nacionais.

Palestina livre e independente já!

«A luta do povo palestino pelo seu Estado livre e independente é uma história heróica de resistência contra um dos mais poderosos exércitos do mundo», afirma a JCP que lembra que «não se pode esperar que um povo conviva pacificamente com o exército ocupante e opressor». Mas lembra que, «ao contrário do que se diz, não há uma única força política das que constituem a Autoridade Palestiniana que defenda ou apele aos atentados contra civis em solo israelita» sendo estes da responsabilidade da «extrema-direita palestina» e não sendo mais do

que um «pretexto para a escalada de violência de Israel».

A JCP considera ainda que não é possível exigir à Autoridade Palestiniana que controle o terrorismo com Arafat preso, todas as esquadras de polícia bombardeadas, as prisões destruídas.

Estas afirmações estão patentes num documento editado pela JCP – «Palestina livre e independente já» – que apela à solidariedade de todos para com a luta deste povo que, «tal como todos os outros povos, têm o direito ao seu estado».

Para os jovens comunistas, a ocupação militar de Israel é terrorismo de Estado e a paz só

será alcançada com a retirada israelita dos territórios da Palestina.

A JCP lembra ainda que, nos acordos de Oslo, em 1993, os palestinos «concordaram ficar com apenas 22 por cento daquele que é o seu território histórico, em troca de paz» e que foi Israel quem violou sucessivamente esse e outros acordos, «tal como ignora todas as resoluções da ONU, que reconhecem – todas! – o Estado palestino com capital em Jerusalém Leste, exigem o fim dos colonatos e o regresso dos refugiados que ao longo dos anos foram expulsos das suas casas».

CDU Porto

A CDU/Porto absteve-se na votação do Orçamento 2002 da Câmara do Porto por considerar que, face à difícil situação financeira da autarquia, se impõe adoptar medidas que garantam que os próximos planos de actividade e orçamentos correspondam às expectativas da população. Repensar o dispêndio de verbas na sustentação de custos e estruturas de fundações e associações cuja actividade podia ser conduzida pela Câmara, aumentar as receitas provenientes da prestação de serviços, assim como transformar em receitas da autarquia as verbas arrecadadas na gestão de diversos equipamentos municipais, são algumas das soluções apresentadas pela CDU.

Dia da Saúde

Assinalando o Dia Mundial da Saúde, a CDU da freguesia da Portela lançou uma campanha denominada «Pela sua Saúde» que visa a sensibilização da população em torno da necessidade de construção de um equipamento de saúde na freguesia.

Actualmente, a freguesia da Portela é servida pela Extensão de Saúde de Moscaide, que abrange no conjunto das duas freguesias mais de 30 000 habitantes, tendo inscritos cerca de 23 000 utentes, dos quais 2000 não têm Médico de Família atribuído.

Acrece que a actual Extensão está instalada em condições inadequadas e com falta de meios humanos e técnicos.

Arrábida em debate

No âmbito do ciclo de realizações sobre a Arrábida, que a Universidade Popular de Setúbal Bento de Jesus Caraça está a promover, realizou-se, na sexta-feira passada, no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, uma sessão dedicada ao Mar da Arrábida. Intervieram na sessão o biólogo Miguel Henriques, responsável pelo Parque Marítimo Luís Saldanha, e o fotógrafo Luís Quinta, autor de vasta obra no domínio da fotografia submarina, que publicou recentemente o livro «Além do Azul», com fotos de uma viagem submarina entre os rios Tejo e Sado.

«Os Verdes»

Na sequência de uma reunião do seu Conselho Nacional, «Os Verdes» manifestaram a sua «maior reserva pela intenção anunciada pelo Governo de proceder a cortes significativos nos domínios das políticas sociais, concretamente na saúde e na educação». No plano internacional, sublinham, como sinal positivo, o acordo de paz em Angola, e exigem uma intervenção activa da comunidade internacional para pôr cobro à brutal escalada belicista de Israel contra o povo palestino. Como prioridades de intervenção política ecologista nos próximos meses, «Os Verdes» identificam o combate ao fenómeno da alteração climática, a questão da política de imigração e a preparação da participação de Portugal na Conferência de Joanesburgo, Rio+10.

Solidariedade com o povo da Palestina mobiliza milhares de pessoas por todo o País

A paz é a única alternativa

Em véspera da manifestação pela paz e de solidariedade com o povo palestino, que ontem teve lugar em Lisboa, quase setenta organizações e movimentos sociais tinham aderido a esta acção de protesto. No mesmo dia, na Praça da Batalha, no Porto, muitos foram os que saíram à rua «Contra a ocupação israelita da Palestina». Dois momentos de um movimento de solidariedade que tem vindo a abarcar os mais diversos sectores de população no nosso país.

Particularmente significativa da amplitude do movimento de solidariedade que tem vindo a alargar-se, é a lista de adesões à manifestação ontem realizada em Lisboa, por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

A CGTP, a União dos Sindicatos de Lisboa, a FENPROF, a Frente Anti-Racista, o Movimento Democrático das Mulheres, a Associação Olho Vivo, a Liga Operária Católica, a Pastoral Operária, o Ninho – Instituição de Solidariedade Social, estão entre as muitas organizações que apelaram à participação em massa na manifestação.

Entre os que aderiram contam-se também a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, o Comité Abu-Jamal, a Acção contra a Guerra, o Movimento dos Educadores para a Paz, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, a União dos Resistentes Anti-Fascistas Portugueses, a Juventude Agrária e Rural Católica.

A presença do movimento sindical é particularmente expressiva, envolvendo várias uniões sindicais – de Lisboa, Portalegre, Setúbal, Porto, Castelo Branco, Coimbra, Évora e Madeira – e dezenas de sindicatos. Destaca-se ainda a adesão de Federações, como a FSTRU, a Federação dos Sindicatos da Construção, a FEQUIMETAL e Confederação dos Quadros Técnicos e Científicos.

No sentido de recolher manifestações sociais e pessoais de solidariedade, o CPPC abriu mesmo uma linha telefónica especial.

Grito de revolta no Porto e Coimbra

Expressar publicamente «o nosso grito de revolta e de indignação com a violenta opressão a que está a ser sujeito o povo palestino», foi um dos objectivos da manifestação ontem realizada no Porto. Em comunicado distribuído à imprensa sublinha-se a trágica ironia da situação actual, em que o povo palestino, «na luta pela existência do seu país e pela sua autodeterminação, sofre na pele a morte, a humilhação, o des-

respeito e a violação dos seus direitos mais elementares por parte de um Estado que, ironicamente, foi criado em 1947 para dar lugar a um país e a um povo que na altura também sofreu a humilhação e a morte».

Em Coimbra, várias organizações promovem amanhã uma vigília de solidariedade, em que participa o representante da Palestina em Portugal, Issam Beceisso (de que, neste número do «Avante!» publicamos uma entrevista, nas páginas centrais).

A concentração, que terá lugar, pelas 18 horas, na Praça 8 de Maio, será seguida de um debate subordinado ao tema «A situação na Palestina e perspectivas futuras», a realizar no Ateneu, à noite, com a participação do embaixador da Palestina no nosso país.

Em comunicado, a comissão promotora afirma que a vigília visa apoiar o povo palestino, «vítima de uma brutal e medonha agressão bélica». Integram a comissão o Ateneu de Coimbra, Sindicato dos Professores da

Região Centro (SPRC), União dos Sindicatos de Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Instituto Miguel Torga e Movimento Democrático de Mulheres. As outras entidades organizadoras são o Sindicato dos Médicos da Zona Centro, Núcleo do Centro do Instituto Irene Lisboa e associações de estudantes das escolas secundárias Jaime Cortesão, José Falcão e da Quinta das Flores.

«Os massacres perpetrados na Palestina denunciam um objectivo claro de destruição deste Estado: todas as formas de subsistência estão a ser eliminadas!», sublinha o MDM.

Barbárie inconcebível

E denuncia, em documento de solidariedade com a Palestina: «As mulheres grávidas são impedidas de atravessar as barreiras para chegar ao hospital e terem assistência e ajuda, dão à luz os seus filhos

à porta dos centros de controlo. Na Palestina cercada e ocupada por Israel, as crianças nascem para morrer...»

«Desde a provocação da invasão da Esplanada das Mesquitas que já morreram mais de cem israelitas e ficaram feridos um milhar; morreram mais de mil e duzentos palestinos e ficaram feridos mais de vinte mil. Um «saldo natural» duma guerra que opõe mísseis a pedras!», salienta ainda o Movimento Democrático de Mulheres.

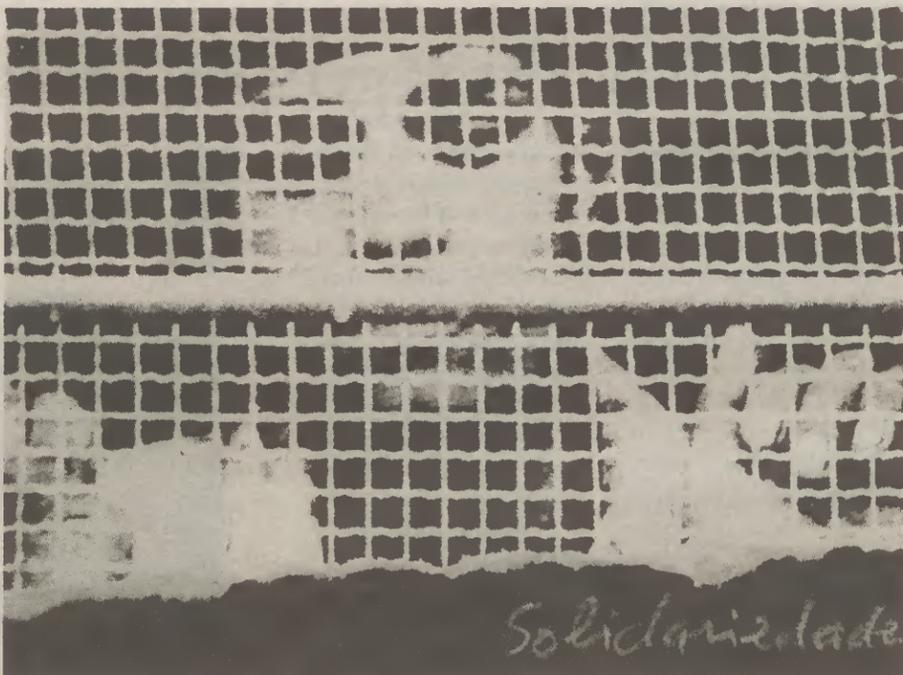
A afirmação de solidariedade do MDM insere-se entre outros múltiplos testemunhos, iniciativas e tomadas de posição, da parte de diversas associações ou de grupos de cidadãos.

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA, juntando-se à «onda de solidariedade que se espalha pelo mundo», manifesta o seu protesto e lembra que «a crise aguda do Médio Oriente só pode originar ainda mais violência e ainda mais sacrifícios sobre as populações martirizadas».

A CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes manifesta igualmente a sua solidariedade, e considera que a guerra em curso, «com violação do Direito Internacional por Israel, cercando e atacando hospitais, impedindo a ajuda humanitária às populações pobres», deve ser «motivo de profunda preocupação e indignação».

A Associação Portuguesa de Deficientes afirma que «quem, através do seu silêncio cúmplice, pactuar com a dor que é infligida a milhares de cidadãos indefesos, tem a sua quota parte de responsabilidade na continuação do conflito e nos seus trágicos efeitos». E lembra que «só a Paz propicia a construção de sociedades democráticas, livres e justas».

Entretanto, na Internet, têm vindo a circular abaixo assinados, promovidos por grupos de cidadãos e associações.



Solidariedade

Apelo da DORP

Em véspera da concentração ontem realizada na Praça da Batalha, no Porto, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP afirmou, em nota à imprensa, que a brutal ofensiva militar israelita «só pode contribuir para agravar a situação e acentuar uma incontável espiral de desespero e violência» e representa «uma nova e extraordinariamente perigosa escalada na política agressiva de Ariel Sharon, que se tem expresso na recusa do cumprimento de todos os acordos firmados com a Autoridade Palestina e das principais Resoluções da ONU, numa atitude que incontrolavelmente tem sido favorecida pelas posições cúmplices da Administração norte-americana».

Nesta hora dramática, a DORP reafirma a sua solidariedade com o povo palestino e «salienta a necessidade e urgência de o Governo português intervir junto da União Europeia no sentido favorável a iniciativas políticas e diplomáticas que isolem o governo de Ariel Sharon, exijam a pronta retirada das forças militares de ocupação dos territórios palestinos e protejam os legítimos direitos do povo palestino».

Trabalhadores solidários

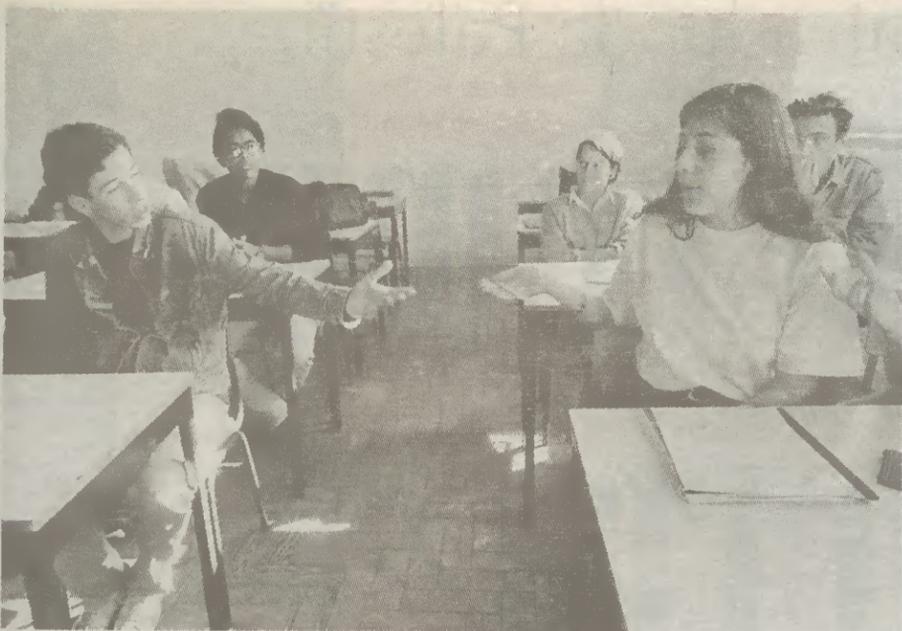
Federações, uniões e sindicatos individualmente, têm vindo a aderir em peso ao movimento contra a violência israelita e de solidariedade com o povo palestino.

Na sequência da tomada de posição da CGTP-IN, que denuncia a «política agressiva e terrorista de Israel» e a «posição hipócrita assumida pelo presidente Bush», exigindo o cumprimento de todas as resoluções da ONU e o reconhecimento efectivo do Estado Palestino, outras manifestações públicas dos sindicatos foram entretanto divulgadas.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local refere, em moção, que o ataque de Sharon contra o povo da Palestina «assume contornos ditatoriais e persecutórios», salientando que «nada pode justificar um pseudocombate ao terrorismo que manipula despudoradamente o legítimo direito à resistência de um povo selvaticamente ocupado

e agredido». E sublinha ser «injustificável tal atitude de respeito pelas normas internacionais, especialmente logo após as nações árabes, reunidas em Cimeira, se disponibilizarem para reconhecer o direito do Estado de Israel e declararem o seu empenho num cessar fogo e na Paz».

Em nota à comunicação social, de apoio à manifestação realizada ontem, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considera que, «tal como se verificou no caso de Timor, a mobilização dos cidadãos, em particular dos trabalhadores, torna-se fundamental para levar a comunidade internacional a tomar uma atitude firme de exigência do fim da agressão israelita contra o povo palestino».



Combater a crise exige diálogo

Caderno Reivindicativo Em defesa da escola pública

Combater a crise que se vive na Escola portuguesa exige uma atitude dialogante. Nesta perspectiva, e «como contributo para os indispensáveis processos de negociação», a Fenprof apresentou as suas prioridades reivindicativas. Um Caderno Reivindicativo em que se cruzam exigências e propostas.

Para superar a crise da Escola «urge que a política educativa a desenvolver pelo novo Governo assente numa clara afirmação da Escola Pública como um espaço educativo de qualidade, orientado para a inclusão, capaz de assumir as suas responsabilidades sociais e apto a responder às múltiplas exigências com que se depara». Este o ponto de partida da Fenprof para a sistematização de um conjunto de propostas. Que não são novas. Mas baseiam-se no conheci-

Uma educação de qualidade exige melhorar as condições de funcionamento das escolas

nomeadamente, o imperativo de adequar os quadros às reais necessidades das escolas e de «um sistema educativo apostado na melhoria da qualidade do ensino e do sucesso escolar». Os professores consideram essencial garantir uma carreira digna e valorizada, o reconhecimento do des-
gaste profissional, com a redução para 30 anos do tempo necessário para a aposentação, e ainda uma formação orientada para a melhoria do desempenho profissional.

las e definir respostas sociais adequadas.

Exige, ainda, algumas medidas estruturantes e a avaliação das inovações no domínio curricular.

No quadro destas exigências, a Fenprof avança propostas muito concretas.

A aprovação de uma Carta das Condições de Funcionamento das Escolas, a redução do número de alunos por turma, a aplicação do calendário escolar comum à educação pré-escolar, são algumas das condições, apresentadas pelos professores, para um melhor funcionamento das escolas.

Na definição de respostas sociais adequadas, a Fenprof valoriza a criação de condições para a construção de uma escola de turno único, um serviço de refeições, um sistema de Acção Social que discrimine positivamente todas as crianças e jovens que dela necessitem e a concretização de contratos-programa destinados à promoção do sucesso escolar.

Como medidas estruturantes indispensáveis, a Fenprof aponta a formação profissional dos docentes, uma revisão do actual regime de autonomia, direcção e gestão das escolas, medidas de avaliação do sistema educativo enquadradas num projecto de democratização da educação, reorganização da rede escolar e requalificação do parque e equipamento das escolas, desenvolvimento do ensino profissional, alteração do actual modelo de ensino recorrendo tendo em conta as experiências iniciadas há três anos e valorização do ensino português no estrangeiro.

No quadro de uma avaliação das inovações no domínio curricular, Fenprof exige a suspensão da generalização da revisão curricular, a alteração do actual regime de avaliação dos alunos do ensino básico, o alargamento da obrigatoriedade escolar até ao 12º ano, novas dinâmicas no regime de docência no 1º ciclo do ensino básico e o desenvolvimento do ensino experimental das Ciências e das Tecnologias em todo o ensino básico.

Uma escola pública inclusiva e solidária

Uma educação de qualidade, uma escola pública para uma sociedade democrática, inclusiva e solidária, exige, antes do mais, um financiamento adequado, melhorar as condições de funcionamento das esco-

mento prático das realidades e mantém toda a sua actualidade. A estabilização, valorização e dignificação da profissão docente é o primeiro ponto do Caderno Reivindicativo.

De par da garantia de vinculação de todos os docentes profissionalizados e de habilitação própria com dois ou mais anos de serviços, a Fenprof defende,

Mário

• Jorge Sarabando

De Aveiro chegou uma boa notícia: mais uma vez a Escola

Secundária N.º 1 acolheu, como patrono, o nome de Mário Sacramento. Nas três votações anteriores, ocorridas durante os últimos 15 anos, já fora escolhido o seu nome, mas o executivo camarário sempre se opôs. Não se repetiu, desta vez, o infame veto, tendo sido respeitada a vontade democraticamente expressa, no que ao Município concerne.

Mário Sacramento merece muito mais do que a justa homenagem prestada pela Escola de Aveiro.

O itinerário da sua vida, de escritor, de médico, de resistente contra a ditadura, de intelectual marxista, merece ser dado a conhecer às novas gerações. Ultrapassou os limites do meio provinciano onde nasceu e viveu, projectou-se em quantos puderam conhecê-lo e à obra que publicou, que tarda a ser reeditada.

Preso pela Pide numerosas vezes, a primeira das quais com 17 anos, nunca desistiu de lutar contra o fascismo. A seguir a cada prisão, logo, entre o

conhecer e estudar a actividade cultural produzida entre as décadas de 50 e 70. Simultaneamente desenvolvia uma intensa actividade política como militante do PCP.

Virgílio Ferreira, com quem se correspondeu ao longo de anos, disse que Mário Sacramento sacrificou o «ser» ao «dever ser». Mas a sua obra, e a sua vida até final, oferecem antes uma síntese, torturada embora, dessa contradição onde sucumbiram tantos intelectuais do seu tempo.

Os últimos anos de vida – sabemos hoje que o fascismo se encaminhava para o colapso – foram de uma crescente actividade cultural e cívica.

Organizou o II Congresso Republicano, reactivou a Organização Democrática, lançou iniciativas com escritores e artistas, durante um período em que a censura chegou a proibir que o seu nome fosse sequer publicado nos jornais.

Ao mesmo tempo, empreendia uma espantosa aventura intelectual que designou por «diálogo com os católicos», iniciada por um artigo no semanário aveirense «Litoral» intitulado «Ao encontro dos homens». Embora a Igreja oficial tenha feito descer uma cortina de gelo, algumas personalidades católicas, impulsionadas pelo espírito inicial do Concílio Vaticano II, aceitaram debater publicamente com um marxista os grandes temas sociais e ideológicos. O conjunto de textos veio a ser editado em livro pela editorial Inova, sob o título «Frátria – diálogo com os católicos ou talvez não». Esclarecia Mário: «A linha de separação já não passa hoje entre crentes e descrentes, mas sim entre exploradores e explorados.»

O grande valor desta iniciativa, além de ter despertado muitos cidadãos para o debate de ideias sem preconceitos e para a actividade cívica contra a ditadura, perdura para além do seu tempo: foi a capacidade de romper o cerco, de abrir uma brecha no bloqueio, de rasgar uma perspectiva na luta contra o fascismo – diríamos, hoje, contra o capitalismo neoliberal e o imperialismo...

Deixou-nos Mário ainda cedo, cheio de energia criadora. Fez em 7 de Abril 35 anos que escreveu a «Carta Testamento», revelada postumamente, um testemunho ímpar, pungente, de um homem e de uma época, de que aqui recordamos um excerto final:

«Nasci e vivi num mundo de inferno. Há dezenas de anos sofro, na minha carne e no meu espírito, o fascismo. Recebi dele perseguições de toda a ordem – físicas, económicas, profissionais, intelectuais, morais. Mas, que as não tivesse sofrido, o meu dever era combatê-lo. O fascismo é o fim da pré-história do homem. E procede, por isso, como um gangster encurralado. Fiz o que pude para me libertar, e aos outros, dele. É essa a única herança que deixo aos meus Filhos e aos meus Companheiros. Acabem a obra! Derrubem o fascismo, se nós não o pudermos fazer antes!

Instaurem uma sociedade humana!

Promovam o socialismo, mas

promovam-no cientificamente, sem

dogmatismos sectários, sem

radicalismos pequeno-burgueses!

Aprendam com os erros do passado. E

lembrem-se de que nós, os mortos,

iremos, nisto, ao vosso lado!

«Não veremos o que quisemos, mas

quisemos o que vimos. E este querer é

um imperativo histórico! Há milhões de

mortos a dizer-vos: avante!

(...)

«Façam o mundo melhor, ouviram?

Não me obriguem a voltar cá!»



exercício da medicina e o estudo, retomava o paciente trabalho de entrançar os fios de vontades para um novo combate.

Conseguia conjugar a actividade profissional, cívica e cultural. Arranjava sempre tempo para um encontro ou uma conferência, numa Colectividade ou numa República de estudantes, para falar de literatura, da arte, do debate de ideias e nas suas palavras procurava associar a clareza e o rigor. Arranjava tempo para investigar, para polemizar, para escrever em revistas e páginas culturais, e livros que são hoje referências indispensáveis sobre Eça, Pessoa ou Namora, e ainda teatro, contos infantis, ou poesia, que preferia guardar.

Quem o conheceu não o esquece. Como esquecer a curiosidade intelectual por domínios diferentes do conhecimento e o seu gosto de problematizar e partilhar? O saber ensinar como se aprendesse? A paciência de escutar e de procurar convencer sem vencer? O preferir a firmeza à dureza? A tolerância com o erro e a diferença mas a intransigência nos princípios e determinação nos objectivos?

Como esquecer o ser humano leal, solidário, carinhoso com os desprotegidos?

Poucos foram os que, no seu tempo, se assumiram como materialistas dialécticos e abordaram a criação literária e artística. Os seus ensaios resistem ao tempo e contêm elementos de análise e seguem métodos que mantêm validade, sendo imprescindíveis para quem quiser

• Isabel Araújo Branco texto
• Jorge Cabral e arquivo fotos

Issam Besseisso, embaixador da Palestina

«Não queremos mais guerra»

«**E**m três meses podemos acabar com esta agressão, se a União Europeia decidir cortar relações económicas com

Israel», afirma Issam Besseisso, embaixador da Palestina em Portugal. Besseisso considera fundamentais as manifestações de solidariedade com o seu povo e acusa George Bush de querer interferir nos assuntos internos da Palestina.

– Que consequências está a ter e pode vir a ter esta ofensiva de Israel?

– Há duas alternativas. Retirar as forças militares israelitas dos territórios palestinianos ou continuar os massacres contra um povo desarmado feitos pelo Estado que possui as armas mais sofisticadas do mundo. Ambas as alternativas constituem a derrota política para Ariel Sharon e para o governo israelita. Continuar com esta guerra contra um povo desarmado significa massacres e os massacres significam a derrota política a nível local, nacional e internacional.

– A ofensiva israelita – pelas proporções que tomou e pelo

impacto que está a ter em todo o mundo – pode virar-se contra Israel?

– Exactamente. É preciso mais paciência e mais resistência da parte do povo palestiniano. As consequências serão a nosso favor. Na Guerra de 1982 no Líbano, Sharon ocupou mais de quatro mil quilómetros quadrados, mas foi uma derrota para Israel. Os tribunais israelitas consideraram Sharon culpado pelos massacres de Sabra e Shatila. A resistência palestiniana e libanesa continuaram e os israelitas fugiram.

– Quanto tempo mais esta situação pode durar?

– Nenhum país pode fazer guerra sem a luz verde de uma potência internacional. No caso de Israel, sem o apoio dos Estados Unidos. Dão-lhes dinheiro, dão-lhes armas, apoiam-nos politicamente. Os Estados Unidos não vão ter este poder eternamente. Todos os impérios acabaram. Mais cedo ou mais tarde o império dos EUA vai acabar. Se os governos e os povos árabes compreenderem como lidar com os EUA para os obrigar a mudar o seu ponto de vista sobre o conflito entre a Palestina e Israel, talvez isso aconteça mais depressa.

– O que é necessário fazer para mudar essa perspectiva?

– Continuamos a mobilização do povo árabe em todos os países árabes. Há uma revolta terrível contra os Estados Unidos. É preciso também mobilizar os amigos em todo o mundo e todos os partidos que estejam contra a guerra e a favor da paz e dos direitos humanos. Assim, talvez a batalha seja mais rápida. Lamentamos que os palestinianos paguem um preço muito alto, mas esse é sempre o preço da independência e atingir um Estado democrático e independente.

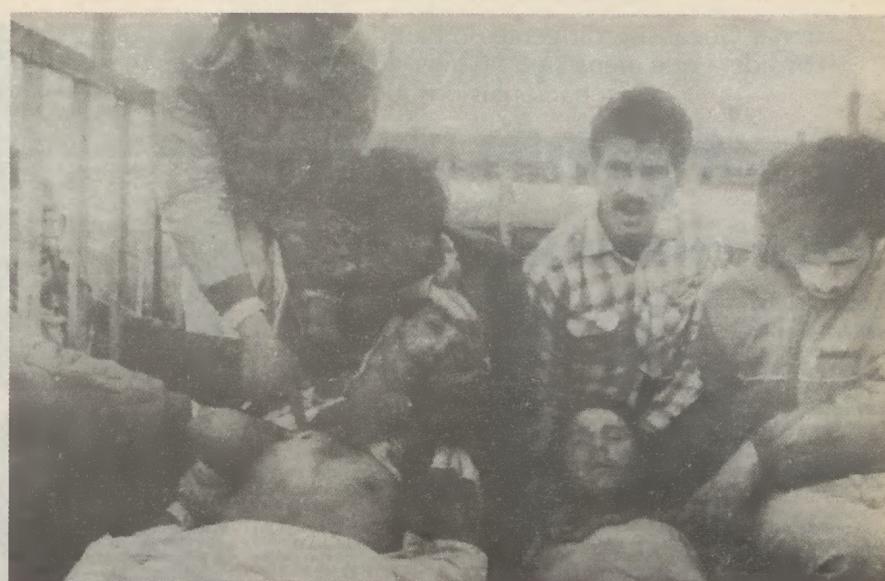
– Que possibilidades reais existem de se alcançar um acordo de paz entre a Autoridade Palestiniana e o Governo de Sharon?

– Há possibilidades de tudo, mas a Autoridade Palestiniana tem princípios muito claros: legalidade internacional. Nós aceitamos o que foi decidido pela comunidade internacional através do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU. Se os israelitas estão prontos para implementar o que foi decidido, nós estamos também prontos para o fazer.

– Que tipo de medidas a comunidade internacional e as Nações Unidas em particular



“Bush tem poder para dar ordem para implementar o cessar-fogo imediatamente”



«Estes crimes não vão ser esquecidos»

– Qual é a importância da solidariedade internacional?

– Se não houver solidariedade internacional, o crime é feito à porta fechada. Ninguém sabe de nada. Felizmente a televisão passa imagens do que está a acontecer.

– Mas os jornalistas estão a ser afastados.

– Por divulgarem o que está a acontecer. Não querem que ninguém conheça os crimes israelitas, porque a opinião pública mundial está mobilizada contra a agressão israelita.

– Estão a circular na internet abaixo-assinados de solidariedade com a Palestina, contra a ofensiva de Israel e pedindo que Sharon seja julgado pelos massacres de Sabra e Shatila, dirigidos à ONU e vários dirigentes internacionais. Que consequências é que iniciativas deste tipo podem ter?

– Estas iniciativas são muito importantes para nós, tanto a nível local como mundial. A influência de Israel é a influência dos Estados Unidos. É muito difícil saber quem governa quem. Talvez seja Sharon o presidente dos EUA, porque ele está a fazer o que quer. Quando, em 1982, mais de 400 mil israelitas se manifestaram contra Sharon, este imediatamente foi julgado e um tribunal israelita condenou-o pelos massacres. Israel não pode continuar assim. Há pressão internacional, Israel é condenado em todo o mundo. As manifestações mostram que todo o mundo está desperto. Na Bélgica só foi decidido cortar relações com Israel depois de se realizarem muitas manifestações. Os governos agem de acordo com os interesses do seu povo. Foi entregue num tribunal belga um pedido para que Sharon seja julgado pelos massacres de Sabra e Shatila. Estamos a estudar a possibilidade de

fazer o mesmo em Portugal. Estes crimes não vão ser esquecidos, porque a comunidade internacional condena-os e expressa a sua simpatia em relação ao povo palestiniano. Isso vai abrigar os governos a ter um ponto de vista mais avançado.

Antes da guerra do Afeganistão, em todo o mundo passaram imagens da destruição da estátua de Buda e foi lançada uma campanha nos *media* dizendo que os talibans eram loucos e ignorantes. O que está a acontecer agora na Palestina? Três igrejas foram destruídas, a estátua da Virgem Maria também, a Igreja da Natividade, a mais sagrada no mundo, está a ser bombardeada. Um dos bombeiros que procuravam apagar o fogo foi morto pelo exército israelita. Onde está o mundo cristão? Quando aconteceu o mesmo no Afeganistão, a Europa fez algo e julgo que os europeus não são budistas. Quem vai mobilizar os governos? Os povos com manifestações, concentrações, cartas...

União Europeia deve suspender comércio com Israel

– Como comenta a ausência de uma atitude adequada da União Europeia às atitudes arrogantes do governo israelita para com a UE, nomeadamente ao impedir a sua delegação de se encontrar com Yasser Arafat e ao cortar os contactos telefónicos entre José Maria Aznar e o presidente palestiniano?

– O problema principal não é a União Europeia, são os Estados Unidos. Os EUA não permitem que a UE faça alguma coisa, exceptuando a ajuda económica para os dois lados. Para nós, é importante que desempenhe um papel económico e um papel político. Dizem que os europeus têm mais simpatia em relação aos palestinianos, mas a questão não é de simpatia, a questão é de justiça. Os europeus compreendem a causa palestiniana e sabem que não há justiça para os palestinianos. A União Europeia pode fazer muitas coisas imediatamente.

– Tais como?

– Boicote económico a Israel. Cerca de 70 por cento do comércio externo de Israel é feito com países da União Europeia e 16 por cento com os EUA. Não é preciso guerra, basta suspender todos os acordos financeiros entre países europeus e Israel, como foi decidido na semana passada pelo governo belga. Pedimos que cortem todos os acordos bilaterais e multilaterais. Isto se a Europa quer verdadeiramente a paz. A guerra afecta a União Europeia. Quando começa uma guerra, o preço do petróleo aumenta. Quem paga? Os povos, os governos não pagam nada. Em três meses podemos acabar com esta agressão, se a UE decidir cortar relações económicas com Israel.

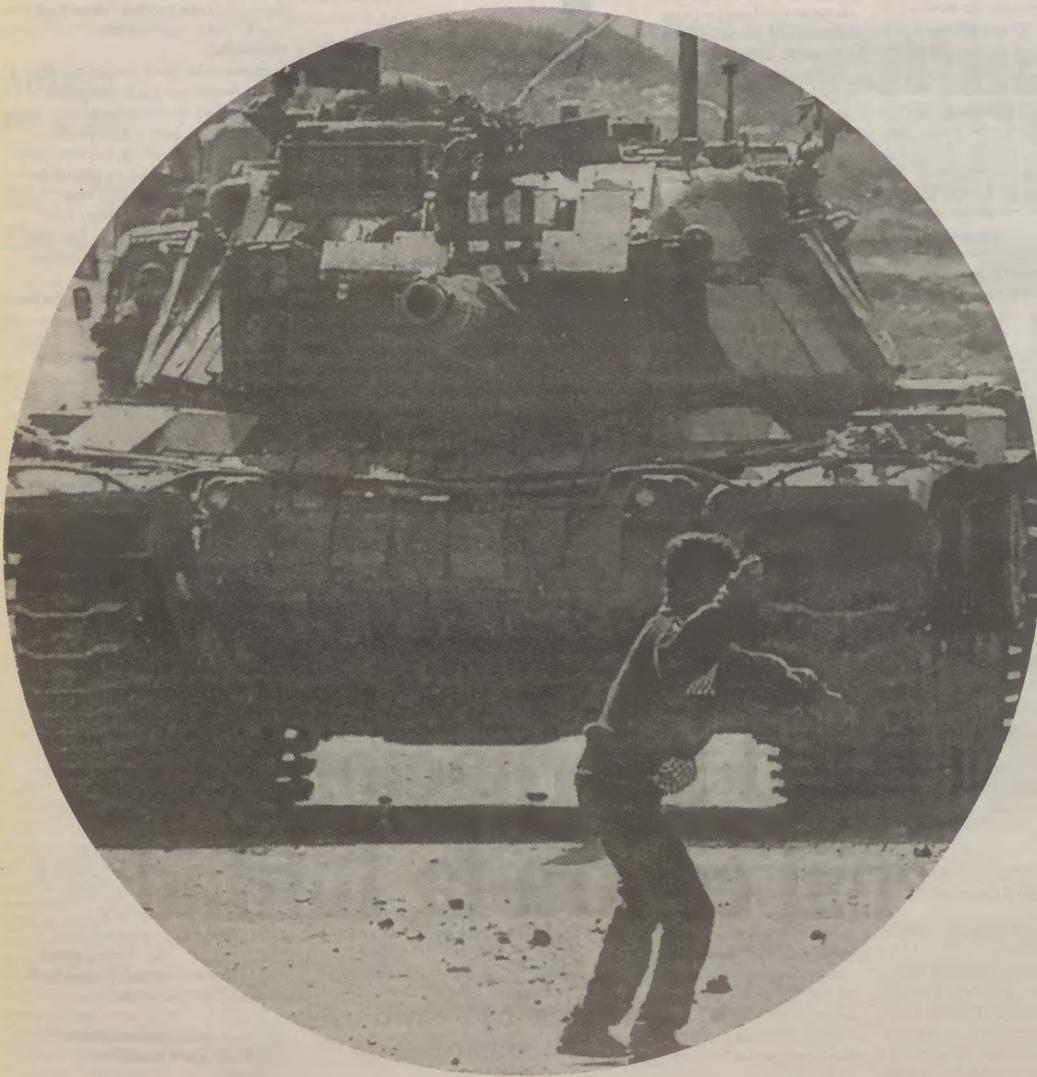
– Como comenta o discurso de Bush? Hassan Assour, ministro das Organizações Palestinianas, considera que se trata de uma «licença para liquidar Arafat».

– É verdade. Em primeiro lugar, ninguém pode aceitar a maneira como fala Bush, nem palestinianos, nem árabes, nem europeus. Ele diz que Arafat é um traidor do seu povo. É o povo que tem de decidir isso. Agora querem falar com outros dirigentes palestinianos, mas ninguém fala com os EUA. Arafat está cercado e praticamente não tem força militar ou financeira, mas nenhum outro dirigente está disposto a falar com os americanos. Porque todos estão convencidos dos princípios de Arafat e da forma como este está a trabalhar. Este é o primeiro grande erro no discurso de Bush. Não tem de interferir em assuntos internos da Palestina.

Em segundo lugar, a linguagem do discurso de Bush. Bush tem poder para dar ordem para implementar o cessar-fogo imediatamente. Na guerra de 1956 entre o Egipto e Israel, o presidente Eisenhower disse apenas uma palavra: «Fora.» Israel saiu imediatamente. Não é preciso os EUA jogarem com as palavras.

Se Bush quer ajudar a criar a paz no Médio Oriente, porque esta «volta ao mundo» de Collin Powell? Por que não foi directamente para a região? Por que Powell não declara oficialmente que se quer encontrar com Arafat? Arafat é o presidente eleito pelo povo palestiniano democraticamente, com observadores dos EUA, da Europa e de outros países. Arafat ganhou com 86 por cento.

“Na Bélgica só foi decidido cortar relações com Israel depois de se realizarem muitas manifestações”



Tamar Gozansky, dirigente do Partido Comunista de Israel, considera que ofensiva do Governo prejudica os interesses nacionais dos judeus

«A política de Sharon está condenada ao fracasso»

Tamar Gozansky afirma que «é necessário e é possível travar Sharon». Membro da Comissão Política do Partido Comunista de Israel (Hadash) e deputada no Parlamento de Telavive, Tamar Gozansky fala do ambiente de contestação ao Governo que se vive no país e garante que a política seguida por Sharon só prejudicará Israel.

- O Partido Comunista de Israel é um partido de judeus e árabes israelitas. Como avalia a actual ofensiva do governo de Sharon contra os territórios e a Autoridade de palestinos?

«Enquanto partido de judeus e árabes, somos os defensores do futuro de Israel»
- O senhor Sharon, que pensa e age como um general, conduz uma guerra contra a Autoridade Palestiniana e pessoalmente contra Arafat, visando erradicar os direitos nacionais palestinos. Há muitas décadas que Sharon - enquanto militar e enquanto político - luta contra os palestinos e agora sonha com o estabelecimento de um domínio político irreversível sobre a «Grande Israel».

Esta política provoca enor-

futuro de Israel no Médio Oriente. A ideia de «viver pela espada» não contraria apenas o espírito do século XXI, como pode resultar numa autodestruição política, económica e social.

Israel tem hoje a maior taxa de desemprego dos últimos 30 anos (10 por cento) e uma crise geral em numerosos sectores.

Uma em cada quatro crianças israelitas vive abaixo do limiar da pobreza. A economia está num estado desastroso.
- A comunicação social portuguesa e mundial transmite uma imagem de grande apoio da população israelita ao Governo Sharon. Essa imagem corresponde à realidade?

compreende que mais ocupação não gera mais segurança. Nos últimos tempos existe uma oposição crescente à política de Sharon, que se traduz em movimentos importantes: Mulheres pela Paz, Paz Agora, movimentos contra a destruição de casas, Movimento pela Cooperação entre Árabes e Judeus.

A estes movimentos deve acrescentar-se o movimento entre soldados e oficiais reservistas que se recusam a prestar serviço militar nos territórios ocupados. Este novo movimento inclui soldados e oficiais que já testemunharam pessoalmente crimes de guerra do exército israelita. Trata-se de pessoas geralmente provenientes de sectores maioritários (mas coerentes) da sociedade israelita. Nesse sentido, é um movimento com características novas em relação ao anterior movimento (designado "Existente um Limite") que data da invasão israelita do Líbano, em 1982, e que era um movimento mais politizado.

A atitude face a este movimento está-se a tornar uma linha de separação de águas

- A exigência urgente de todos quantos amam a paz é a concretização imediata das resoluções do Conselho de Segurança, a retirada das tro-



Marrocos, Itália, Alemanha, Espanha e Estados Unidos da América são alguns dos países que se manifestaram contra a escalada de violência no Médio Oriente

Mundo manifesta-se contra Israel

Manifestações denunciando a escalada da violência no Médio Oriente e de apoio aos palestinianos, decorreram durante este fim-de-semana em todo o mundo.
A mais importante juntou domingo em Rabat três milhões de pessoas vindas de todo o Marrocos para afirmar a sua solidariedade com os palestinianos.

Na Europa realizaram-se várias manifestações nas grandes cidades. Em Paris, 40 mil pessoas desfilaram sábado em apoio aos palestinianos, convocados por cerca de 50 associações, partidos e sindicatos, exigindo «o envio imediato de uma força internacional de protecção do povo palestiniano». Uma dezena de manifestações realizaram-se também em várias outras cidades do país.

Em Roma, cerca de 50 mil pessoas apelaram à «Inífiada até à vitória». Milhares de pessoas desfilaram também em várias grandes cidades da Alemanha contra a presença de tropas israelitas nos territórios palestinianos. Em Berna, Suíça, foram cerca de 10 mil.

Na Espanha, entre 7 mil e 10 mil manifestantes exprimiram domingo o seu apoio aos palestinianos em Barcelona, onde um representante da OLP exigiu que a presidência espanhola da UE imponha «sanções económicas» contra Israel. Dois mil manifestantes concentraram-se, no mesmo dia, em San Sebastian, no País Basco espanhol.

No sábado, 10 mil pessoas desfilaram em Melilla, no Enclave espanhol do norte de Marrocos, e vários milhares de outras em Bilbau, também no País Basco, convocadas por sindicatos de esquerda e pelo sindicato agrícola basco EHNE, cujo secretário-geral, Paul Nicholson, se encontra em Ramallah, ao lado de Yasser Arafat.

Na Suécia, cerca de 2 mil pessoas desfilaram sábado em Estocolmo e 5 mil domingo em Goeteborg, para denunciar a ofensiva israelita na Cisjordânia.

Em Jacarta, cerca de 5 mil indonésios manifestaram-se domingo, várias bandeiras israelitas foram queimadas, tal como em Atenas, onde um milhar de membros das comunidades palestiniana e árabe da Grécia se concentraram sábado frente à embaixada de Israel. No Bangladesh, foi uma efígie do primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, que os manifestantes anti-israelitas em Dacca queimaram.

Na Arábia Saudita as manifestações foram proibidas, tendo a polícia reprimido brutalmente algumas centenas de pessoas que ali procuravam manifestar-se. Na Turquia milhares de pessoas protestaram contra a política de Israel, no sábado em Ancara e Trabzon, e domingo em Istambul e Adana.

Em várias cidades dos Estados Unidos da América milhares de pessoas manifestaram-se a favor com o povo palestiniano.

Imigração - não obrigado!

• Fátima Garcia

É extraordinário constatarmos o quanto a memória é curta ou, no mínimo, selectiva em relação a algumas matérias. Ou então, pior ainda, a facilidade com que deitamos para o lixo experiências passadas.

Primeiro eram os europeus que emigravam, em massa, para tudo quanto era sítio. Alguns partiram para explorar os recursos naturais desses países e os seus povos, outros partiam em busca de uma vida melhor. Disto, os portugueses têm experiência. Emigraram para o Brasil, África, Ásia e, mais recentemente, para a Europa. Na sua esmagadora maioria, emigravam para fugir às dificuldades económicas com que lutavam em Portugal. A situação mais frequente era a passagem das fronteiras de forma ilegal; a pé pelas montanhas, de barco pela calada da noite ou de carro com o coração aos saltos. Chegaram e viveram momentos difíceis; moraram em bairros de lata; trabalharam clandestinamente; aprenderam a língua; fizeram a sua integração, mais ou menos dolorosa; enviaram as suas remessas para os que ficaram em Portugal; reagruparam a família e, sobretudo, participaram no desenvolvimento do país de acolhimento.

No passado mais recente, coube à Europa (e também a Portugal) receber migrantes de outros países, ainda mais pobres do que nós. E é doloroso vermos como são tratados.

Imigração clandestina

Como certamente já constatarem, desde que o Tratado de Amsterdão conferiu à Comunidade competências em matéria de imigração, muitas têm sido as propostas apresentadas pela Comissão que, infelizmente, mais não visam que dificultar novas entradas de cidadãos de países terceiros (especialmente depois do 11 de Setembro). Numa nova Comunicação (?) enviada recentemente ao PE sobre imigração clandestina é mais uma vez sublinhada «a necessidade de uma política comum global em matéria de imigração que tenha em conta a evolução das necessidades económicas e



demográficas da UE». E acrescenta-se «a imigração deverá ter lugar... por forma a que os fluxos migratórios possam ser geridos eficazmente e a evitar qualquer distorção da concorrência» (mais claro que isto é difícil).

E é com estes pressupostos que se avançam propostas de luta contra a imigração clandestina: o reforço do controlo de fronteiras e da Europol, a responsabilização das transportadoras em assegurar que os estrangeiros transportados se encontram na posse de documentos de viagem válidos, o desenvolvimento de normas comuns em matéria de expulsão, detenção e afastamento.

A Comissão promete lançar o debate sobre novos conceitos inovadores para esta luta e para isso apresentará um Livro Verde sobre a política comunitária em matéria de regresso, uma Comunicação sobre a gestão de fronteiras europeias com vista à criação de uma Guarda das Fronteiras Europeias e um estudo de viabilidade sobre a criação de um sistema europeu de identificação de vistos.

Na Comunicação em apreciação afirma-se que a prevenção no domínio da imigração clandestina deve incluir a procura das causas. Mas será que alguém desconhece ainda essas causas? Numa reunião realizada pelo Fórum Europeu dos Migrantes, Joaquim Miranda dizia que a UE tem culpas na manutenção dessas causas quando reduz o nível de apoio aos países em vias de desenvolvimento. A solução não passa por fechar portas, encontrar-se-á sempre forma de entrar pela janela.

(*) COM(2001)127 - Relatório PE A5-436/2001.
(*) COM(2001)672.

A matança continua Desacordo entre amigos

Colin Powell é hoje esperado em Israel. Enquanto a matança de palestinianos continua na total impunidade, Telavive e Washington superam divergências.

Nas vésperas da chegada a Israel do secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, o primeiro-ministro israelita Ariel Sharon foi ao Parlamento reafirmar a sua política de liquidação da Autoridade Palestiniana (AP) e de assassinatos em série.

A campanha militar disse, continuará até ser erradicado o «regime terrorista» criado pela AP, e quando se proceder à retirada serão criadas «zonas de segurança» entre Israel e os territórios palestinianos.

«Não temos intenção de conquistar as cidades palestinianas de forma permanente. Uma vez concluída a operação, o Exército israeli-

Os EUA entendem que Israel não retirará imediatamente

armadas israelitas, provocou já mais de duzentos mortos e 1500 feridos em apenas dez dias. Esta arrogância nada tem de estranho; advém da impunidade de que Israel desfruta.

Os pedidos de Bush e de Tony Blair, na linha da resolução 1403 do Conselho de

Segurança da ONU que domingo exigiu o fim da ofensiva militar de Sharon, não têm qualquer consequência prática. A ajuda anual de 3000 milhões de dólares que Washington dá a Telavive não está em causa, e até ao momento nenhum Estado se atreveu sequer a condenar Israel ou a impor-lhe qualquer tipo de sanções.

À espera

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, insinuou esta semana a possibilidade de ser revisto o acordo comercial com Israel, mas ele próprio se encarregou de esvaziar a sugestão. «Primeiro há que falar com Israel, pois é assim que se gerem as relações com os amigos», disse. Apesar das acções israelitas serem manifestamente incompatíveis com a cláusula democrática que contempla todos os acordos de associação com a União Europeia (EU), e de o responsável pelas relações externas da EU, Josep Piqué, ter admitido que «as intenções do governo israelita estão em contradição com as resoluções da ONU e com o consenso internacional».

Sharon sabe pois com o que pode contar, e nem se dá ao trabalho de o disfarçar. «Uma das nossas prioridades - disse - é conservar as relações com os nossos amigos, especialmente com os EUA, mas é verdade que pode haver desacordos. No entanto, se esses desacordos se verificarem, serão desacordos entre amigos».

No mesmo sentido se pronunciou o ministro da Defesa israelita, Benjamin Ben Eliezer, ao garantir aos seus pares que «os EUA entendem que Israel não retirará imediatamente as suas forças e que não haverá retirada numa só fase».

Com a compreensão de Powell, a matança vai continuar.

Conferência em Chipre

Quarenta e três partidos de esquerda de 24 países participaram em Nicósia, de 5 a 6 de Abril, numa conferência de solidariedade com o povo palestiniano promovida pelo Partido Progressista do Povo Trabalhador do Chipre (AKEL). O PCP fez-se representar por Ângelo Alves, membro do Comité Central.

A Conferência - que exigiu o levantamento do cerco a Yasser Arafat, considerado uma tentativa para aniquilar o único representante legítimo do povo palestiniano -, decidiu enviar uma missão interpartidária a Ramallah (Palestina), e admite organizar uma conferência internacional de solidariedade em território palestiniano.

Os participantes, solidários com as forças de paz que em Israel lutam por uma solução justa e pacífica benéfica para ambos os povos, decidiram ainda pressionar os governos e instituições internacionais com vista a obrigar Israel a cumprir as resoluções da ONU que reconhecem ao povo palestiniano os seus direitos nacionais e a edificação do Estado da Palestina com capital em Jerusalém. A nível nacional, os participantes vão promover campanhas de recolha de sangue, medicamentos e dinheiro para enviar ao povo palestiniano.

Yasser Arafat, através do representante da autoridade palestiniana presente na reunião, fez chegar uma mensagem de reconhecimento pela solidariedade com o seu povo, apelando fortemente ao reforço dessa solidariedade.



As últimas operações militares na Cisjordânia já provocaram a morte a centenas de pessoas. Dois soldados israelitas tiram fotografias após terem assassinado um palestiniano

mes sofrimentos aos palestinianos, que sofrem o cerco, a fome, a violência, que não podem viajar entre cidades, nem frequentar as escolas ou ir aos hospitais. Mas, ao mesmo tempo, esta política prejudica os interesses nacionais dos judeus israelitas.

No período de um ano (desde que preside ao governo) Sharon transformou o problema da coexistência num problema de sobrevivência de ambas as nações: será possível continuarem a existir? Assim, a política de Sharon trai os interesses do povo israelita.

Nós, enquanto partido de judeus e de árabes, somos os verdadeiros defensores do

Sharon utiliza, cinicamente, os actos terroristas contra cidadãos israelitas. Nós condenamos estas acções terroristas e consideramos que prejudicamos os interesses da paz entre os dois povos. O que Sharon procura fazer é desviar o centro da questão, que é o problema da ocupação, para o problema dos ataques suicidas. Procura justificar a guerra afirmando que impedirá a existência de mais vítimas. Mas a realidade demonstra o contrário.

Por isso, na sociedade israelita existe, por um lado, um sentimento de medo - que tende a apoiar Sharon - mas também uma tendência para uma visão mais realista, que

na nossa sociedade. Sondagens recentes indicam que 30 por cento dos judeus israelitas apoiam e compreendem este movimento. Isso traduz uma oposição crescente a Sharon, que ainda não se reflecte no Parlamento (eleito em 1999). O papel negativo do Partido Trabalhista de Shimon Peres e Ben Eliezer é hoje mais evidente. Ao participarem no governo de coligação chefiado por Sharon, legitimam-no interna e externamente. Mas ao fazê-lo desligam-se da sociedade israelita.

- Quais as exigências do Partido Comunista de Israel para sair da actual tragédia?

A expansão militar dos EUA

• André Levy

Como prometido, a «campanha contra o terrorismo» prossegue, sem dar indícios de abrandamento. Consideram-se os próximos alvos de uma intervenção militar repetindo o sucesso no Afeganistão. Somália e Sudão são duas possibilidades, mas o mais abertamente discutido tem sido o Iraque. De momento, a crise no médio oriente parece ter frustrado os esforços do vice-presidente Dick Cheney para formar uma coligação árabe em torno dos EUA à semelhança da aliança durante a Guerra do Golfo. A movimentação de tropas e materiais da base Prince Sultan, na Arábia



Saudita, para a base aérea da al-Udeid, no Qatar (cujo regime se tem mostrado menos resistente a intervenções lançadas do seu território), e as reportagens dispersas de crescimento do contingente militar dos EUA até cerca de 30 000 tropas no Kuwait, indicam que os EUA vão meramente esperar um momento mais apropriado. Mas os EUA não perdem tempo e movem-se em múltiplas frentes. Sob a abrangente «campanha contra o terrorismo» e com promessas de investimento financeiro (eufemismo para chantagem ou suborno entre nações), o EUA alargaram no ano passado a sua presença militar no mundo. Conselheiros militares ajudam as forças reaccionárias (perdão, armadas) colombianas na dupla frente «contra a droga e contra o terrorismo». Em Janeiro, cerca de 650 militares dos EUA chegaram às Filipinas com o propósito declarado de treinar e aconselhar as forças militares filipinas no seu combate contra «o grupo terrorista islâmico» Abu Sayyaf. Juntamente chegaram cem milhões de dólares para o desenvolvimento das Forças Armadas Filipinas e a promessa de cerca de 4,6 mil milhões de dólares em investimento, prometidos por Washington e pela Wall Street à presidente Gloria Arroyo na sua recente visita aos EUA, em Novembro de 2001. Cabe lembrar que a Constituição das Filipinas, aprovada em 1987 por 76 por cento da população, proíbe forças militares estrangeiras no país, excepto sob tratado especial. Os EUA tentaram, na altura, manter uma presença militar iniciada em 1899, mas o Senado filipino, sob forte pressão popular, recusou o proposto

tratado forçando os EUA a abandonarem as Filipinas em 1992. Em 1998, porém os EUA assinaram um tratado que permite a participação de conselheiros militares em exercícios destinados ao combate de ameaça exterior. Mas tal não abrange o combate contra terrorismo interno e o recente retorno dos EUA às Filipinas tem gerado controvérsia.

Mais perto do petróleo

No outro lado do mundo, perto da presente frente de combate, os EUA instalam forças militares através do Cáucaso e Ásia Central. À base da NATO em Incirlik, Turquia, à base aérea da ilha Diego Garcia (território indiano), aos milhares de tropas na Arábia Saudita, Kuwait, Qatar e Emiratos Árabes, às forças navais no norte do mar Árabe, vêm juntar-se novas instalações e zonas de influência. No Afeganistão instalaram três bases principais, com uma presença de pelo menos 6000 homens. No Paquistão os norte-americanos utilizam quatro bases aéreas. E aos poucos instalam-se nas ex-repúblicas soviéticas ao norte

do Afeganistão. Uma base aérea em Khanabad, no Uzbequistão, aquartela 3000 tropas, incluindo centenas de membros das Operações Especiais. Perto do Bishkek, capital do Kirgístão, 300 militares constroem instalações aéreas (para bombardeiros, aviões de caça e de reabastecimento) e uma pequena cidade para albergar cerca de 3000 tropas norte-americanas. Cerca de 200 conselheiros militares estarão em breve na Geórgia, onde combatentes tchetchenos alegadamente desenvolvem ligações com a Al-Qaeda. Um acordo recente com o Tadjiquistão garante um futura base neste país, e negociações estão em curso com Kasaquistão, Turkménistão, Arménia e Arzebeijão. Ao todo, existe já um contingente de sessenta mil tropas dos EUA na região, que só promete alargar. Os EUA ganham uma posição geoestratégica como só os mais ambiciosos durante a Guerra Fria imaginariam. A base de Manas, no Kirgístão, está perto da China e da sua maior instalação de testes nucleares em Lop Nor, e perto de instalações militares russas de alta segurança. Igualmente em causa está o futuro do petróleo do mar Cáspio e a rota dos oleodutos. A região promete ultrapassar o Golfo Persa em termos de produção petrolífera, e como tal a possibilidade de oleodutos que permitam a saída de petróleo em países aliados, via Afeganistão - Paquistão ou via Cáucaso - Turquia, evitaria ter que lidar com a Rússia. Os países costeiros irão reunir-se em Abril para discutir divisão do território. Os EUA generosamente ofereceram a sua ajuda.

O dia 4 de Abril é data histórica para o povo angolano, que durante 27 anos viveu sucessivos confrontos entre as FAA e as forças do Galo Negro

Dia histórico

As chefias das Forças Armadas Angolanas e das forças militares da UNITA assinaram, na passada quinta-feira, em Luanda, um memorando que define os termos do cessar-fogo do conflito em Angola.

O Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaca, o acordo de paz de 1994 abortado, constitui o terceiro documento formal de cessar-fogo assinado pelas forças governamentais angolanas e pela guerrilha desde as primeiras conversações entre os militares dos dois lados, na Primavera de 1991 no Lueno, Moxico.

O memorando prevê que as duas partes sigam a sequência lógica no acordo de cessar-fogo aprovado em 1994 em Lusaca (Zâmbia), mas apenas na parte militar, ficando as negociações de cariz político para mais tarde.

Além da cessação de hostilidades - embora não haja praticamente confrontos no país desde o princípio de Março - o memorando prevê a criação de uma Comissão Militar Comum (CMM), que entrou em função logo após a assinatura do documento.

A CMM tem por missão acompanhar a aplicação do memorando e integra membros das FAA e da UNITA, bem como da ONU e da «troica» de observadores do processo de paz angolano.

Por outro lado, o acordo define os 27 locais de acantona-

mento (sobretudo nas províncias de Benguela, Bié e Huambo, no centro de Angola) das mais de 350 mil pessoas da UNITA a realojar em todo o país, 50 mil delas militares e o resto dos seus familiares.

Define também as modalidades do aquartelamento e conclusão do processo de desmilitarização da UNITA e a incorporação global dos seus efectivos para posterior selecção para as FAA e a Polícia Nacional, tendo em conta «as vagas existentes».

Primeiras medidas

O documento é o culminar de um rápido processo negocial iniciado oficialmente a 15 de Março, cerca de três semanas após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, e que terminou 15 dias mais tarde, a 30, com os chefes militares das FAA e da UNITA a rubricarem o acordo.

Como primeira medida executiva na expectativa da pacificação do país, perante condições políticas e de segurança já obtidas, o governo angolano aprovou um programa extraordinário de obras públicas para reabilitação de 7324 quilómetros de estradas, pontes, caminhos-de-ferro, aeroportos e edifícios.

A cerimónia de assinatura do documento que definiu os termos de cessar-fogo em Angola começou com a entoação do hino nacional, a que se seguiu um minuto de silêncio em memória de todos os que perderam a vida em quase 30 anos de guerra. Após a leitura do texto do memorando, foi a vez das assinaturas dos dirigentes das Forças Armadas Angolanas (FAA) e das forças militares da UNITA.

O memorando foi assinado pelo chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, general Armando da Cruz Neto, e pelo chefe de Estado Maior do Alto Comando das Forças Militares da UNITA, general Geraldo Abreu «Kamorteiro». Depois da assinatura e troca de documentos, os dois generais selaram o acordo com um aperto de mão e um abraço.

De seguida, os documentos foram assinados pelo representante do secretário-geral da ONU para os assuntos africanos, Ibrahim Gambari, e pelos representantes da «troica», embaixadores em Angola dos Estados Unidos da América, Rússia e Portugal.

A cerimónia, fortemente ovacionada, decorreu na presença do chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, e de figuras como Lukamba Gato, secretário-geral e coordenador da Comissão para a Paz, membros do Governo angolano, diplomatas e representantes da sociedade civil.

«Quem ama a paz deve saber perdoar»

Na véspera da assinatura do cessar-fogo entre a UNITA e as Forças Armadas Angolanas, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, fez uma comunicação aos pais mostrando-se empenhado na conclusão do Protocolo de Lusaca e na criação de condições para a realização de eleições livres.

José Eduardo dos Santos apelou à tolerância e ao respeito pelas diferenças de opinião e pelas opções partidárias. O presidente angolano estendeu, assim, a «passadeira» à reconciliação da grande «família» desavinda.

«Quem ama verdadeiramente a paz deve saber perdoar e reconciliar-se com o seu próximo. Contribuindo assim para uma união verdadeira e sólida dos angolanos sem prejuízo para as divergências que uns e outros possam expressar», afirmou dirigindo-se à Nação.

O presidente angolano frisou que «o sofrimento dos milhões de deslocados e milhares de crianças órfãs é mais do que suficiente para determinar a urgência» que há em Angola de «superar desconfianças e contradições do passado» para se alcançar «o entendimento das necessidades nacionais».

No final, Eduardo dos Santos deu a nova Angola como um exemplo a seguir: «Esperemos que a reconciliação agora encetada possa servir de exemplo e encorajar a resolução pacífica de outros conflitos armados que ainda perduram noutras partes da África e do mundo».



Viva a paz

Milhares de pessoas participaram, sexta-feira, em Luanda, numa marcha para saudar a assinatura do acordo formal de cessar-fogo entre as Forças Armadas Angolanas e a UNITA.

A marcha, que começou no estádio nacional da Cidadela, na capital angolana, foi promovida pelo Movimento Juvenil Espontâneo e pelo Fórum das Associações Municipais de Luanda, nela participando populares, políticos, chefes tradicionais e líderes religiosos.

Empunhando cartazes e dísticos proclamando «Angola comemora unida a chegada da paz», «Paz segura», «Angola, paz, trabalho e liberdade» e «Paz e desenvolvimento», os manifestantes, vestidos de branco ou exibindo lenços da mesma cor, percorreram várias ruas da capital e gritaram «viva a paz».

Manifestações idênticas decorreram também em várias regiões de Angola, tendo o governo decretado tolerância de ponto para permitir que as populações do país festejem a paz.

• Domingos
Abrantes

“Os neo...”

O Partido viveu toda a sua longa história sob o fogo dos inimigos de classe, dos escribas ao seu serviço e de «amigos» que, depois de um banho purificador no mundo da classe operária e dos trabalhadores, encetam um caminho sinuoso e auto-justificativo de regresso à mãe-classe de cujas entranhas verdadeiramente nunca se libertaram, com a agravante de que os convertidos são sempre piores do que os originários.

Os membros do Partido devem saber não só que foi sempre assim mas que continuará a sê-lo enquanto o PCP for comunista, isto é, um Partido que não se submete ao sistema e desenvolve uma acção de classe autónoma no plano político e ideológico.

A actual ofensiva que se desenvolve há muito, entrou numa fase qualitativamente nova, animada e alimentada por elementos do Partido, alguns dos quais em pleno período eleitoral fizeram coro com forças reacçãoárias, apelaram ao voto no PS, não tiveram qualquer participação na grande batalha política que eram as eleições, ou recusaram mesmo declarar o seu apoio à CDU. Uns em nome da imperiosa necessidade de derrotar a direita, outros porque um bom resultado eleitoral poderia legitimar a actual Direcção. Qualquer organização partidária conhece casos concretos ilustrativos destas afirmações, só que algumas dessas pessoas são quem mais teoriza sobre as culpas da Direcção nos maus resultados eleitorais.

Apesar de a grande maioria dos membros do Partido já ter visto este filme, a Direcção do Partido teria o trabalho enormemente facilitado se distribuisse pelos militantes as múltiplas cartas, os documentos (colectivos e individuais), as proclamações de fidelidade eterna ao comunismo dos irmãos siameses dos que na actualidade, à margem da vida partidária, se propõem salvar da morte certa o Partido Comunista Português.

Mais difícil seria distribuir as resmas de artigos, análises e comentários publicados na imprensa dominante a favor, «dos melhores de entre os melhores comunistas», dos únicos e verdadeiros comunistas, democráticos, com certeza.

Arrogância antidemocrática

A substituição de uma sala de reuniões do Hotel Roma por um jantar na

FIL, mais apropriado à origem social da maioria dos participantes, com direito a directos nas TVs à hora dos telejornais (mimo normalmente só concedido aos partidos do sistema), o facto de os abaixo-assinados formais terem dado lugar aos abaixo-assinados «informais», não acrescenta nada de original a outras experiências, nem altera a sua natureza divisionista e fraccionária. De igual modo a contestação às orientações do XVI Congresso, bem como à legitimidade da Direcção não é nova. A contestação à legitimidade e à democraticidade dos diferentes Congressos tem sido uma constante de todas as «vias», grupos e grupelhos. Se dúvidas houver consulte-se a imprensa das épocas.

Digno de registo é, em primeiro lugar, o despudor, com que alguns promotores desta cruzada «renovadora» retiraram do baú «contributos» de outros «cruzados», os plagiaram e os copiaram sem disfarces *ipsis verbis*.

Dignos de registo são, em segundo lugar, os insistentes conselhos das classes dominantes pela via da sua comunicação social para os «renovadores» não se precipitarem, para extraírem as devidas lições de outros falhanços e sobretudo espanta os apelos à sua unificação. Tudo isto para que o PCP seja, obviamente, mais forte, mais influente e desse modo mais eficaz no combate ao capital! As classes dominantes, com um grande sentido da defesa dos seus interesses, lá sabem por que jogam neste cavalo.

Finalmente, saliente-se a arrogância antidemocrática revelada pelos «cruzados renovadores» actuais e que deve servir de aviso para alguns incautos. O XVI Congresso preparado largamente com o envolvimento de mais de 20.000 membros do Partido, com a participação de 1700 delegados, porque as suas ideias não foram aceites é pura e simplesmente reduzido a uma manifestação de pobre gente condicionada e manipulada.

Apresentando-se como boas almas tolerantes, dignas de qualquer confraria, e eventualmente num gesto de penitência, clamam contra supostas purgas, purificando-se da sanha neostalinista e fundamentalista com que, em outros tempos, defenderam purgas de irmãos siameses e da prepotência com que trataram quadros e organizações.

Ignorando órgãos legítimos, desprezando e espezinhando regras estatutárias que obrigam todos os membros do

Partido, não admitindo sequer que a imensa maioria do colectivo partidário possa pensar de modo diferente das suas cabeças iluminadas decretam, sem se saber com que meios as pensam executar, as regras congressuais, a revisão dos Estatutos, a substituição do Programa e da Direcção. Como se os favores da Comunicação Social lhes dessem os meios que não têm, decretam, sem mais nem menos, a refundação do PCP.

Estamos perante uma manifestação típica de sectores radicais pequeno-burgueses cujos projectos caminham na razão inversa da força e dos meios. Para eles, a estratégia é tudo; as condições concretas de luta, a correlação de forças em cada momento, o grau de contradições na sociedade, os níveis de consciência e da disposição de luta das massas, nada são.

Tarefas inadiáveis

Conhecido já suficientemente este «filme», conhecido é igualmente como termina. O mais importante é perceber e esclarecer as causas dos surtos cíclicos, ditos renovadores, e como os tratar.

A experiência longa, difícil e acidentada da história do movimento operário e revolucionário ensina-nos que este nasceu e se desenvolveu em permanente confronto com o oportunismo pequeno-burguês que se desenvolve no seu seio, esse «vírus» que, no dizer de Lênine, se não for debelado a tempo se pode tornar verdadeiramente mortal.

Os clássicos do marxismo-leninismo que, como é sabido, deram uma particular atenção a este «vírus», chamaram repetidamente a atenção para a relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades do desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo em cada etapa histórica concreta. É precisamente isto que faz do oportunismo um fenómeno social universal, persistente e permanente.

O que muda ao longo dos tempos não é a existência e a essência do oportunismo, é a sua forma de expressão em cada momento concreto, oscilando entre o radicalismo nos períodos de ascensão e o capitulacionismo e o espírito desagregador nas fases de refluxo, de derrotas, de percursos difíceis.

Na actualidade, com o assalariamento crescente das camadas de origem pequeno-burguesa, as pressões oportunistas

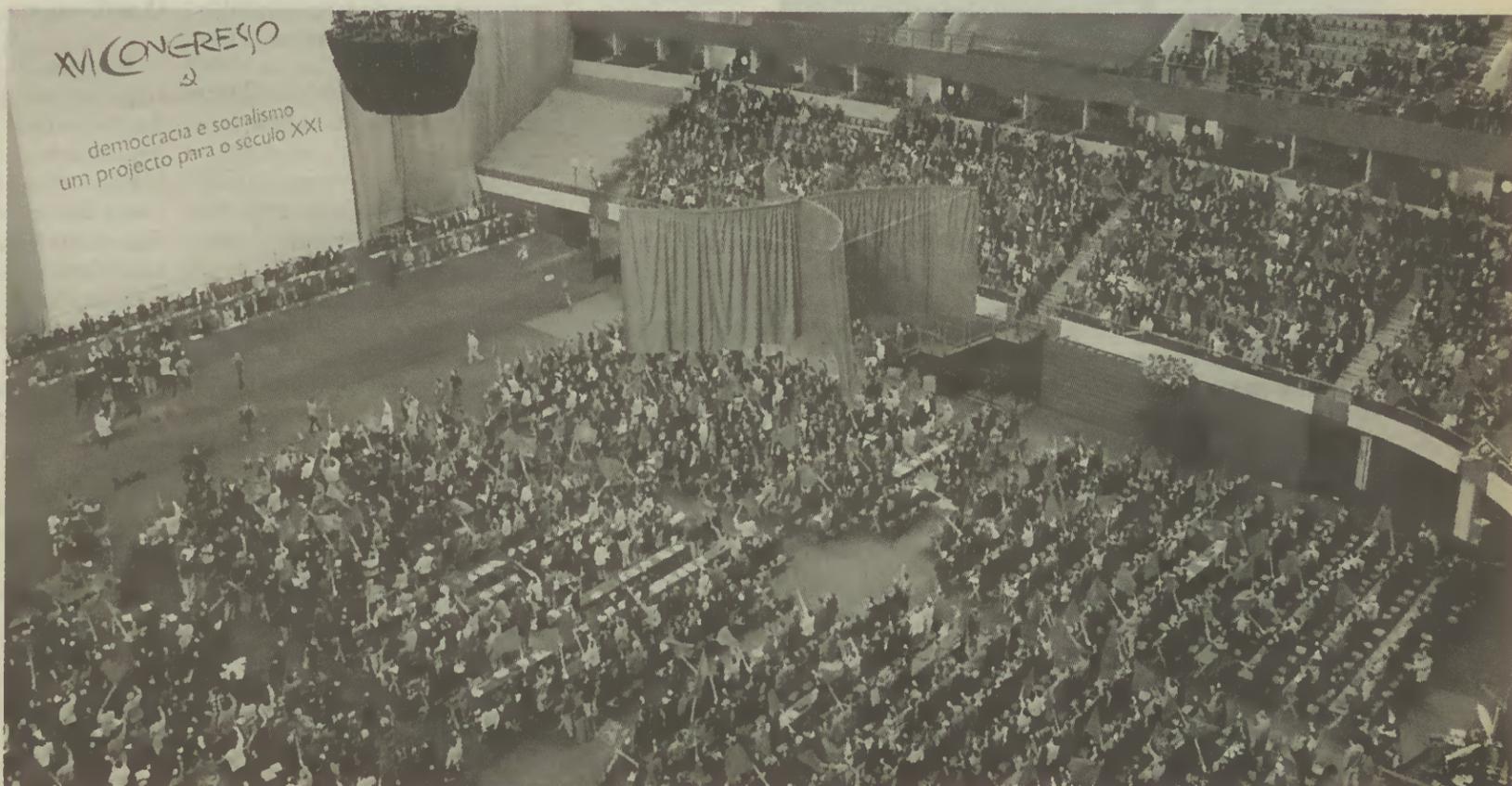
tornam-se bastantes maiores, a luta ideológica agudiza-se e complexiza-se.

Ao Partido colocam-se duas tarefas complementares e inadiáveis. Uma é a necessidade de se dar combate no plano político, ideológico e orgânico às tentativas de introduzir princípios orgânicos anarquizantes e liquidacionistas. E pouco importam as profissões de fé dos seus defensores. O que caracteriza o liquidacionismo no plano orgânico e ideológico é a substituição de uma organização coesa, com regras precisas, por um amálgama incarácterístico, anarquizante, «normal» para o sistema e que por isso obriga à liquidação de um Programa revolucionário, a abjurar do património de luta, a sacrificar os objectivos estratégicos mais gerais aos objectivos da conjuntura. Os exemplos sobre isto, antigos e recentes, são mais do que muitos.

A outra tarefa é a necessidade de fazer respeitar o normal funcionamento do Partido, no quadro de regras comuns e voluntariamente aceites.

Entretanto, é necessário dar combate igualmente a certas generalizações. O PCP é um Partido que se pode orgulhar de ter integrado e continuar a integrar nas suas fileiras, incluindo na sua Direcção, intelectuais de grande valor, homens e mulheres orgulhosos de pertencerem ao Partido da classe operária e da sua opção comunista, homens e mulheres que pelo facto de serem comunistas, de não se envergonharem da sua qualidade de «filhos adoptivos» da classe operária, de não traírem o seu Partido, não têm direito ao «estrelato» mas a serem vilipendiados e discriminados como qualquer comunista.

O colectivo partidário tem todas as condições para superar as suas dificuldades. Debater, dialogar, confrontar ideias com espírito crítico e autocrítico é uma necessidade e uma exigência, mas as «balizas» são claras. Essa exigência deve processar-se no quadro normal do funcionamento do Partido e tendo como fronteira inviolável a identidade do Partido, base da sua força, característica diferenciadora de outras forças políticas. Identidade que tem como características básicas a sua natureza de classe, a construção de uma sociedade socialista como objectivo programático, uma organização assente numa direcção e orientação únicas, no quadro de uma profunda democracia interna, em que as definições teóricas da identidade são inseparáveis da acção prática concreta do Partido.



• Manuel Brotas

Einstein e o socialismo

Costuma silenciar-se a influência do marxismo nas ideias económicas e sociais de Einstein e é sempre omitido que defendeu o socialismo como única solução para a humanidade. Mostraremos que assim foi, com base num artigo escrito pelo seu próprio punho, significativamente intitulado «Porquê o socialismo?».

Um aspecto pouco falado e completamente ausente de todas as bibliografias de Einstein que conheço é a sua defesa do socialismo e, pelo menos nos seus aspectos económicos, a influência que recebeu do marxismo. Proponho-me realçar este facto, aproveitando cumprir-se esta semana, a 13 de Abril, mais um aniversário da morte do grande cientista e baseando-me num interessante mas pouco comentado artigo que publicou em Maio de 1949⁽¹⁾, de onde são retiradas todas as citações. Não ignoro que, apesar da sua acção antifascista, particularmente contra o nazismo, pela paz e segurança mundiais, pela liberdade e democracia, e das suas ideias políticas de esquerda, Einstein nem

atravessando uma crise de civilização, interrogando-se qual a causa e qual a saída.

Einstein insiste na ideia de que o ser humano é também um ser social e que não se pode considerá-lo fora da sua dependência social: «O indivíduo é capaz de pensar, sentir, lutar e trabalhar sozinho; mas depende tanto da sociedade – na sua existência física, intelectual e emocional – que é impossível pensá-lo, ou compreendê-lo, fora da organização social. É a “sociedade” que lhe providencia a comida, a roupa, a casa, os instrumentos de trabalho, a linguagem, as formas de pensamento e a maior parte do conteúdo do pensamento; a sua vida é tornada possível através do trabalho e das realizações dos muitos milhões passados e presentes que se escondem por trás da pequena palavra “sociedade”». Coerentemente, tinha definido o conceito abstracto de sociedade para o indivíduo como «a soma total das suas relações directas e indirectas com os seus contemporâneos e com todos os de anteriores gerações».



Num dos seus artigos, pouco divulgado, Einstein faz a defesa do socialismo

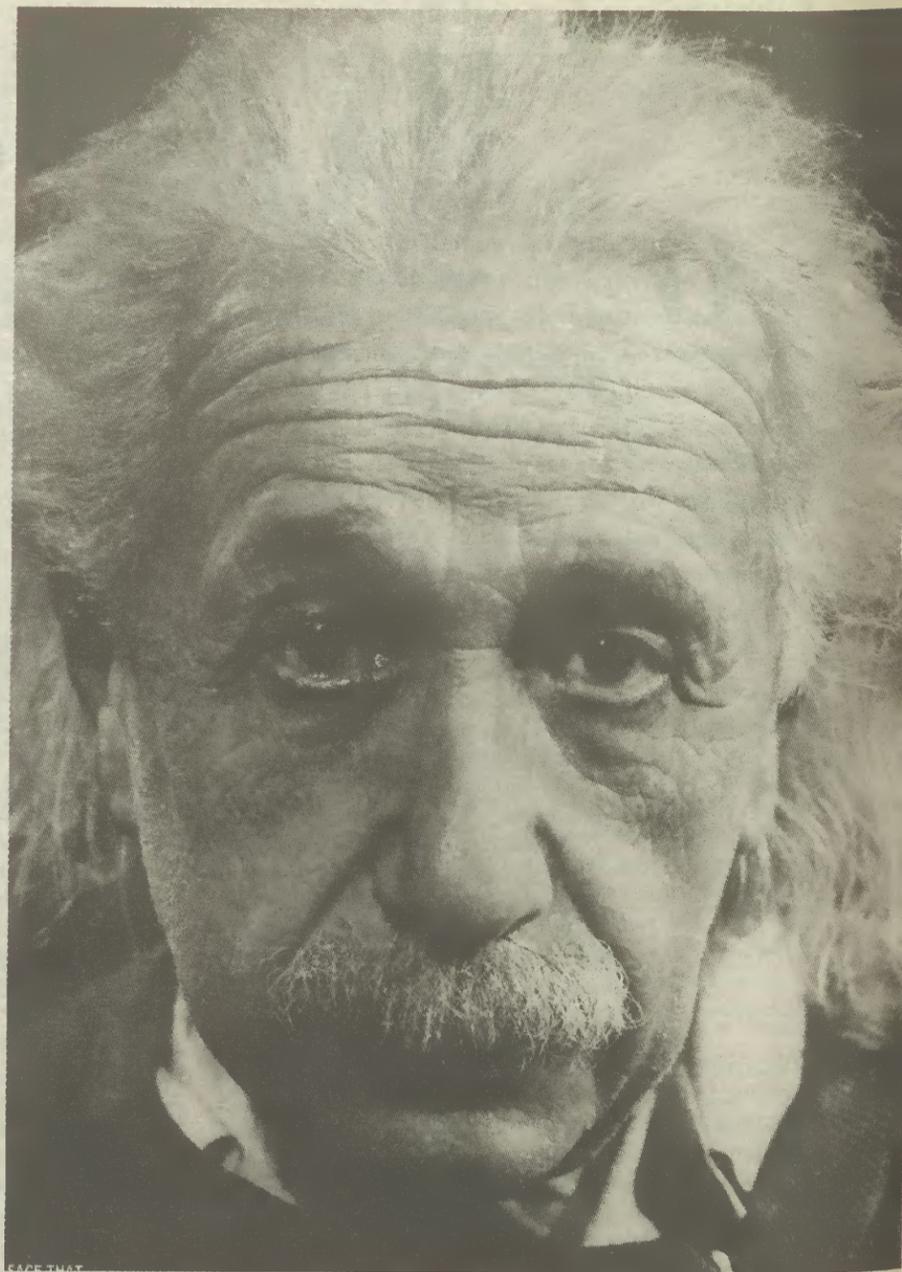
sempre teve posições alinhadas com os comunistas. Regista-se mesmo uma ou outra apreciação nem sempre favorável ao marxismo, se bem que, pelo menos do que conheço, sem especial hostilidade. O que é inegável, e evidente para quem conheça certos textos em que expressa a sua mundividência política e preocupações sociais, é o acolhimento que nele tiveram as teorias económicas de Marx e a sua simpatia pelo socialismo. Significativamente, o artigo que apresentamos, de carácter pedagógico e divulgador, chama-se «Porquê o Socialismo?».

Einstein começa logo por, argumentadamente, reclamar para os leigos, isto é, para os não especialistas, os não economistas, os não cientistas sociais, enfim, por reclamar para todos o direito de se pronunciarem sobre estas questões.

Em seguida, compartilha da preocupação de que a humanidade está

Cultura versus hereditariedade

No entanto, se a dependência para com a sociedade é um facto natural que não pode ser abolido, enquanto para os outros animais a vida é regida pelas necessidades biológicas e pelos instintos, no caso dos homens este factor é contrabalançado, e enfraquecido, pela cultura, na acepção mais geral da palavra – isto é, pela componente não hereditária do seu comportamento, pelo saber adquirido ou criado: «O homem adquire ao nascer, através da hereditariedade, uma constituição biológica que devemos considerar fixa e inalterável, incluindo os impulsos naturais que são característicos da espécie humana. Adicionalmente, durante o seu tempo de vida, ele adquire uma constituição cultural que adopta da sociedade por meio da comunicação e por meio de muitos outros tipos de influência. É esta constituição cultural que, com o passar



do tempo, está sujeita à mudança e que determina em larga medida a relação entre o indivíduo e a sociedade.»

É muito importante este reconhecimento da flexibilidade da constituição cultural, sempre no sentido geral atrás referido, que origina possibilidades humanas, sociais, que a actuação rígida dos comandos de acção biológicos não permitiria. Einstein tinha-o referido: «Isto explica como, num certo sentido, o homem pode influenciar a sua vida através da sua própria conduta, e que neste processo o pensamento consciente e a vontade podem desempenhar um papel.» Já os antropólogos nos tinham ensinado, no estudo das sociedades primitivas, que «o comportamento social dos seres humanos pode ser muito diferente, dependendo dos padrões culturais prevalecentes e dos tipos de organização que predominam na sociedade». Motivo, pois, de esperança: «os seres humanos não estão condenados, pela sua constituição biológica, a aniquilarem-se uns aos outros ou a estarem à mercê de um destino cruel, auto-infligido». É oportuno lembrar que subjacente ao artigo está o contexto da época, a ameaça de utilização da bomba atómica por parte dos EUA contra a União Soviética e de uma nova guerra mundial.

Já que são variados e alteráveis os modelos sociais e as relações entre os humanos, coloca-se pois a questão maior de como modificar a estrutura social e atitude cultural dos homens de modo a tornar a vida o mais satisfatória possível. Há condições naturais e sociais rígidas: a natureza biológica humana é fixa, a evolução tecnológica e demográfica estão aí, a divisão do trabalho e a centralização do aparelho produtivo são incontornáveis. O regresso a um passado idílico de indivíduos ou pequenos grupos auto-suficientes é impossível. Acrescenta Einstein: «É só um pequeno exagero dizer que a humanidade constitui mesmo agora uma comunidade planetária de produção e

consumo.» Hoje, com a globalização, o exagero ainda é mais pequeno.

O indivíduo está mais do que nunca consciente da sua dependência para com a sociedade, mas não a sente como positiva, como um laço orgânico, como uma força protectora, mas antes como uma ameaça aos seus «direitos naturais» ou à sua existência económica; o relacionamento com a sociedade acentua-lhe os impulsos egoístas e deteriora-lhe os sociais; isso cria insegurança, solidão, incapacidade de usufruir simplesmente a vida. Aqui Einstein introduz uma nota que, se por um lado, pode ser considerada um pouco lírica na defesa de outro sistema social, por outro, diz muito do seu carácter: «O homem só pode encontrar sentido na vida, curta e perigosa como é, devotando-se à sociedade.»

O mal está no capitalismo

Seja como for, é na relação do indivíduo com a sociedade que está a crise dos nossos dias. Esta afirmação não deve ser entendida no sentido da *atitude* do indivíduo face à sociedade; com as definições do artigo, isto significa colocar o problema da organização ou da *estrutura social*. E é o próprio Einstein, abandonando qualquer lirismo e entrando na parte do artigo que propriamente nos interessa, que o diz, com todas as letras: «A anarquia económica da sociedade capitalista tal como existe hoje é a verdadeira fonte do mal.»

Os produtores lutam incessantemente uns com os outros para se apossarem dos frutos do seu labor colectivo. «Comunidade de produtores»? Luta de uns com os outros, assim indiferenciadamente? O que é que isto tem a ver com o marxismo?, pergunta o leitor? Então e a exploração? Então e as classes? Então e a luta de classes?

Talvez o leitor se surpreenda, mas a partir daqui quase se poderia dizer

que não é Einstein, mas o próprio Marx, a falar.

A apropriação do fruto do trabalho colectivo faz-se pela violência? Não, esclarece Einstein, faz-se de maneira geral dentro da legalidade. E é o próprio que acrescenta: «A este respeito, é importante perceber que os meios de produção – quer dizer, toda a capacidade produtiva necessária para produzir tanto os bens de consumo como os bens de capital adicionais – legalmente podem ser, e na maior parte são, propriedade privada de indivíduos».

Repare-se desde já a utilização não só de conceitos como da própria terminologia marxista (e.g. «meios de produção»). Isto se tornará ainda mais claro logo de seguida, quando o autor se lança numa pedagógica exposição da teoria da mais-valia:

«Para maior simplicidade, na discussão que se segue chamarei de “trabalhadores” todos os que não partilham da propriedade dos meios de produção – ainda que isto não corresponda exactamente ao uso habitual do termo. O proprietário dos meios de produção está numa posição que lhe permite comprar a força de trabalho do trabalhador. Usando os meios de produção, o trabalhador produz novos bens que se tornam propriedade do capitalista. O ponto essencial deste processo é a relação entre o que o trabalhador produz e o que lhe é pago, ambos medidos em termos do valor real. Na medida em que o contrato de trabalho é “livre”, o que o trabalhador recebe é determinado não pelo valor real dos bens que produz mas pelas suas necessidades mínimas e pelas necessidades de força de trabalho dos capitalistas relativamente ao número de trabalhadores competindo pelo emprego. É importante compreender que mesmo em teoria o pagamento do trabalhador não é determinado pelo valor do seu produto.»

Dá vontade de pegar na última frase e perguntar que «teoria». Evidentemente, a teoria da mais-valia de Marx, o primeiro homem a esclarecer que o capitalista compra não o trabalho mas a força de trabalho, que a propriedade dos meios de produção lhe concede o produto do trabalho dos operários e que estes, usando-os, dão mais nesse produto do que recebem no salário. Repare-se ainda como, numa exposição popular, o autor precisa que o salário do trabalhador é determinado pelo seu valor (pelo valor dos bens necessários à sua subsistência: «as suas necessidades mínimas») mas que essa determinação é alterada pela relação de força entre capitalistas e trabalhadores (a procura e oferta da força de trabalho: «necessidades de força de trabalho dos capitalistas relativamente ao número de trabalhadores competindo pelo emprego»). Não violentámos a frase mais adiante, como veremos, Einstein sobre isto recorrerá expressamente a outro conceito marxista – «exército de desempregados» (colocado entre aspas pelo autor e exactamente com o sentido que Marx lhe deu, de «exército de reserva»).

Economia e luta de classes

Não se acuse, num pequeno texto expositivo, Einstein de esquematismo e simplificação excessiva. O autor faz questão de notar: «A situação prevalente numa economia baseada na propriedade privada do capital é assim caracterizada por dois princípios primordiais: primeiro, os meios de produção (o capital) são propriedade privada e os proprietários dispõem deles como quiserem; segundo, o contrato de trabalho é livre. É claro, não existe algo como uma sociedade capitalista *pura* neste sentido [sublinhado do autor]. Em particular, deve notar-se que os trabalhadores, através de lutas políticas longas e amargas, conseguiram assegurar uma forma algo melhorada de “contrato de trabalho livre” para certas categorias de trabalhadores. Mas, vista como um todo, a economia dos nossos dias não difere muito do capitalismo “puro”».

Está cá tudo o que o leitor reclamava – a exploração, mascarada pela alienação economicista de um contrato de trabalho «livre»; as classes, os «proprietários dos meios de produção» e os proprietários da força de trabalho; a luta de classes, em torno dos salários, das condições de trabalho, do emprego, inclusivamente na sua forma «política».

Mas Einstein não se fica por aqui. Na esteira de Marx, detecta a tendência para a concentração do capital e para a subordinação do poder político ao poder económico:

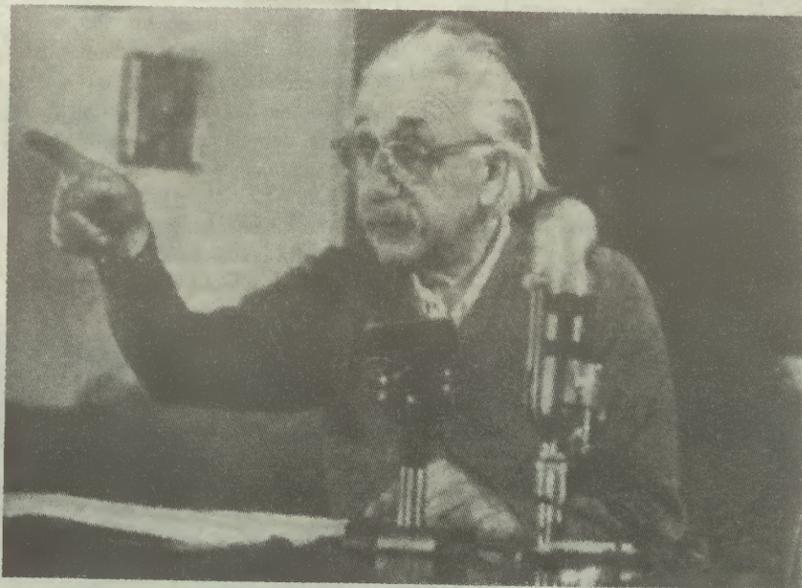
«O capital privado tende a concentrar-se em poucas mãos, em parte devido à competição entre os capitalistas, em parte porque o desenvolvimento tecnológico e a crescente divisão do trabalho encorajam a formação de maiores unidades de produção à custa das mais pequenas. O resultado deste desenvolvimento é uma oligarquia do capital privado, cujo enorme poder não pode ser efectivamente controlado mesmo por uma sociedade política organizada democraticamente. Isto é verdade, uma vez que os membros dos corpos legislativos são seleccionados por partidos políticos, largamente financiados ou de algum outro modo influenciados pelos capitalistas privados que, para todos os efeitos práticos, separam o eleitorado da legislatura.»

O controlo dos meios de comunicação social não escapa: «Mais, nas condições existentes, os capitalistas privados controlam inevitavelmente, directa ou indirectamente, as principais fontes de informação (imprensa, rádio, educação [agora acrescentaríamos a televisão, a internet].» Conclui pela extrema dificuldade, senão quase impossibilidade, de uma informação objectiva e do exercício consciente pelos cidadãos dos seus direitos políticos.

E a exposição prossegue em pleno marxismo, no campo económico até à consideração das crises de sobreprodução (devidas à sobreacumulação de capital), no plano social na consideração da competição intrínseca ao capitalismo como a causa do individualismo e do salve-se quem puder. A produção é feita para o lucro, não para satisfazer

necessidades, denuncia Einstein. Nem todos os que podem e querem encontram trabalho, constitui-se um «exército de desempregados», há uma ameaça constante sobre o trabalhador de perder o emprego. Como trabalhadores mal pagos e desempregados não proporcionam mercados lucrativos, a produção de bens de consumo (e por conseguinte de capital, acrescentaria eu) é restringida causando perturbações e grandes dificuldades. O progresso tecnológico origina frequentemente mais desemprego, em vez de aliviar o trabalho de todos. O autor sintetiza: «O móbil do lucro, conjugado com a competição entre capitalistas, é responsável por uma instabilidade na acumulação e utilização do capital que conduz a depressões cada vez mais severas.»

Einstein insurge-se contra esta competição desenfreada, que origina não só um enorme desperdício social de trabalho como a mutilação da consciência social dos indivíduos, que já tinha mencionado e que, em sua opinião, é o pior dos males do capitalismo. Isso, acrescenta ainda, reflecte-se no sistema educativo, que inculca no estudante um espírito de competição exagerado e o culto do sucesso na aquisição de bens materiais.



A «fase socialista» do grande cientista não se trata de um devaneio de juventude. Tinha 70 anos quando escreveu o artigo

A única solução

É o próprio Einstein que o vai dizer, o sublinhado é dele: «Estou convencido que há apenas *uma* maneira de eliminar estes graves males, a saber, o estabelecimento de uma economia socialista, acompanhada de um sistema educativo orientado para objectivos sociais.» Pormenorizando, para que não haja dúvidas de que socialismo se fala: «Numa tal economia, os meios de produção pertencem à própria sociedade e são utilizados de forma planificada. Uma economia planificada, que ajusta a produção às necessidades da comunidade, distribuiria o trabalho a fazer por todos capazes de trabalhar e garantiria o sustento a todo o homem, mulher e criança.» Ao sistema educativo competiria promover as capacidades e a responsabilidade dos cidadãos em lugar da glorificação do poder e do sucesso.

Einstein faz questão de alertar pertinentemente que a construção do socialismo não se pode fazer com o menosprezo do indivíduo e dos direitos

humanos e para os riscos de uma burocracia toda poderosa, escapando ao controlo democrático, originada pela centralização do poder político e económico. Como se vê, não estava desatento à tentativa de construção do socialismo na União Soviética; nas suas palavras, estes são problemas sociopolíticos extremamente difíceis mas que têm que ser resolvidos.

Termina classificando significativamente a nossa época como sendo «de transição» – para ele a história não acaba no capitalismo – e pugnando pela clareza nos objectivos e problemas do socialismo:

Einstein evoluiu naturalmente nas suas opiniões políticas ao longo da vida mas, pelo exposto, dificilmente se pode negar a simpatia que tinha e a defesa que fez do projecto socialista. Note-se o perfilhar de conceitos e teorias de Marx e até o enxerto da terminologia marxista na sua linguagem humanista muito própria. Se não houvessem outros textos, este chegaria. Repare-se ainda que não se trata de um devaneio de juventude, mas de um artigo de um homem amadurecido na sua visão do mundo, de 70 anos, que já só viveria mais seis; um texto de um dos homens que mais contribuiu para

a ciência moderna, o maior cientista do século passado, um grande humanista preocupado com o futuro da humanidade.

Resta-me pedir perdão pelas longas citações. Tal não se deveu a incapacidade de síntese, mas tão-somente ao desejo de deixar Einstein falar com as próprias palavras. De facilitar ao leitor a avaliação do que procurei mostrar: a defesa do socialismo por parte do grande cientista, a influência, directa ou indirecta, que recebeu das teorias económicas de Marx. Há, no entanto, ainda outra razão. Não conheço traduções para português em que Einstein defenda explicitamente um projecto socialista. Certamente haverá, mas, desconhecendo-as, achei que estas ficavam bem no jornal da força política que verdadeira e consequentemente se bate por esse projecto no nosso país.

(1) No 1.º número da revista marxista norte-americana *Monthly Review*, intitulado “Why Socialism?”, que pode ser consultado em www.monthlyreview.org/598einst.htm.

Massacre do Eldourado dos Carajás volta a ser julgado

Fazer justiça

O massacre do Eldourado dos Carajás voltou a ser notícia. Os oficiais da polícia militar brasileira responsáveis pela morte de 19 camponeses sem-terra vão voltar a ser julgados.

Acampamentos do MST e números de famílias

Ano	Número de acampamentos	Número de famílias
2001	585	75 730
2000	555	73 066
1999	538	69 804
1998	388	62 864
1997	281	52 276
1996	250	42 682
1995	101	31 619
1994	125	24 590
1993	214	40 109
1992	149	20 596
1991	78	9 203
1990	119	12 805
Total	2194	368 325

Markado para segunda-feira, o novo julgamento do caso do Eldourado dos Carajás foi adiado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça brasileiro, Jorge Scartezzini, até que o Tribunal de Justiça do Pará julgue a argumentação do impedimento da juíza Eva do Amaral Coelho, apresentada pelos advogados do Movimento dos Sem Terra (MST).

Em 1999, o Tribunal do Pará absolveu os comandantes dos batalhões que assassinaram 19 camponeses sem-terra e feriram outros 69 naquele que é conhecido como o massacre do Eldourado dos Carajás. O juiz aceitou a tese de legítima defesa. O MST classifica a decisão como «um autêntico escárnio à própria justiça como instituição pública».

O processo entretanto foi reaberto. Surgiram novas provas, que demonstraram o carácter premeditado do massacre. No ano 2000 foi divulgado um filme que mostra que os policiais dispararam primeiro e que, antes do conflito, dois manifestantes foram feridos e pelo menos um camponês foi morto pelas costas depois da desobstrução da estrada.

«Essa ordem dos disparos - primeiro o da polícia, depois o do sem-terra agora provada cientificamente - é importantíssima», garantiu na altura o promotor Marco Aurélio Nascimento à revista Istoé, acrescentando que um dos motivos que levou à absolvição dos oficiais foi o facto de um

dos jurados ter defendido a tese de que os camponeses tinham disparado em primeiro lugar.

ONU investiga acesso à terra

As Nações Unidas vão investigar as violações ao acesso à terra no Brasil. O relator especial da ONU para o Direito à Habitação, o indiano Miloon Kothari, já solicitou ao governo uma autorização para visitar o país no início de 2003.

Miloon Kothari disse que a sua visita ao Brasil será uma continuação das investigações iniciadas pelo relator da ONU para a Fome, Jean Ziegler, que visitou o país no mês passado e que apresentará o seu relatório no segundo semestre deste ano à Assembleia Geral das Nações Unidas. «A fome e o acesso à terra são temas que devem ser investigados de forma conjunta», considera Ziegler.

De acordo com o representante de Brasília na ONU, Luís Felipe Seixas Corrêa, o Brasil está aberto à visita dos relatores

especiais da ONU e a vinda de Kothari dependerá apenas de um «acerto de datas».

Miloon Kothari, ex-director do Habitat (organização da ONU para a habitação), também investigará a situação da habitação no Brasil. Segundo dados da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, o déficit habitacional do Brasil é de 5,6 milhões de casas. De acordo com a organização, seria necessário construir 4 milhões de habitações nas áreas urbanas e 1,6 milhão na zona rural.

A população do Nordeste é a que mais sofre com o déficit habitacional. Mais de 40 por cento das 5,6 milhões de novas casas deveriam ser construídas na região.

O levantamento daquela plataforma servirá de base para a investigação do representante da ONU. Este trabalho indica que há milhões de fogos urbanos com saneamento precário. Outro problema são as favelas, que aumentam todos os anos. Por exemplo, no Recife, 26 por cento dos domicílios são localizados em favelas. Em São Paulo, são 17 por cento.

Passar por morto para sobreviver

No dia 17 de Abril de 1996, cerca de 1500 trabalhadores rurais, membros e simpatizantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), paralisaram a estrada que liga Eldorado do Carajás e Marabá.

O seu objectivo era protestar contra o desalojamento de um acampamento na fazenda da «Macaxeira» e exigir ao governo do Pará que cumprisse as suas promessas no sentido de fornecer um autocarro que levasse elementos do MST até à capital, onde a resolução do caso seria negociada.

Sob o pretexto de desobstruir a via, 200 policiais militares, armados com pistolas e espingardas, assassinaram a

sangue frio 19 camponeses e feriram gravemente outros 69. Alguns sem-terra foram mortos à queima-roupa depois de se renderem. Outros foram executados com foices e machados.

Uma das testemunhas do processo é Ignácio Pereira, que perdeu um filho no massacre e só escapou porque fingiu estar morto. Viajou um total de 100 quilómetros no camião que transportou os cadáveres das vítimas. «As minhas recordações são horríveis e, desde então, já não consigo viver naquele lugar nem voltar a cultivar a terra», conta.

Rita Monteiro, que testemunhou o massacre da janela de sua casa, recor-

da que, depois da matança, os policiais entraram em sua casa e colocaram numa mesa sacos com sangue coagulado e pedaços de massa encefálica. «Indignei-me e disse-lhes para levarem imediatamente aquele horror da minha casa», explica.

O MST denunciou desde logo que o inquérito policial realizado no âmbito da justiça militar, aberto logo a seguir ao massacre, «foi concluído às pressas». «Não foram realizadas diligências imprescindíveis», acusam, tal como o reconhecimento dos acusados pelas vítimas, o exame de resíduos de pólvora nas mãos dos policiais e a análise das fardas.

Velório dos camponeses assassinados (foto de Sebastião Salgado)



Assassinatos de sem-terra no campo

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
	53	69	57	81	124	171	150	216	89	70	78	51	50	45	29	34	49	26	38	26	26	21	1557

• Manoel de Lencastre

A 2.ª Guerra Mundial decidiu-se em Moscovo e Stalinegrado

Os nazis não acreditavam na superioridade soviética

No mundo de há sessenta anos, a Humanidade percorria uma perigosa trajetória, embora surgissem esperanças no horizonte. Os nazis tinham-se assumido como verdadeiros garantes da cultura ocidental e não hesitaram, até, em fazer a guerra às principais potências do capitalismo que os tinham criado e feito prosperar. Nestas circunstâncias, liquidaram a França, a Bélgica, a Holanda, facilmente, e a Grã-Bretanha, apesar da coragem do seu povo, mostrava-se hesitante. Também os Estados Unidos tinham dúvidas em se envolver no conflito europeu. O grande inimigo, aquele que se tornava essencial abater, era a URSS, ou, então, a tal civilização ocidental a que o capitalismo chamava sua não prevaleceria.

A batalha de Moscovo travou-se entre o Outono de 1941 e o Inverno de 1942. Duas fases distintas caracterizaram este confronto de gigantes; a primeira, foi aquela em que o Exército Vermelho teve de aceitar uma função defensiva, mas a segunda deu-se quando os nazis sucumbiram às portas da capital vermelha e tiveram de aceitar que todas as unidades soviéticas passassem ao ataque. Entre uma e outra destas duas fases desenrolaram-se, minuto a minuto, os mais diversos dramas próprios de um conflito

em que o destino do mundo fora posto em jogo. Mas a URSS, além de estar a defender a sua própria sobrevivência como conjunto de nações, erguia bem alto o estandarte das novas ideias de libertação e desenvolvimento criadas pela Revolução de Outubro. Era isto que os hitlerianos desejavam destruir. Na sombra, viam-se apoiados pelos seus poderosos protectores que se escondiam nas chancelarias e nos centros da alta finança nos países de democracia no capitalismo.

Mas a frustração causada pela heroica resistência que encontraram em Smolensk, no Verão de 1941, fazia já prever que a rota de Moscovo seria, para os exércitos do Grupo Centro, uma difícil proposta. Entretanto, Adolf Hitler gritava: «É em Moscovo o centro dos resistentes bolcheviques!»

O ataque à capital da URSS

A 2 de Outubro, Hitler intimara: «Está, finalmente, aberto o caminho para o esmagamento do inimigo que não resistirá ao golpe decisivo preparado para antes do Inverno. Tanto quanto humanamente possível, todos os preparativos estão completos. Começa hoje a última, a mais decisiva batalha do ano.» Dias antes, o Fuhrer dissera: «Nem um único soldado russo, nem um só habitante das áreas por

onde vamos passar, seja ele homem, mulher ou criança, deve escapar-nos.»

De 30 de Setembro a 7 de Outubro, o impacto foi tremendo. Os poderosos ataques nazis deixaram fora de combate alguns exércitos soviéticos na zona de Vyazma. Mas o comando do Exército Vermelho achou-se em condições de chamar à batalha tropas que havia feito estacionar no Extremo-Oriente na previsão de uma eventual ataque nipónico. Aconteceu, entretanto, que informações recebidas do heróico agente secreto soviético Richard Sorge permitiram concluir não estar o Japão preparado para tal iniciativa. Com esta garantia, foi possível, portanto, chamar à frente de Moscovo os reforços que desequilibrariam a relação entre as forças em presença.

Os tanques nazis entraram em Oriel. Avançavam, já, em plena auto-estrada para Tula. Conseguiram partir em duas a Frente de Bryansk. Estas desfavoráveis circunstâncias colocavam o povo soviético e o Partido Comunista perante a necessidade de decisões dramáticas. Uma delas foi a criação da Linha Defensiva de Mozhaisk para onde se ordenou que convergissem todas as tropas dispersas ou em fuga devido à fúria dos ataques alemães.

A 6 de Novembro, na véspera do 24.º aniversário da Revolução, o Soviete da Cidade de Moscovo apelou para que ninguém esquecesse o que estava em jogo

naqueles dias e o Partido Comunista insistiu em que não existiam alternativas para a vitória. No dia seguinte, as tropas que tomaram parte na tradicional parada na Praça Vermelha seguiram, directamente, para a frente de batalha. Porque o inimigo, de facto, já espreitava às portas de Moscovo. Esta situação em que se lutou até aos limites da capacidade dos homens, manter-se-ia durante o resto desse mês de Novembro.

Mas nos primeiros dias de Dezembro, os comandos soviéticos notaram que a exaustão dominava todos os movimentos do inimigo. E as poderosas formações do Grupo de Exércitos Centro, tiveram de passar à defensiva. O Exército Vermelho, agora, possuía efectivos da ordem dos 4.2 milhões de homens, 2000 tanques, 3700 aviões, 32 000 peças de artilharia.

A derrota das hordas hitlerianas diante de Moscovo abateu o espírito e a capacidade de combate das suas principais unidades. A disciplina entre alguns comandos e nas próprias tropas Oressentiu-se. Conheceu-se o pânico. Hitler atirou as culpas para as costas de alguns dos seus mais reputados generais. Só no Inverno de 1942-43, demitiu 35 deles incluindo os marechais de campo, von Brauchitsch e von Bock, e os generais Guderian, Hoepner e Strauss, comandantes dos 2.º e 4.º exércitos Panzer e do 9.º exército de infantaria.

Imortais

Os generais e marechais da URSS que derrotaram Hitler e o seu Reich nazi salvando a Humanidade de mil anos nas trevas, são praticamente desconhecidos, hoje, na conjuntura ocidental onde o capitalismo triunfou, provisoriamente. Uma cortina de fumo caiu sobre tudo o que se refere às históricas vitórias do Exército Vermelho. Alguns falsificadores profissionais tentam, até, desvalorizar os acontecimentos decisivos da guerra - as batalhas de Moscovo, Stalinegrado e Kursk. E torturam-nos com comentários sobre a guerra no Pacífico, El Alamein, a invasão da Normandia. Mas, convenientemente, esquecem, também, o crime das bombas atómicas lançadas sobre o Japão já exausto.

A verdade é que os grandes inimigos da civilização, que eram os nazis, foram

derrotados por aqueles que da Humanidade possuíam e possuem um superior conceito - os comunistas, que inspiraram os povos da URSS para disponibilizarem-se a consentir incontáveis sacrifícios, o que se justificava pela defesa da Pátria, do novo sistema socioeconómico já em vigor e da própria honra nacional. Se assim não acontecesse, porém, a segunda metade do século vinte teria sido vivida num esqualido reino de escravatura e nem os capitalistas que hoje, com os seus lacaios, parecem controlar os destinos do mundo, teriam jamais saído do desconhecido ou da obscuridade. Os nazis também tomariam conta deles se acaso se lembrassem de reestruturar os fundamentos do Terceiro Reich.

Notemos alguns dados sobre três dos

muitos heróis militares que levaram o Exército Vermelho à vitória.

Georgi Zhukov: o marechal Georgi Konstantinovich Zhukov, nasceu em 1896 na região de Kaluga, filho de camponeses; a sua carreira militar no Exército Vermelho começou em 1918 mas, como não se desconhece, foi durante a 2.ª Guerra Mundial que atingiu os máximos esplendores; entre 1941 e 1945, desempenhou os cargos de Chefe do Estado-Maior, Vice-Comissário para a Defesa, Comandante em Chefe do sector de Leninegrado e das Frentes Ocidental e da Ucrânia; nos últimos períodos da guerra, comandou os exércitos da Primeira Frente Bielorrussa que liderou o assalto a Berlim em Maio de 1945; ao marechal Zhukov foram concedidos plenos poderes pelo Supremo Comando Soviético (a Stavka, de que Stalin era a figura número um) para aceitar a capitulação da «Wehrmacht» em Berlim.

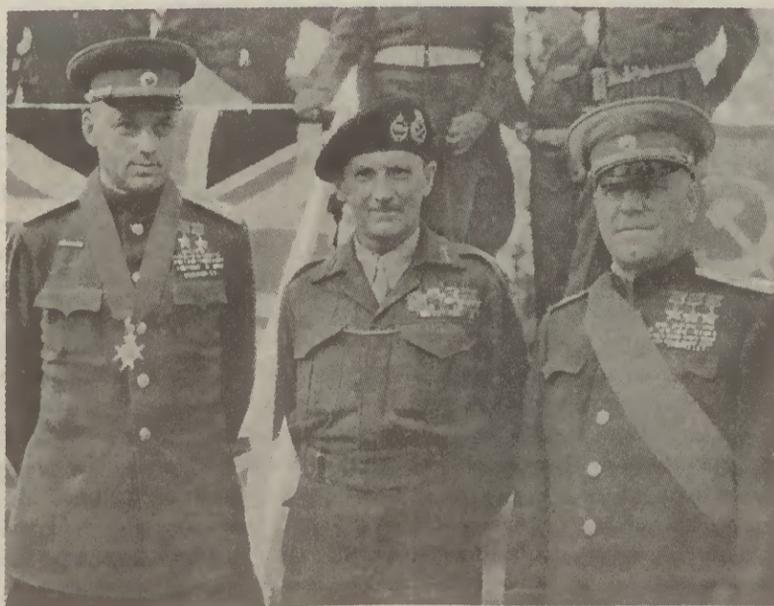
Depois da guerra, o marechal Zhukov comandou diversos distritos militares soviéticos e, antes de reformar-se, em 1917, foi ministro da Defesa da URSS. Membro do Partido Comunista desde 1919, foi o único oficial que recebeu em quatro vezes distintas o título de Herói da União Soviética.

Konstantin Rokossovsky: o marechal Konstantin Konstantinovich Rokossovsky, nasceu em Varsóvia em 1896, filho de um engenheiro mecânico; entrou para o Exército Vermelho em 1918; era membro do Partido Comunista desde 1923; logo nos primeiros meses da 2.ª Guerra Mundial, distinguiu-se na batalha de Smolensk; durante a batalha de Moscovo, comandou o sector de Volokolamsk, um dos quatro em que se dividia a Frente Ocidental; foi na qualidade de comandante da Frente do Dão, após Stalinegrado, que aceitou, em 1943, a capitulação de von Paulus e do que restava do seu outrora poderoso 6.º exército nazi; mais tarde, comandou as 1.ª e 2.ª Frentes Bielorus-

sas; foi um dos autores do plano que levaria à destruição do Grupo Central de Exércitos da «Wehrmacht», o célebre «Heeresgruppe Mitte»; no comando da 2.ª Frente Bielorrussa libertou Varsóvia e, a 26 de Janeiro de 1945, entrava em Dantzig, capital da Prússia oriental; em Maio, as suas tropas avançaram sobre a zona norte da Alemanha e entraram em contacto com forças britânicas em Wittenberg.

Ivan Koniev: o marechal Ivan Stepanovitch Koniev, filho de camponeses, também, estudou na Academia Militar Frunze de onde saiu diplomado em 1926; tal como os seus principais camaradas de armas, foi durante a 2.ª Guerra Mundial que atingiu a celebridade; assim, em 1941, serviu na frente de Smolensk e, tendo recuado para o teatro de operações de Moscovo, comandou a Frente Kalinin que se opôs, heroicamente, ao avanço hitleriano sobre a capital soviética; em Julho de 1943, parou o avanço nazi em Kursk e lançou as ofensivas que levaram à libertação das cidades de Orel, Belgorod e Poltava; no comando da 2.ª Frente Ucrâniana, derrotou os nazis no importante sector de Korsun-Chevchenko onde os alemães sustentaram a perda de 20 000 homens; transferido para o comando da 1.ª Frente Ucrâniana, capturou a cidade de Lvov; avançou das margens do Vístula às do Oder e chegou às portas de Berlim em Maio de 1945; continuando para a zona do Elba, encontrou-se com tropas americanas em Torgau; recebeu ordens para mudar de direcção e manobrar para Sul a fim de libertar Praga, a capital da então Checoslováquia, o que realizou no meio de delirantes manifestações de apreço da população pelos sacrifícios do Exército Vermelho.

Depois da guerra, o marechal Koniev ocupou o posto de vice-ministro da Defesa da URSS e foi Comandante-Chefe dos exércitos do Pacto de Varsóvia entre 1955 e 1960.



● Miguel Urbano Rodrigues



O eco da manifestação de Roma deu a volta ao mundo. Em Nova Iorque um famoso comentarista, tão desumanizado e vazio de ideias quanto a sua cadeia de televisão, qualificou aquilo de absurdo e perguntou: «por que saem às ruas dois milhões de italianos?»

Lição de Roma e Munique

Alguém lhe respondeu que se batiam em defesa dos seus direitos e da liberdade humana. Tentaram explicar-lhe que os trabalhadores italianos protestavam contra um projecto de Berlusconi que visa institucionalizar o despedimento sem justa causa. O homem, confuso, abanou a cabeça, e desabafou: «Nos EUA uma manifestação assim seria impossível!»

Creio que enunciou uma evidência.

A passividade da sociedade norte-americana perante as consequências da política externa do sistema de poder que a concebeu e aplica configura um fenómeno cada vez mais inquietante. Porque mais grave do que a indiferença ante a estratégia de Bush é a sua aprovação pelo corpo social. Todas as sondagens de opinião revelam que a maioria dos eleitores têm uma opinião favorável sobre a orientação imprimida pelo presidente ao que a Casa Branca define como «o combate ao terrorismo».

Uma monstruosa manipulação dos meios de comunicação impede o cidadão comum de avaliar o carácter criminoso da resposta do Estado norte-americano aos atentados terroristas do 11 de Setembro e de tomar consciência de que a ambição de poder dessa estratégia carrega uma ameaça ao conjunto da humanidade.

Pela sua ignorância e mediocridade, é provável que o próprio George Bush não perceba que a irracionalidade do terrorismo de Estado promovido pelos EUA desencadeou mecanismos que podem conduzir a uma ditadura militar planetária.

Afirmado agir em defesa de valores eternos da condição humana, o presidente dos EUA dá o seu aval a uma estratégia de dominação cujo ideário e agressividade trazem à memória os do III Reich alemão. Os historiadores do futuro, ao reflectirem sobre os acontecimentos da primeira década deste século, terão dificuldade em compreender a lentidão da resposta dos governos e dos povos ao carácter fascista da ameaça norte-americana.

Os governos do punhado de países desenvolvidos que são aliados dos EUA têm apoiado ou pelos menos aceiteado essa escalada, em que são já identificáveis componentes ideológicos incompatíveis com a democracia representativa de figurino capitalista. A convergência de interesses económicos, no contexto da globalização neoliberal, não obstante as contradições que opõem a Europa e o Japão aos EUA, facilita a compreensão de cedências e cumplicidades que se tornaram transparentes durante a Guerra do Golfo e a agressão à Jugoslávia.

Diferente é, pelas consequências, a situação criada pela política que levou o poder imperial dos EUA a envolver a Ásia Central nos seus tentáculos enquanto desencadeava uma agressão gratuita e selvagem contra o povo do Afeganistão. Inseparável dela, como seu complemento, é o genocídio que atinge nestes dias o povo da Palestina, planeado e executado pelo Estado de Israel com o aval e o apoio explícito da Administração Bush.

Recordar Munique

A Europa dos 15 começa, a nível de alguns governos, a distanciar-se timidamente dessa estratégia de loucura, que inspira repugnância crescente aos seus povos. Mas a desaprovação - apenas um exemplo: o da barbárie sionista contra a nação palestina - é uma atitude insuficiente perante o tamanho da ameaça que se esboça no horizonte.

É alentador que o protesto dos povos contra a ditadura dos candidatos a senhores do mundo esteja assumindo carácter ecuménico. O brado de Seattle teve continuidade em Melbourne, Praga, Davos, Gotemburgo, Quebec, Genova, Monterrey, fez convergir multidões em Porto Alegre. Mas a ameaça não vem apenas da ditadura do capital. Menos identificável por vezes, mas ainda mais perigosa, está também anco-

rada no sistema de poder que aumenta para 400 mil milhões de dólares o orçamento militar dos EUA, integra a engrenagem político militar que ordena a destruição das cidades milenares do Afeganistão, exhibe-se com arrogância nazi nos actos de Ariel Sharon.

Recordar Munique é quase um dever nestes dias em que o discurso farisaico de governantes com responsabilidades esconde dos povos o avanço do fascismo e jornalistas sem vergonha usam os *mass media* para atacar Cuba e caluniar os combatentes revolucionários das FARC colombianas e ocultam os massacres cometidos no Afeganistão e tentam justificar a chacina diária dos patriotas palestinos.

É útil não esquecer que Chamberlain e Daladier foram aclamados em Londres e Paris como humanistas quando em Munique entregaram a Hitler as províncias checas da região dos Sudetos. Seis meses transcorridos, a Whermacht invadia e ocupava a Checoslováquia e Hitler exigia o corredor polaco...

Os EUA dispõem actualmente de uma superioridade militar que leva as forças de ultradireita que controlam o poder a desenvolver - repito - uma estratégia cujo desfecho pode ser uma ditadura planetária.

Mas não são invulneráveis. Não há impérios perpétuos contrariamente ao que acreditam os ideólogos do Pentágono.

A vontade dos povos, essa sim, é invencível. Nela se concentra a única força capaz de defender a civilização criada pelos homens ao longo de milénios, a civilização ameaçada pelos modernos bárbaros que dizem defendê-la.

Essa vontade começa a despertar. O gigantesco protesto de Roma anuncia a possibilidade, em contextos muito diferentes, de uma cadeia de Romas mundo afora. Com os sindicatos, os partidos de esquerda e os movimentos sociais a organizar a luta.

Foi belo o gesto das dezenas de homens e mulheres de muitas proce-

dências, que romperam sem armas o cerco sionista a Ramallah e foram levar solidariedade a Yasser Arafat, símbolo da resistência do seu povo heróico. Foi importantíssimo o gesto de José Saramago (e o do seu colega nigeriano) apresentando-se na cidadela palestina para dali dirigir ao mundo uma mensagem humanista que atingiu em cheio os autores do genocídio.

Ameaça fascista

Não exagere ao pôr a nota na ameaça fascista. Ela instalou-se já no quotidiano do mundo modelado pela globalização imperial. Enratza-se nas pequenas cidades dos EUA cujos habitantes confiam nas suas instituições democráticas, mas acham natural que os prisioneiros afegãos, definidos como «combatentes ilegais» sejam drogados quando viajam para Guantanamo, com algemas nos pés e adesivos nas bocas.

Em Washington, os generais continuam a entoar cânticos de vitória. Mas confessam, constrangidos, que, afinal, a guerra não acabou e no Afeganistão, se abrem novas frentes, onde morrem agora mais soldados americanos do que durante o confronto com os taliban.

Robert Fisk, num lúcido artigo, sublinha que a ferocidade sionista, estimulada pela irracionalidade bushiana, gerou uma seara de ódio que fomenta o terrorismo.

A irracionalidade da política de Sharon ultrapassa o imaginável. Segundo o jornal israelense *Ma'ariv*, um funcionário do seu governo sugere o estudo de métodos de extermínio utilizados pelas tropas de Hitler no cerco e destruição do gueto judaico de Varsóvia. Tão baixo desce o neofascismo israelense que filhos do povo atingido pelo holocausto aconselham já os seus compatriotas a imitarem os crimes cometidos pelos autores do holocausto.

Não sou pessimista. A humanidade ultrapassará esta crise de civilização em que a barbárie de um sistema de poder monstruoso ameaça a própria continuidade da vida na Terra.

Cada tiro disparado contra o quartel-general de Arafat é um acto de terrorismo. Cada bomba que mata crianças nas aldeias do Afeganistão é um acto de terrorismo.

Lentamente, os povos principiam a deslindar os fios da meada. O tempo está com eles, contra o projecto, de perfil fascista, do império perpétuo.

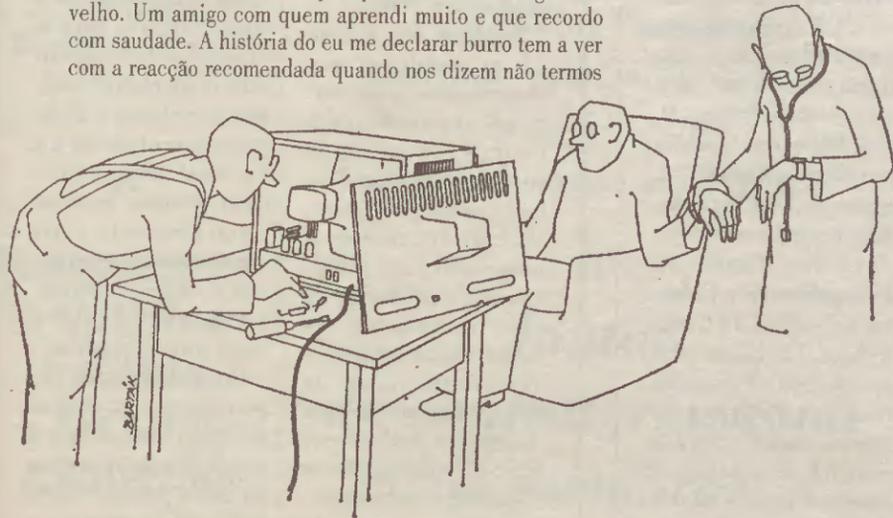
Comunicação

• Francisco Silva

Burro eu, talvez. Um amigo meu, muito ligado a estas coisas da Sociedade da Informação (SI) - e com responsabilidades importantes na área -, chamou-me a atenção para o facto de que não se devia ser destrutivo em relação aos que denominei de seus contentinhos. Que, é certo, a SI tinha sido, de certa maneira, numa primeira fase, um flop em relação às expectativas nela colocada - as espectaculares desvalorizações (e a falência de tantas) das dotcoms no ano 2001 nas bolsas bem o mostraram -, mas ainda agora a procissão ia no adro, e que a SI ainda tinha muito para dar. Agora o que não se justificava era um tal ceticismo atingindo mesmo as antípodas dos exageros que tinham sido as goradas expectativas anteriores. Que, ao menos, se podia adoptar uma posição a meio caminho - dizia o meu amigo. Sempre era mais construtivo para o futuro.

Portugal e a sociedade da informação

Burro eu, foi um método que aprendi com um amigo mais velho. Um amigo com quem aprendi muito e que recordo com saudade. A história do eu me declarar burro tem a ver com a reacção recomendada quando nos dizem não termos



razão numa nossa opinião. Burro eu, quer dizer: vou reexaminar a questão. A nova conclusão, se confirmar a nossa opinião inicial - a «velha» conclusão -, devemos reafirmá-la. Pode acontecer voltar o meu interlocutor à carga com a sua crítica. Então, burro eu outra vez, mais um reexame da questão, e, caso se confirme a minha opinião, burro ele, o meu interlocutor.

Mas, neste caso não vou, nem quero, chamar burro ao meu amigo. Porque, creio, ambos temos a nossa parte da razão nesta questão. Aliás, a razão partilhada é praticamente sempre a situação que ocorre. Neste caso, tanto é verdade que o contentamentinho existente deve ser combatido, pois o nosso país não se encontra propriamente na vanguarda da SI, como não é menos certo poder compreender-se que a percepção da forma como as nossas atitudes são tomadas pode levar à impressão de bota-abaixismo. Enfim, esta é uma importante questão de comunicação a não ser desleixada.

Bem, quanto à performance actual do nosso país na SI, basta atentar nalguns dados disponíveis publicamente

(dados de Junho de 2001): computadores / 100 alunos (secundário): Portugal - 5,7, Dinamarca - 66,9, UE (média) - 11,3; computadores online / 100 alunos (secundário): Portugal - 2,5, Dinamarca - 49,8, UE (média) - 6,5; professores que utilizam internet no ensino: Portugal - 20%, Irlanda - 69%, Dinamarca - 83%, UE (média) - 36%; força de trabalho que utiliza a internet: Portugal - 31%, Espanha - 40%, UE (média) - 50% (1). Portugal está muitas vezes no fim da lista e sempre lá muito perto.

Estes são o tipo de dados que se restringem ao mundo do acesso e utilização das tecnologias da informação na Escola e no Trabalho e, por si só, já constituem um sintoma bastante elucidativo de onde estamos em termos de sociedade da informação ou do conhecimento (porque a informação, por si só, não serve para muito; há que processá-la de forma a ser empregue com utilidade nas diversas actividades humanas). Portugal, um país cujos dirigentes tão campeão o têm querido mostrar nestas questões.

Mas, se quisermos compreender um pouco melhor, ir mais além, então peguemos nos dados de instâncias oficiais, inseridos no artigo de Rui Namorado Rosa no «Avante!» de 28 de Março de 2002 (2). Neste artigo parte-se, e bem, do princípio que a sociedade do conhecimento passa para além da

simples utilização das tecnologias da informação e que devem ser considerados os índices relativos à população com formação de ensino superior, à participação na aprendizagem ao longo da vida, ao emprego em empresas de média/alta tecnologia (produtoras de bens ou prestadoras de serviços), às despesas em I&D em percentagem do PIB (quer na área pública quer nas empresas) e à participação em inovação e respectivas despesas na indústria. Portugal sempre no fim da cauda ou lá perto.

E, curiosamente, poderiam até dizer, não é bem assim para todos os índices. Pois, ao menos em despesas públicas de I&D em % do PIB, estamos à frente do famoso tigre celta (a Irlanda), no nosso caso 0,40% e no deles 0,35%. Assim é. Mas, em compensação, em termos de despesa em I&D das empresas, sempre em % do PIB, a situação inverte-se, e de que maneira. Em Portugal as empresas investem 0,14% e na Irlanda 1,03%! Viram todos, incluindo os nossos magníficos empresários, onde está um dos grandes busílis da questão?

E podíamos continuar com uma análise sistemática (p.ex., no nosso país os «doutores» são 9,8% da população activa contra 32,4% na Finlândia e 22,2% na Irlanda), mas não cabe aqui fazê-lo...

(1) Dados respigados de um artigo de Mira Amaral, «Longe da Nova Economia», publicado na revista Economia Pura, Março 2002.

(2) «A sociedade do conhecimento e da informação».

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Actualidade

1

As pedras da intifada não valiam de nada. Não valiam de nada, se não batesse em cada uma um coração.

2

As pedras são um sinal com asas de cristal que de cada vidrilho estilhaçado faz um filho de mais asas armado.

3

Jesus, o tal das leis da mais antiga memória. Avó, tu achas que o F-16 entrava na história?

4

Pegadas no pó da misteriosa senda. Afinal Herodes não foi só uma lenda.

5

Da terra em festa fica só uma aresta de rastos. Que nos resta dos astros?

6

Calcaram a jeira das sementes. Agora nem, à sua beira, uma lágrima chora

(não implora)

7

Terrorista condena o terrorismo humorismo de abismo à vista.

8

Senhor, Senhor, se são todos teus filhos, bom, como é que eu vou chamar irmão a Sharon?

9

Dinheiro: quem o dá? Petróleo: donde vem? O Poder: onde está? Deus: fala-se de quem?

10

Pesadelo tem fome de si come uma sanduíche de Bush. E ri.

11

Em Belém dlem dlem morre um menino o pai e a mãe olha o destino que o presépio tem lá em Belém dlem dlem.

12

As pedras da intifada não valiam de nada se não batesse em cada uma o coração do universo.

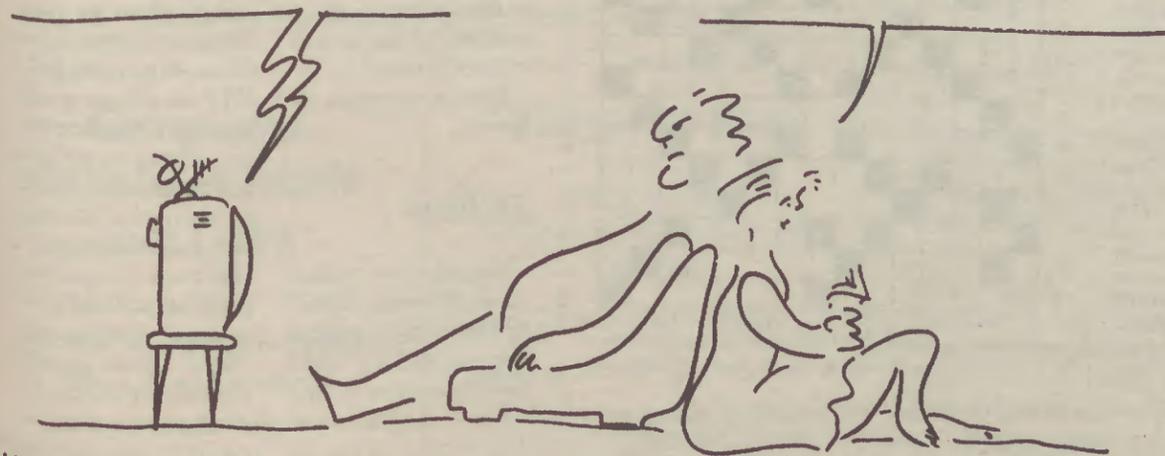
Que pode ser um verso, por que não?

Cartoon

• Monginho

A UNIÃO EUROPEIA ESTUDA A POSSIBILIDADE DE APLICAR SANÇÕES A ISRAEL, MAS TEM UM PROBLEMA...

E'!?!... AINDA NÃO PEDIRAM AUTORIZAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS?!



mi -

Religiões

• Jorge Messias

A Paz é a tranquilidade da ordem

Faltavam menos de quinze dias para as eleições legislativas quando a ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores trouxe a público as suas *recomendações eleitorais* baseadas em S. Tomás de Aquino, na doutrina social da Igreja e na «Nota Pastoral sobre a Educação» a que recentemente nos referimos mas que voltaremos a abordar em próximo número do *Avante!*.

Convém deixar alguns traços sobre o perfil da ACEGE. Quando foi estabelecido, em 1952, o núcleo

No abeirar do terceiro milénio, a sigla da organização sofreu uma mudança nitidamente intencional: de UCIDT (*união católica*), passou a ACEGE (*associação cristã*). A ACEGE abria assim as suas portas (tal como, aliás, aconteceu no Opus Dei) a outras forças - económicas, políticas ou de obediência a outras confissões - desde que estas proclamassem respeito e acatamento da doutrina social da igreja. Ainda que, curiosamente, a ACEGE nunca tenha revisto o seu estatuto de obra católica canonicamente integrada na jurisdição da igreja romana. O patrocínio católico ao mundo empresarial ficara, de resto, bem patente quando o bispo com imagem «de esquerda», D. Januário Torgal Ferreira não se impediu de dizer, há cerca de 30 anos, numa afirmação jamais desmentida: «Acredito que o patronato não é uma entidade diabólica. **Pode, até, ser divina!**» (*Visão*, 5.11.9). A organização tem, em Portugal, homens considerados como decisores incontestados nomeadamente Bagão Félix (Igreja/BCP/aparelho do Estado), João Salgueiro (Igreja/Corporação

Financeira/Conselho Empresarial), Jardim Gonçalves (Igreja/Sistema Bancário/Conselho Empresarial) ou Teixeira Duarte (Igreja/Opus Dei/BCP/Construção Civil). A ACEGE conta, ainda, com outro poderoso aliado - a UCP, Universidade Católica Portuguesa - cuja figura tutelar continua a ser o cardeal-patriarca, D. José Policarpo, também presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, magno administrador da riquíssima **Fundação Evangelização e Cultura** e membro da Cúria Romana. Em íntima colaboração com o Instituto de Assuntos Políticos da Universidade Católica, a ACEGE tem vindo a desenvolver uma importante pedagogia de imagem da *globalização capitalista*, através da promoção da vinda a Portugal dos teóricos mais notáveis do liberalismo financeiro, da publicação em português das suas principais obras e da dispendiosa organização de encontros e de simpósios.

Negócios políticos e negócios «cristãos» (3)



português da organização católica e empresarial, a iniciativa adoptou um outro nome. Chamava-se, então, UCIDT - União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho. Visava, alegadamente, difundir nas empresas os valores morais da doutrina social da Igreja, «sobretudo a nível de administração, quadros e chefias». Tratava-se de uma instituição católica reconhecida pela hierarquia e dotada de personalidade jurídico-canónica e civil, nos termos da Concordata, com assistência espiritual permanente. Atravessava-se, por essa altura, uma fase de plena expansão do Opus Dei em Portugal. Desde os seus inícios que a UCIDT (depois, ACEGE) se tornou membro da poderosa UNIAPAC - Union Internationale Chrétienne des Dirigeants d'Entreprises, com sede em Bruxelas.

A nível de estruturas europeias, a mais importante ligação da ACEGE faz-se, como já foi dito, através da UNIAPAC - União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas, dependência do Vaticano sediada em Bruxelas desde há cerca de 70 anos!... A UNIAPAC conhece o sistema capitalista como as palmas das mãos e são notórias as suas ligações ao Banco Central Alemão e ao Fundo Monetário Internacional. Só na União Europeia, tem escritórios em mais de 30 estados. Negoceia permanentemente acordos entre o poder religioso, o poder político e o poder económico.

Feita a apresentação da ACEGE, vejamos quais os termos da sua carta-aberta «Questões fundamentais para o próximo governo de Portugal: A Paz é a tranquilidade da ordem».

Pontos Cardeais

Falências

Segundo o Diário de Notícias, o forte arrefecimento da economia «colocou a nu a fragilidade do tecido empresarial português», com as falências a atingirem um número recorde, no ano passado. Em concreto e ao todo, fecharam as portas ou pediram a protecção dos credores 1703 pequenas e médias empresas, mais 9,3% que em 2000. Isto segundo um estudo elaborado pelo Instituto Informador Comercial, a que o DN teve acesso, sendo a área das comunicações a mais castigada, com as falências a aumentarem 200%.

Todavia, não consta que os grandes grupos empresariais - com bancos e seguradoras à cabeça - acusem os mesmos problemas. Para esses, dado que o sistema está construído e preparado para salvar e promover os seus interesses, os lucros somam, seguem e aumentam todos os anos... enquanto os seus detentores porfiam por mais «flexibilização» e «contenções salariais».

Já agora, um dado final: o número de falências das pequenas e médias empresas aumentou, em média, 12,37% nos últimos quatro anos, tendo-se registado o maior agravamento percentual de falências em 1999, com 16,15%. Como se vê, a economia portuguesa (que continua em grande parte assente na actividade das pequenas e médias empresas), continua de vento em popa...

mente pesadas multas de Bruxelas e um corte nos fundos de coesão, o que, ainda segundo a ministra, poderá «ser fatal para o País».

Se assim é, não será mais prudente a ministra moderar estes ímpetos acusatórios?!... É que nestas coisas de contabilidades, há contas e contas. E estas contas ainda não estão nem feitas... nem fechadas.

Imagens

Segundo o director de Comunicação e Imagem do ICEP, «Portugal tem problemas de diferenciação em todos os mercados externos, o que é muito negativo para as exportações». Segundo este responsável, «somos associados à tradição, no sentido de um Portugal antigo» (portanto, produtor de velharias), enquanto outro problema na nossa imagem é «a baixa produtividade, a inveja, o derrotismo e a mesquinhez».

O que este estudo não pormenoriza (apesar de ter demorado dois anos a concluir) é que essa coisa da baixa produtividade tem muito menos a ver com o trabalho directo produzido pelos trabalhadores e muito mais com a (má) gestão que preside à actividade económica, onde pontifica a ausência de investimento (que se reflecte na própria obsessão do patronato em impor baixos salários) e decorrentes (e crescentes) atrasos nos processos produtivos...

Percursos

Entretanto, uma missão de inspecção comunitária esteve recentemente em Portugal para avaliar as operações de controlo efectuadas sobre o percurso das carnes frescas e demais produtos bovinos, desde a sua criação até chegar ao consumidor. Os inspectores concluíram que «a identificação dos animais e controlo dos seus movimentos não eram satisfatórios nem em qualidade nem em quantidade».

Pelos vistos, os «problemas de diferenciação» acima detectados pelo ICEP não afligem apenas os nossos mercados externos: dentro do próprio país há disso em barda! E o consumidor não tuge nem muge, enquanto a vigilância dos poderes públicos tutelados pelos governos continua num «faz-de-conta» em tudo semelhante ao faz-de-conta com que muita iniciativa privada funciona no nosso país...

Dívidas

Entretanto, continua a subir geometricamente o montante das dívidas do patronato aos trabalhadores, sob a forma de salários em atraso ou dívida de salários e indemnizações por encerramentos e falências. Para se ter uma ideia, só em Lisboa há 20 mil trabalhadores com salários em atraso ou sem receber as indemnizações devidas por encerramento das empresas, num montante global de 113 milhões de euros!

Isto só na região de Lisboa...

Défices

Segundo a nova ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, o défice orçamental de 2001 poderá situar-se «claramente acima dos 3%» do PIB o que, se for verdade, implicaria automática-

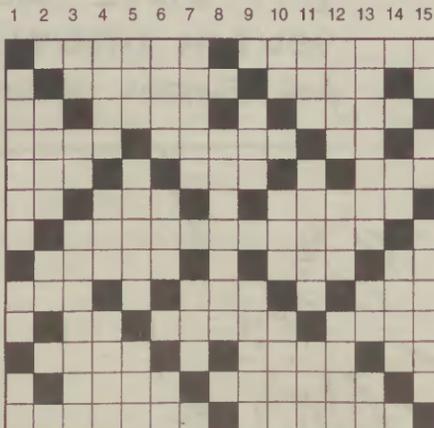
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Fêmea do macaco; pronunciar pelo nariz. 2 - Aquilo que causa susto; tecido de malha para cobrir o pé e parte da perna. 3 - Grito aflitivo; polir; delonga. 4 - Utensílio de madeira que serve para juntar os cereais nas eiras, e o sal nas marinhas, para puxar a cinza do forno, etc.; coleção de cartas geográficas; apelido. 5 - Fileira; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); progenitor. 6 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; grande massa e extensão de água salgada; amparo. 7 - Diz-se dos estabelecimentos em que se professam ficersas ciências. 8 - Curar; base aérea portuguesa; contr. da prep. de com o art. def. o. 9 - O m. q. lírio; voz de algumas aves, especialmente a do mocho; possui. 10 - Terceira nota da escala musical; beira-mar; o m. q. chila. 11 - Tempo; toque de tambor; o espaço aéreo. 12 - Vestuário de mulher, que fica da cintura para baixo; esposo. 13 - Odorífero; que tem muitos ramos.

VERTICAIS: 1 - Diz-se do navio que foi impellido para terra e encalhado; medida itinerária chinesa; molibdénio (s.q.). 2 - Pequeno barco de recreio ou de formas finas e adelgadas; sétima nota da escala musical. 3 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; oferece; assombroso. 4 - Pequeno recipiente em forma de vaso, geralmente sem asa, por onde se bebe; maior; encolerizar. 5 - Espécie de sapo da região do Amazonas; enganador; escudeiro. 6 - Animal de mama; sorrir; aquelas. 7 - Grande artéria que nasce no ventrículo esquerdo do coração e a partir da qual o sangue arterial é conduzido a todo o corpo; a favor. 8 - Planta herbácea cujas folhas são usadas como antiasmáticas e expectorantes. 9 - Certamente; ter tonturas. 10 - Antes do meio dia (abrev.); espaço de 12 meses; vento brando e aprazível. 11 - Prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção; pequeno instrumento para assobiar; termo. 12 - Camareiros; vazia; seixo boleado pelas águas. 13 - Gatuno; planta liliácea da China; aqueles. 14 - Contr. da prep. a com o art. def. o; contr. da prep. de com o pron. pers. ela. 15 - Batráquio; bismuto (s.q.); combro.

OTVIA, do 9 - Lás: pit: tem: 10 - Mlt: prax: gila: 11 - Hora: ruf: ar: 12 - Sata: mar: ma: 13 - Odoros: ramos: 14 - Batráquio: bismuto (s.q.); combro. 10 - Am: anor: agra: 11 - Sem: aplo: fm: 12 - Alos: oca: godo: 13 - Larplo: tt: os: 14 - Aot: dela: 15 - Rá: Br: comar.

OTVIA, do 9 - Lás: pit: tem: 10 - Mlt: prax: gila: 11 - Hora: ruf: ar: 12 - Sata: mar: ma: 13 - Odoros: ramos: 14 - Batráquio: bismuto (s.q.); combro.





Debate sobre a situação na Palestina

promovido pelo Colectivo
de Santarém
Sexta-feira, 12, às 21h00,
em Santarém
na Sala de Leitura
Bernardo Santareno
com **Margarida
Botelho**, da Direcção
Nacional da JCP



Homenagem a Catarina Eufémia – Excursão a Baleizão

promovida pela Comissão
de Freguesia da Amora
a 19 de Maio
Partida, às 07h00, do CT
da Amora, Évora
(pequeno-almoço)
Alqueva (barragem);
Sarpa (almoço); Baleizão.
 regresso: Baleizão; Beja;
Grândola (lanche); Amora

Inscrição nos CTs
de Amora (21 221 2222)
e Seixal (21 221 6952)

Comício do PCP

sexta-feira, 19 de Abril, às 21h30
na SFUAP, Cova da Piedade, Almada
com **Carlos Carvalhas**



Jantar comemorativo do 28.º aniversário do 25 de Abril

com **Carlos Carvalhas**
promovido pelo Sector Sindical
Sexta-feira, 19
às 19h30, no Salão do CT Vitória



Jantar de confraternização de membros das organizações Juventude do PCP

12 de Abril, às 20h00,
na Voz do Operário
Confirmações, até 10 de Abril, para:
Brás Neves - telem. 914760936
F. Bárbara - telem. 919972201
Voz do Operário; telef. 21 886 2155

«Os paraísos fiscais, o combate ao branqueamento de capitais e a evasão fiscal»

Debate

promovido pelo GUE/NGL - Grupo Confederal
Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do PE
e o Partido Comunista Português
Quinta-feira, 18 de Abril, às 17h00
na sala Veneza do Hotel Roma
(Av. Roma, 33), em Lisboa
com **Ilda Figueiredo, Giuseppe Di Lello, Serge Garde,
Sérgio Ribeiro, Octávio Teixeira e Carlos Carvalhas**

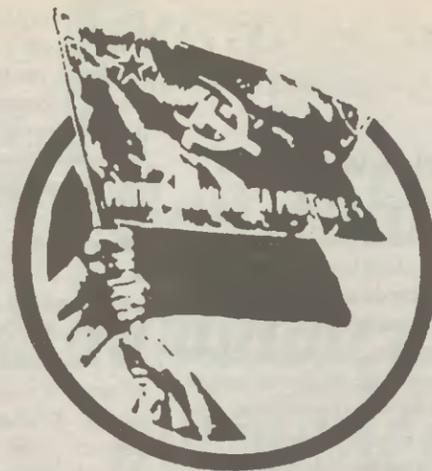
Campanha de Solidariedade com Cuba

Integrada na Viagem a Cuba
do Sector de Transportes da ORL
Oferta de medicamentos
e material escolar
a entregar, até 19 de Abril,
no CT Vitória

Viagem ao Brasil

- Rio de Janeiro
- Angra dos Reis e Cabo Frio
- Búzios

Data prevista - 5 a 13 de Outubro de 2002
(Organiza a Comissão Concelhia de Almada)
Inscrições e pedido de programa:
Camarada Artur Cabrita
Telefs: 21 275 2777 e 21 275 3939



Plenários de células e organizações do PCP

Hoje, 11 de Abril

BEJA – Plenário de militantes da freguesia de **Garvão**, às 21h00, na Junta de Freguesia de Garvão, para discutir organização e intervenção do Partido na actual situação política.

ÉVORA – Plenário concelhio, às 21h00, com a participação de **Agostinho Lopes**, do Secretariado e da Comissão Política.

LISBOA – Reunião do Organismo de Direcção do Sector da **Função Pública** da ORL, às 19h00, no CT Vitória, sala 501. OT: Direcção e organização; situação política e social.

MOITA – Plenário de militantes, às 21h00, em Vale da Amoreira, no CAVA, para discussão das conclusões do Comité Central com a participação de **Valdemar Santos**, do Comité Central.

VILA FRANCA DE XIRA – Plenário da célula do PCP na **Câmara e SMAS**, às 17h00, com a participação de **José Neves e Adelaide Pereira**.

Sexta-feira, 12

BARREIRO – Plenário de militantes da freguesia do Barreiro, às 15h00, no CT da Freguesia, para discutir a situação política e social.

CORUCHE – Reunião, às 21h00, no Auditório do Museu Municipal em Coruche, com a participação de **Luísa Araújo**, da Comissão Política.

MOITA – Plenário de militantes de **Gaio-Rosário**, às 21h00, na Associação de Reformados, para discussão das conclusões do Comité Central, com a participação de **Valdemar Santos**, do Comité Central.

PONTE DE SOR – Plenários de militantes, às 20h00, em **Foros do Arrão**, na Casa do Povo, e em **Montargil**, no salão do CT do PCP.

VILA FRANCA DE XIRA – Debate sobre «Situação na Palestina», às 21h30, no CT de Vila Franca de Xira, com **Ángelo Alves**, do Comité Central.

Sábado, 13

ALMADA – Plenário de militantes da **Caparica**, às 15h00, no CT Monte de Caparica. – Plenário de militantes da **Trafaria**, às 15h30, nos B.V. Trafaria.

AMADORA – Plenário de militantes da **Reboleira**, às 15h00, no Refeitório dos Trabalhadores da Junta de Freguesia da Reboleira, no Parque Armando Romão, com a presença de **Antónia Dimas**.

– Debate sobre «Situação na Palestina», às 23 horas, no **Rubros/Bar**, no CT da Amadora, com **Manuel Gouveia**.

CASCAIS – Almoço-convívio dos militantes das **empresas de Cascais**, às 13h00, no CT de Tires, com a participação de **Arménio Carlos**, membro do Comité Central. Ementa: carne de porco à Jardineira, bebida, pão e café (6 euros). Inscrições no CT de Cascais (21 486 6991), no CT de Tires (21 444 2253) e Brás (914760936).

MONTEMOR-O-NOVO – Plenário de mulheres comunistas, no CT, com **Vitalina e M. Margarida**.

PONTE DE SOR – Encontro de eleitos e activistas da CDU, às 15h00, na Sede da CDU em Galveias.

SEIXAL – Plenário de militantes da freguesia de **Corroios**, às 15h00, no CT de Corroios, para discutir Situação Política e tarefas decorrentes, com a participação de **Rosa Vaz**, da Concelhia do Seixal e da DORS.

Domingo, 14

ALPIARÇA – Plenário de militantes, às 15h00, no CT do PCP, para discutir a situação política e social e intervenção do Partido, com a participação de **Euclides Pereira**, do Comité Central.

BEJA – Plenários de militantes para discutir a organização e intervenção do Partido no quadro da actual situação política: da freguesia de **Panóias**, às 15h00, no CT do PCP; e da freguesia de **Santa Luzia**, às 17h30, no café do sr. Manuel Jacinto Medeiros.

Terça-feira, 16

SEIXAL – Plenário da célula dos trabalhadores da **Câmara Municipal do Seixal**, preparatória da sua IX Assembleia de Organização, com a participação de **Américo Costa**, do Comité Central.

Quarta-feira, 17

LISBOA – Plenários do Sector de Transportes – CP e da **TAP** -, no CT Vitória, para discussão das conclusões da reunião do Comité Central.

Quinta-feira, 18

ALMADA – Plenário dos **Trabalhadores comunistas da Autarquia**, às 18h00, no CT concelhio.

– Plenário da célula de **Reformados**, às 15h00, no CT do PCP, com a participação de **António Gervásio e Florêncio Cacete**.

LISBOA – Plenário da **Carris**, no CT Vitória, para discutir as conclusões da reunião do Comité Central.

Sexta-feira, 19

SEIXAL – Debate sobre «O papel e a importância da imprensa do Partido», às 17h30, no Auditório do CT do Seixal, com a participação de **Leandro Martins**, chefe de Redacção do «Avante!» e membro do Comité Central.

ATVer

O Projecto Blair Witch

(Sexta-feira, 12.04.02, RTP-1)

Aviso à navegação: o destaque deste filme vai para o inesperado sucesso que obteve em 1999 - ano da estreia -, apesar de se constituir numa monumental fraude cinematográfica. Veja-se só: o filme parte do princípio que três estudantes (inventados) desapareceram misteriosamente numa floresta (inventada) onde procuravam vestígios para um pequeno documentário sobre uma bruxa do século XVII (também inventada), que ali teria sido queimada e gerado uma série de eventos bizarros (igualmente inventados); três anos depois do misterioso desaparecimento dos estudantes apareceram as cassetes-vídeo que estes haviam «filmado» e o filme **O Projecto Blair Witch** resume-se à exibição dessa metragem em vídeo e película (também ela toda forjada, como é evidente!), tudo se resumindo a grandes planos-sequência de câmara à mão em que cada um vai, supostamente, filmando os outros durante a progressão na floresta, num trajeto onde se vão auto-sugestionando de medo e mergulhando na angústia e no desespero, isto tudo nas barbas do espectador, que assiste perplexo ao desenrolar desta autêntica patética apresentada (e aceite pelo auditorio!) como fragmentos de «registos da vida real»! Mas o certo é que teve um grande sucesso na estreia, quer nos cinemas quer em vídeo - suficiente, aliás, para uma sequela que (valha a verdade...) já não se aguentou nas canetas. Autoria deste bamburrão de sorte do *show business* cinematográfico: dois jovens realizadores e argumentistas, **Daniel Myrick** e **Eduardo Sanchez**, de sua graça...

Na Pista da Pantera

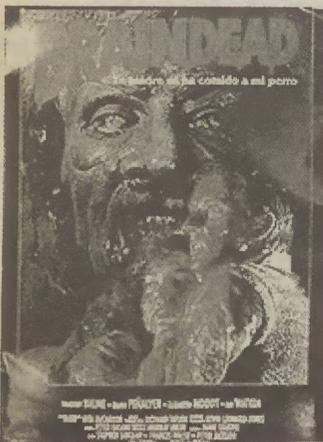
(Sábado, 13.04.02, RTP-1)

Blake Edwards assinou em 1982 o sexto filme da série *A Pantera Cor-de-Rosa*, de longe o mais ousado e engenhoso de todos, já que Edwards conseguiu o prodígio de «ressuscitar» o já então malogrado **Peter Sellers** para mais um filme da «Pantera», servindo-se inteligentemente de cenas cortadas ou repetidas de outros filmes, articuladas numa história hábil em que um jornalista tenta encontrar o desaparecido inspetor Clouseau, enquanto vai recordando situações marcantes das suas aventuras. Deste modo, Blake Edwards consegue, mesmo depois da morte de Peter Sellers, fazer-lhe a maior das homenagens: construir uma nova e divertida aventura do inimitável e alucinante inspetor Clouseau através de um punhado de «gags» hilariantes, do irresistível talento de comediante de Sellers e de uma espécie de reunião de velhos amigos no elenco, desde **David Niven** e **Capucine** a **Herbert Lorn** ou **Robert Mulligan**, numa salganhada onde a figura absurda de Clouseau parece, em absoluto, ter contaminado tudo e todos.

O Nome da Rosa

(Terça-feira, 16.04.02, RTP-2)

O Nome da Rosa nasceu sob o signo da vitória: como romance (o primeiro do italiano



Morte Cerebral é um divertido filme de «zombies» vindo da diversificada e activa cinematografia neo-zelandesa

Umberto Eco) foi um estrondoso êxito de vendas - tão grande que, 20 anos depois, continua a vender-se em todo o mundo. Como filme - baseado no romance e assente numa luxuosa produção europeia - foi outro sucesso, mas de bilheteira, e é esse que nos interessa. Na verdade, foi uma escolha acertada entregar em 1986 a realização do filme ao francês **Jean-Jacques Annaud**, um verdadeiro estilista que faz prodígios com o recorte e a plasticidade das imagens que compõe (é dele, por exemplo, esse notável *A Guerra do Fogo* que, curiosamente, as televisões portuguesas emitiram uma vez e não mais o voltaram a transmitir), tal como foi acertada a escolha do elenco, onde pontifica **Sean Connery** no papel central do monge «investigador policial» William de Baskerville, mas onde brilha igualmente **Christian Slater** (no jovem Adso, aluno franciscano do primeiro) ou **F. Murray Abrahams**, dando corpo a um sinistro juiz da Inquisição e uma pléiade de figuras secundárias a darem, com grande brilho, o universo claustrofóbico de um mosteiro medieval onde vão ocorrendo vários e misteriosos homicídios. Uma trama onde Umberto Eco (que também colaborou no guião do filme), com grande engenho, faz uma autêntica homenagem ao género da literatura policial. E o filme de Jean-Jacques Annaud não defrauda as expectativas levantadas pelo livro.

Morte Cerebral

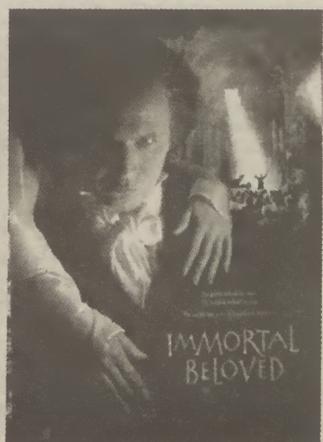
(Terça-feira, 16.04.02, RTP-2)

Morte Cerebral é um divertido filme de «zombies» vindo da diversificada e activa cinematografia neo-zelandesa, tendo alcançado prémios no Fantasporto e no Festival de Arvoriz. O realizador é **Peter Jackson** (o mesmo de *Carne Humana Precisa-se*) e a história é suficientemente absurda para se perceber, rapidamente, que é uma irónica incursão pelo género do terror, dado que apresenta o caso epidémico de um filho que vive dominado pela mãe (de quem cuida) que, por seu lado, se transforma num monstro sedento de sangue ao ser mordida por um macaco-rato...

Paixão Imortal

(Quarta-feira, 17.04.02, RTP-1)

Paixão Imortal, escrito e realizado pelo britânico **Bernard Rose**, é uma romântica evocação da acidentada vida de Beethoven a partir da busca (cinematográfica) do seu misterioso «amor imortal», que o autor nunca identificou e que nenhum dos seus biógrafos foi capaz de descobrir. O filme é pretexto para se recordar os momentos mais significativos da vida do grande compositor, reflectindo (e conjecturando) sobre a sua complexa personalidade, tudo servido com um grande trabalho de reconstituição de época, onde avulta o brilho do guarda-roupa, da direcção artística e, sobretudo, da música de Beethoven. Apesar de servido por um bom elenco (onde avultam os nomes de **Roy Oldman**, **Jeroen Krabbe** e **Isabella Rossellini**) e, sobretudo, assentar na fabulosa obra musical de Beethoven, o filme não obteve os favores do público como aconteceu, por exemplo, com *Amadeus* de Milos Forman, sobre Mozart. Não deixa, todavia, de ser um belo espectáculo sobre o grande Beethoven.



Paixão Imortal, uma romântica e cuidada evocação da acidentada vida de Beethoven



Quinta, 11

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.20 Um Estranho em Casa
- 15.30 Pícaro Sonhadora
- 17.00 A Senhora das Águas
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Fábrica das Anedotas
- 21.30 Gregos e Troianos
- 00.00 Futebol (Taça UEFA)
- 02.00 Conversas de Mário Soares
- 03.00 Operação Triunfo
- 03.20 24 Horas

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 12.30 O Homem e a Cidade
- 13.00 Sinais do Tempo
- 14.00 Ténis: Estoril Open 2002
- 16.00 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Horizontes da Memória
- 19.55 Clube da Europa
- 20.20 Casei com uma Feiticeira
- 20.40 Sabrina
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Roswell
- 00.00 «Restauração» (Filme)
- 02.10 O Triunfo dos Porcos

- 08.00 Buérecé
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.15 O Grande Mestre
- 17.45 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Desejos de Mulher
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 O Grande Mestre
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 00.00 «Duros Como Lauréss» (Filme)

- 09.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 Academia de Estrelas
- 15.15 Todo o Tempo do Mundo
- 16.45 Batatoon
- 18.00 Filha do Mar
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Academia de Estrelas
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.00 Sonhos Traídos
- 22.45 Filha do Mar
- 23.30 Nunca Digas Adeus
- 00.45 «Todas as Amantes o Fazem» (Filme)

Sexta, 12

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Um Estranho em Casa
- 15.30 Pícaro Sonhadora
- 17.00 A Senhora das Águas
- 18.20 Quebra-Cabeças
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Fábrica das Anedotas
- 21.30 O Jogo da Espera
- 22.15 «O Projecto Blair Witch» (Filme)
- 01.45 24 Horas
- 02.05 El Che, O Revolucionário

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 12.30 O Homem e a Cidade
- 13.00 Retratos - «Liberace»
- 14.00 Ténis: Estoril Open 2002
- 16.00 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.10 2010
- 20.20 Casei com uma Feiticeira
- 20.40 Sabrina
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Mente do Assassino
- 00.00 «Fatalidade» (Filme)
- 01.50 O Triunfo dos Porcos

- 08.00 Buérecé
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.15 O Grande Mestre
- 17.45 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Desejos de Mulher
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 O Grande Mestre
- 22.00 O Clone
- 23.00 O Grande Mestre
- 00.15 Sexo e a Cidade
- 00.45 Balada de N. York
- 01.45 «O Inulgat Mr. Mumford» (Filme)

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 Jardins Proibidos
- 15.15 Todo o Tempo do Mundo
- 16.45 Batatoon
- 18.00 Filha do Mar
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Academia de Estrelas
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.00 Sonhos Traídos
- 22.45 Filha do Mar
- 23.30 Nunca Digas Adeus
- 00.45 «Todas as Amantes o Fazem» (Filme)

Sábado, 13

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Ténis: Estoril Open 2002
- 16.00 O Passeio dos Alegres
- 16.00 Fórmula 1 - GP de San Marino
- 17.00 Passeio dos Alegres
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Futebol: Varzim-Sporting
- 23.00 «Na Pista da Pantera» (Filme)
- 00.45 Sociedade Anónima
- 01.45 24 Horas
- 02.05 «Ela Baleou Andy Warhol» (Filme)

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 12.00 Iniciativa
- 15.00 Sobrevivência
- 16.00 Desporto 2
- 20.00 Horizontes da Memória
- 20.30 Bombordo
- 21.00 Por Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História - «Saladino»
- 00.05 Britcom
- 01.05 Artes de Palco - Zizi Jeanmaire em concerto
- 02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

- 08.00 Sic a Abrir
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.45 Hex, o Cão Polícia
- 14.45 Catarina.com
- 15.30 Walker, o Ranger do Texas
- 17.30 «Morto à Chegada» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.45 Super Sábado
- 23.00 «O Protegido» (Filme)
- 00.45 «A Lei do Oeste» (Filme)

- 09.00 Chiquititas
- 09.30 Survivor
- 11.00 Filha do Mar
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Contra-Ataque
- 15.20 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 23.00 Ilha da Tentação
- 00.15 «Dura Escolha» (Filme)
- 02.15 «Carringtons» (Filme)

Domingo, 14

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.30 Planica Azul
- 12.00 Jornal da Tarde
- 12.50 Fórmula 1 - San Marino
- 15.00 Ténis: Estoril Open 2002 (final)
- 17.00 João Baíño
- 18.45 Melhor É Impossível
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Camilo, o Pendura
- 21.30 Hagei em Patine
- 23.00 Operação Triunfo
- 00.30 Domingo Desportivo
- 01.45 24 Horas
- 02.20 «Miami Cidade em Fúria» (Filme)

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 11.30 Horizontes da Memória
- 12.30 Clube da Europa
- 13.00 Mulheres, a sua Realidade
- 14.00 Desporto 2
- 14.55 «A Planície Vermelha» (Filme)
- 17.00 Desporto 2
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 Coleccionadores de Arte
- 20.30 Futurama
- 21.00 Artes e Letras - Jane Mansfield
- 22.00 Jornal 2
- 23.05 «Porto Santo» (Filme Português)
- 00.30 Sinais do Tempo
- 01.30 2010

- 06.45 SIC a Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «A Mãe Namora com um Vampiro» (Filme)
- 16.00 «Vingens com o Pai» (Filme)
- 18.00 «Em Nome da Justiça» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malicos do Riso
- 22.00 Herman SIC
- 00.00 «A Fortaleza Secreta» (Filme)

- 08.30 «As Aventuras de Bigfoot» (Filme)
- 10.00 Filha do Mar
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Domingo Fantástico
- 18.00 (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 23.00 Academia de Estrelas
- 02.30 «O Clube dos Marginais» (Filme)



Segunda, 15

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.20 Um Estranho em Casa
- 15.30 Pícaro Sonhadora
- 17.00 A Senhora das Águas
- 18.20 Quebra-Cabeças
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Sorte Grande
- 21.15 RTP - 45 Anos
- 00.00 Jogo Falado
- 01.15 Operação Triunfo
- 01.45 24 Horas
- 02.00 «Um Peixe Fora de Água» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.00 O Lugar da História
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Planica Azul
- 19.30 Caderno Diário
- 19.55 Veterinário
- 20.00 Casei com uma Feiticeira
- 20.40 Sabrina
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Família Green
- 00.00 «O Sangue dos Outros» (Filme)
- 02.35 O Triunfo dos Porcos

- 08.00 Buérecé
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.15 O Grande Mestre
- 17.45 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Desejos de Mulher
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malicos do Riso
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 00.00 «Cartas de um Assassino» (Filme)
- 02.00 O Século do Sexo

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 Jardins Proibidos
- 16.45 Batatoon
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Academia de Estrelas
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.00 Sonhos Traídos
- 23.30 Nunca Digas Adeus
- 00.15 «Os Defensores: A Escolha do Mal» (Filme)

Terça, 16

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.20 Um Estranho em Casa
- 15.30 Pícaro Sonhadora
- 17.00 A Senhora das Águas
- 18.20 Quebra-Cabeças
- 19.20 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telegiornal
- 21.30 Fábrica das Anedotas
- 22.00 O Jogo da Espera
- 23.00 «O Limite da Verdade» (Filme)
- 00.30 Operação Triunfo
- 01.20 24 horas
- 01.15 «Morte Cerebral» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.00 O Lugar da História
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.30 Caderno Diário
- 19.55 Veterinário
- 20.00 Casei com uma Feiticeira
- 20.40 Sabrina
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Limites do Terror
- 00.00 «O Nome da Rosa» (Filme)
- 02.10 O Triunfo dos Porcos

- 08.00 Buérecé
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.15 O Grande Mestre
- 17.45 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Desejos de Mulher
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malicos do Riso
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 00.00 «Cartas de um Assassino» (Filme)
- 02.00 O Século do Sexo

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 Todo o Tempo do Mundo
- 16.45 Batatoon
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 21.45 Gala das Estrelas
- 00.45 Os Homens do Presidente

Quarta, 17

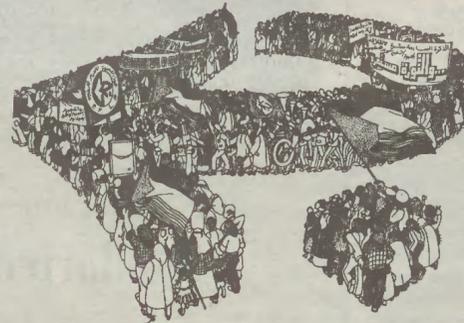
- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.20 Um Estranho em Casa
- 15.30 Pícaro Sonhadora
- 17.00 A Senhora das Águas
- 18.20 Quebra-Cabeças
- 19.20 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telegiornal
- 21.10 Fábrica das Anedotas
- 21.40 Jogo da Espera
- 22.40 «Paixão Imortal» (Filme)
- 00.40 Operação Triunfo
- 01.10 24 Horas
- 01.25 «Febles, os Terríveis» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.30 Por Outro Lado
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.45 Caderno Diário
- 19.55 Verdaderamente Insólito
- 20.20 Casei com uma Feiticeira
- 20.40 Sabrina
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.05 Fora da Norma
- 00.00 «Três Modernos Peregrinos» (Filme)
- 02.15 O Triunfo dos Porcos

- 08.00 Buérecé
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.15 O Grande Mestre
- 17.45 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Desejos de Mulher
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malicos do Riso
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 00.00 «Ficheiros Clínicos»
- 01.00 «Balada de N. York»

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 Todo o Tempo do Mundo
- 16.45 Batatoon
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 21.45 Gala das Estrelas
- 00.45 Os Homens do Presidente

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 Todo o Tempo do Mundo
- 16.45 Batatoon
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 21.45 Gala das Estrelas
- 00.45 Os Homens do Presidente



Mas o que ficou escrito diz pouco acerca do peso dos colonatos no espírito e no quotidiano palestinianos. Uma das peças que integrou um recente programa do SIC-Notícias (o «60 minutos» da CBS, uma vez mais) deu-nos literalmente a ver os contornos dessa agressão permanente. Era uma povoação palestinianas situada em território palestiniano, Beit Jala de seu nome. Depois da guerra de 67, a zona ficou ocupada pelo exército de Israel e assim continua apesar das resoluções da ONU em contrário. Ao fim de certo tempo, o governo de Telavive decidiu que ficava bem ali um colonato: enviou para lá cidadãos seus, «deu-lhes» terra sobre a qual foram edificadas habitações, nasceu na área de Beit Jala uma povoação que é simultaneamente a outra e a mesma. Chamaram-lhe Gilo. Mas Gilo não se mistura com Beit Jala: entre uma e outra está uma estrada recém-construída. E porque Gilo é um enclave em território palestiniano, a estrada liga-a directamente a Israel passando por um túnel cavado sob a Palestina supostamente autónoma. Com uma particularidade significativa: os palestinianos não têm o mínimo acesso à estrada construída, contudo, em território seu, mesmo naturalmente quando mergulha no túnel; soldados

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVvisto

Correia da Fonseca

Beit Jala, Gilo e a humilhação permanente

Nos territórios palestinianos ocupados por Israel, isto é, nas áreas que por consenso internacional deverão um dia constituir a Palestina independente e livre, há cerca de 200 000 colonos judeus ali instalados pela força das armas e em infração de reiteradas recomendações de quantos têm vindo a esforçar-se por conseguir, um dia, a paz naquela zona do mundo. Quem o diz não sou eu nem nenhum órgão de comunicação social de perto ou de longe afecto ao mundo árabe, mas sim a SIC, consabidamente acima de qualquer suspeita desse género. São, pois, duzentos mil, não dois mil, nem vinte mil colonos. Duzentos mil quotidianos sinais de humilhação para um povo que não tem a menor obrigação de ter menos amor-próprio que qualquer outro. Duzentos mil vestígios de violência militar, social e política: duzentos mil desafios a um elementar espírito de pacificação.

A vaga que a TV mostra

Por esta reportagem se viu claramente que, para explicar o desespero palestiniano, é dispensável evocar os campos de refugiados onde desde há décadas se acumulam sucessivas gerações de palestinianos expulsos das suas terras porque o poder imperial britânico e associados as «deram» aos judeus, não tanto para os compensar de séculos de perseguições cruéis que culminaram com o extermínio praticado pelos nazis mas para se assegurarem eles próprios do controlo de uma zona próxima das maiores reservas de petróleo do mundo. Entretanto, de 48 para cá, o poder americano substituiu sem margem para dúvidas o antigo poder, quer no Médio Oriente quer no mundo em geral. Quanto a isto e ao domínio dos Estados Unidos sobre Israel, é esclarecedora uma informação recentemente vinda a público: sendo a população de Israel apenas 0,001% da população mundial, é beneficiária de um terço da ajuda norte-americana a todo o resto do mundo. Por estas e por outras, quando a gente vê na televisão o presidente W. Bush a reclamar a retirada israelita «without delay» (sem demoras), fica logo a imaginar que antes o homem expedira um recado secreto para que Sharon não tomasse a sério aquelas palavras ditas apenas, literalmente e não só, para inglês ver no decurso da visita de Blair.

Também por estas e por outras, muitos milhares de pessoas que não se deixam enganar, que têm a certeza de que a solidariedade é não só um imperativo cívico mas também um reflexo de defesa própria («hoje por eles, amanhã por mim»), escreveu Pedro Homem de Melo que, contudo, estava longe de pensar como Brecht), manifestam-se em todo o mundo não apenas contra Sharon mas também contra Bush. Esta grande vaga de indignação também é a TV que no-la traz para diante dos nossos olhos, em nossas casas, porque nem tudo na televisão são novelas, concursos e bigbrotherismos: a questão é sabermos procurar o que é importante e evitar as doses de teleclorofórmio que nos são impingidas em doses que não será excessivo etiquetar de cavalares. É que a televisão continua a ser importante. Por isso, de resto, é que tem vindo a ser tão assaltada. Por isso é que também é imperativo defendê-la.

A talhe de foice

• Anabela Fino

Sem comentários

Não vai longe o tempo em que comentadores de todo o mundo, numa cacofonia bem afinada, clamavam alto e bom som que os direitos humanos se sobrepujam a todos os demais. Era o tempo de legitimar a agressão da NATO à Jugoslávia para «libertar» o Kosovo da «tirania» sérvia, e os sérvios do «tirano de Belgrado». Milosevic está preso em Haia, a Federação jugoslava é uma ficção e a supremacia dos direitos humanos passou à história. O direito de ingerência que tanta tinta fez correr então mudou de rumo. Agora o que está a dar é o combate ao terrorismo, e terroristas são quem os Estados Unidos e os seus mais fiéis aliados decidirem.

Obedientemente, também os comentadores mudaram de disco, meteram os direitos humanos no saco e nunca mais vislumbaram tragédias humanitárias no horizonte. Mas como as coisas são o que são e não é possível, apesar de tudo, tapar o sol com a peneira, o drama bem real do povo palestino entra-nos diariamente pela casa dentro.

Desta vez o que se vê não são pretensas valas comuns, mas corpos de homens e mulheres, novos e velhos, mortos e feridos que vão engrossando a um ritmo tenebroso o número das vítimas que há mais de meio século escrevem com sangue a história da Palestina. O que se vê são povoações inteiras destruídas; campos de refugiados destroçados; populações indefesas sem abrigo, sem água, sem luz, sem comida; igrejas sitiadas; assassinatos sumários em série; manifestantes pacíficos a serem alvejados.

Os comentários são outros. Já não há uso de «forças desproporcionadas», nem «crimes de guerra», nem «crimes contra a humanidade». Há «escalada da violência», como se ocupantes e ocupados pudessem ser colocados ao mesmo nível. Também já não há sanções internacionais nem ameaças de intervenção. Há pedidos à contenção e à retirada das forças invasoras, e exigências ao invadido para que ponha fim ao «terrorismo». Não choca os comentadores, agora, que Sharon lamente ter prometido a Bush não matar Arafat, ou que o dirigente da organização governamental israelita que gere os colonatos judaicos na Cisjordânia e Faixa de Gaza, Adiel Mintz, afirme que «Arafat tem de ser morto», advogando ao mesmo tempo que «neste lugar tão pequeno não pode haver soberania para dois povos, só para um e esse tem de ser o povo judeu» (DN, 9 de Abril). Também não indigna os que ainda há pouco eram arautos da liberdade de imprensa que jornalistas sejam afastados - e mortos - das zonas invadidas por Israel para que não possam registar e relatar as atrocidades cometidas.

O que choca e indigna é que alguém se atreva a dizer que Israel está a exterminar os palestinos como antes os nazis procuraram fazer aos judeus, como se para haver paralelismo da bestialidade fossem necessários fornos crematórios e não bastassem campos de morte.

Tivesse Milosevic feito no Kosovo uma ínfima parte do que Israel está a fazer nos territórios ocupados e da Jugoslávia não restaria hoje pedra sobre pedra. Em Telavive, no entanto, vive-se o medo dos atentados suicidas que não podemos deixar de condenar mesmo percebendo o desespero que os motiva, mas não se ouvem bombardeamentos da NATO. Nos territórios palestinos, pelo contrário, onde já pouca pedra sobre pedra resta, as armas que semeiam a morte e a destruição têm a marca da ajuda norte-americana a Israel. Sem comentários.

PCP apresenta pacote de medidas positivas para os trabalhadores e o País

Honrar os compromissos assumidos

O PCP quer aumentar o salário mínimo nacional e actualizar as pensões mínimas de invalidez e velhice. Dois projectos de lei nesse sentido foram ontem entregues no Parlamento.

Estas iniciativas legislativas integram um pacote de seis diplomas com incidência nas áreas laboral e social, constituindo desde já um sinal claro de quais as prioridades que animam a intervenção da bancada comunista. Correspondem também, conforme salientou Bernardino Soares, líder do grupo comunista, em conferência de imprensa realizada

anteontem, ao honrar dos compromissos assumidos pelo PCP nas últimas eleições.

Com o Governo de direita, agrava-se a ofensiva anti-social

A redução progressiva para 35 horas semanais do horário normal de trabalho, sem redução de direitos, designadamente de salários, constitui outra das medidas preconizadas em diploma pela formação comunista, que quer ver igualmente a reposição da tributação das mais-valias nos

impostos sobre o rendimento aprovadas em 2000 e revogadas pelo Orçamento de Estado para 2002.

Não menos importante, noutro plano, é o projecto de lei que prevê a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 12 semanas a pedido da mulher. Entregue ontem na Mesa do Parlamento foi ainda o projecto de lei que estabelece a criação de Autoridades Metropolitanas de Transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Anunciada por Bernardino Soares foi ainda a entrega de uma proposta de agendamento de um debate de urgência «Sobre a situação no Médio Oriente».

Resistir à ofensiva

«A existência de uma maioria de direita na Assembleia da República com a consequente formação do Governo de coligação PSD/CDS é negativa para o País», afirmou Bernardino Soares, que deixou claro que o PCP «continuará a pautar a sua presença na Assembleia da República por uma forte acção e intervenção, procurando dar a melhor contribuição à resolução dos problemas concretos do País e assumindo sempre o cumprimento dos seus compromissos perante a população».

Com a formação de um governo de direita apoiado por uma maioria parlamentar, «anuncia-se uma ofensiva agravada, de pendor liberalizante e anti-social, contra os direitos e os interesses da generalidade da população, designadamente dos trabalhadores». Segundo o presidente do grupo comunista, as declarações já produzidas anunciam «uma política fortemente restritiva em matéria orçamental, apontando para o condicionamento dos salários, e, entre outras matérias, para o aprofundar ou retomar de linhas privatizadoras de áreas sociais e serviços públicos».

É a esta política que o PCP, pela voz de Bernardino Soares, se compromete a ser oposição forte, «ao mesmo tempo que continuará a propor as medidas que considera indispensáveis a um caminho de progresso para o País e de combate às injustiças e às desigualdades sociais».



Aumento do salário mínimo, a tributação das mais-valias e a despenalização da IVG até às 12 semanas são algumas das medidas anunciadas

Ontem à tarde, em Lisboa Solidariedade com a Palestina

No momento do fecho desta edição, iniciava-se em Lisboa uma manifestação de solidariedade com o povo palestino. Esta manifestação foi promovida por uma plataforma de organizações - que incluía o CPPC, a CGTP-IN, a União de Sindicatos de Lisboa e diversas outras estruturas sindicais e forças políticas e sociais. O PCP apelou veementemente à participação nesta iniciativa que tinha como objectivo exigir

a retirada das tropas israelitas dos territórios autónomos ocupados e o reconhecimento do Estado da Palestina com capital em Jerusalém Leste. Iniciavam-se à mesma hora no Porto, em Évora, e noutras cidades do País, acções similares.

A ocupação dos territórios palestinos pelo Estado e pelo exército israelitas e a brutal repressão que têm exercido sobre o povo da Palestina têm provocado uma onda geral de

indignação por todo o mundo, que promete não parar.

Em curso está uma petição internacional, que pretende recolher 1 milhão de assinaturas, para levar a cabo uma investigação sobre a responsabilidade e envolvimento directo de Ariel Sharon nos massacres de palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Shatila, no Líbano, em 1982.

Trata-se de poder provar a prática de crimes contra a Humanidade por parte daquele que é hoje primeiro-ministro de Israel e o principal responsável pela situação hoje se vive no Médio Oriente.

Numa altura em que Israel leva a cabo uma política de autêntico genocídio do povo palestino, perante a passividade ignóbil da comunidade

internacional, torna-se necessário dar provas de solidariedade activa para com os palestinos. Para assinar, basta aceder a <http://www.petitiononline.com/warcrime/petition.html>.

Também na página do PCP, em www.pcp.pt, é possível subscrever uma outra petição, a ser enviada ao Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, à Embaixada de Israel, à representação da ONU em Portugal, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português e ao presidente dos Estados Unidos da América, que exige o fim da política de terrorismo de Estado e de genocídio praticado pelo Estado de Israel e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino.

Vereadores do PCP contra Túnel das Amoreiras

Os vereadores do PCP da Câmara Municipal de Lisboa vão votar contra a proposta de construção do Túnel das Amoreiras porque o consideram técnico e financeiramente errado e inseguro para os automobilistas.

Manuel Figueiredo, vereador do PCP, criticou esta semana o facto de o projecto «não estar fundamentado num estudo sério de tráfego e de «usar a cidade numa perspectiva radial em vez de circular». O vereador afirma que «não está estudado, nem provado, que pelo facto de haver um túnel naquela zona deixará de haver filas», referin-

do que «os problemas começam nos acessos à ponte 25 de Abril e à auto-estrada».

Manuel Figueiredo considera que esta «não é uma questão prioritária para a cidade», deixando o aviso que «se a Câmara de Lisboa dispõe de três milhões de contos existem outras situações bem mais urgentes».

Para além das questões de segurança, financeiras e técnicas, Manuel Figueiredo refere ainda uma ausência de consciência ambiental, uma vez que, na sua opinião, «o túnel vai incentivar o transporte privado em detrimento do público».

Greve na Alemanha

Decorrem na Alemanha as «greves de aviso» no sector da metalurgia, às quais já aderiram dezenas de milhares de trabalhadores. Só na segunda-feira, em cerca de quarenta fábricas, paralisaram mais de trinta mil trabalhadores. Até ao fim da semana espera-se que mais de 60 mil trabalhadores aderiram à greve. Segundo o sín-

dicato, a aceitação dos aumentos oferecidos pelo patronato provocaria a baixa do salário real.

